

MÁRIO DE SOUZA COSTA

**Qualificação profissional e ideologia:
estudo com trabalhadores desempregados
em busca de emprego**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de mestre em
Psicologia.

Área de concentração em Psicologia Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Sylvia Leser de Mello.

**São Paulo
JUNHO / 2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha Catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da USP

Costa, M. de S.

Qualificação Profissional e ideologia: estudo sobre trabalhadores desempregados em busca de emprego / Mário de Souza Costa – São Paulo: s.n., 2005. – 146p.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho.

Orientadora: Sylvia Leser de Mello.

1. Competência profissional 2. Ideologia 3. Mercado de trabalho 4. Globalização 5. Psicologia Social 6. Interesses profissionais 7. Relação trabalho na administração I. Título.

Mário de Souza Costa

Qualificação profissional e ideologia:

estudo com trabalhadores desempregados

em busca de emprego

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de mestre em
Psicologia.

Área de concentração em Psicologia Social

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À Cleuza, minha mãe.
À Fernanda e ao pequeno Caetano.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Sylvia Leser de Mello, por proporcionar as condições para que este trabalho pudesse ser realizado, pela paciência e serenidade com que me acompanhou nestes anos de estudo.

À Professora Yvete Pyha Lehmann e à Professora Maria Helena Souza Patto, que gentilmente participaram de meu exame de qualificação e muito contribuíram em um momento crucial deste trabalho com suas correções e sugestões.

Ao amigo Sandro Mazzio que desde muito me acompanha pelos caminhos do mundo do trabalho, parceiro de empregos e de fraternos debates.

À minha irmã Celina e Jim, meu cunhado, pelo apoio e pelo socorro providencial. À minha irmã Fátima, companheira, vizinha, sempre por perto nos momentos difíceis.

À Conceição e Fabiano, apoiadores e entusiastas desta empreitada desde o seu primeiro momento e leitores atentos. À Frederico Dentello, meu amigo Fred, leitor atento e companheiro. À Fátima do Labor pela pronta ajuda durante estes anos todos. À Sônia, também do Labor, pelo apoio naqueles momentos cruciais. À Tânia do CPAT, pelo apoio sempre presente.

À Cecília e Nalva, agradecimentos especiais, anjos da guarda do Departamento de Psicologia Social, sem as quais este trabalho não teria chegado ao final.

À Fernanda, minha mulher e companheira, pela ajuda, pelo apoio e pela enorme paciência nos períodos de tensão pré-qualificação e de tensão pré-dissertação.

E não poderia deixar de agradecer à Cleuza, minha mãe, que desde muito cedo batalhou pelos estudos dos filhos, mesmo diante de grandes dificuldades.

“Em quadras históricas como a que atravessamos, o compromisso do intelectual é de radicalizar a crítica. Sem otimismo ingênuos, até mesmo porque a avalanche neoliberal não é apenas uma retórica, mas um processo com fundas raízes em nossas sociedades”.

(Francisco de Oliveira – Os Direitos do Antivalor)

SUMÁRIO

Termo de Aprovação.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Epígrafe.....	v
Sumário.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Introdução	09
I) Quem são aqueles que procuram qualificação.....	13
II) Corrida para qualificação a Profissional.....	15
Tema de Estudo	18
Método	27
I) Entrevista.....	27
II) Abordagem para as entrevistas.....	38
Trabalhadores em busca de trabalho.....	41
Globalização. Mercado de Trabalho e desemprego.....	49
Emprego e desemprego no Brasil.....	71
Desemprego e qualificação profissional	86
Qualificação e educação	118
Considerações finais	131
I) Abordagem para as entrevistas.....	131
Referências Bibliográficas	140

Resumo

Este trabalho se propõe a identificar como o discurso ideológico da qualificação profissional atua sobre os trabalhadores desempregados em busca de emprego, em um mundo do trabalho em transformação, caracterizado pelo elevado nível de desemprego, pelo crescente aumento do tempo de procura por um posto de trabalho e pela ampliação da precarização das relações de trabalho. A partir de estudo qualitativo, busca-se captar os efeitos desse discurso sobre os trabalhadores desempregados, e suas ações frente às dificuldades causadas por ele: suas estratégias de resistência.

Apoiada nas transformações tecnológicas e na adoção dos novos paradigmas de gestão e administração, a necessidade de qualificação profissional para a obtenção do emprego aparece aos trabalhadores como resultado natural dos novos padrões produtivos, assim apresentada: uma exigência do mercado de trabalho em rápida modificação, que prescreve aos trabalhadores uma constante atualização e diversificação de suas qualificações.

O discurso da qualificação profissional, como instrumento ideológico, desempenha duas funções simultâneas: explica socialmente as dificuldades de se conseguir um posto de trabalho e responsabiliza o próprio trabalhador pela sua condição de desempregado. Ao imputar-lhe a falta das novas habilidades necessárias ao trabalho e às novas tarefas, esse discurso promove a desqualificação do trabalhador, gerando um movimento de exclusão. Ao criar esquemas práticos de ação e de valoração nos quais esse trabalhador estará inserido, e pelos quais irá se pautar, faz com que suas ações, na tentativa de obter um emprego, apareçam marcadas pela ambigüidade: constituem-se em iniciativas que transitam entre a adesão e a resistência ao discurso da qualificação profissional.

Abstract

This work aims to identify how the ideological discourse of professional qualification affects unemployed job-seekers in a world in transformation, characterized by a high level of unemployment, protracted periods of job-hunting, and increasingly precarious work relations. By means of a qualitative study we try to identify the effects of this discourse on unemployed workers, and their actions when confronted by the resulting difficulties: their methods of resistance.

Supported by technology change and the adoption of new paradigms of management and administration, to the worker the need for professional qualification arises as a natural result of new patterns of production, being presented as a demand of a rapidly changing employment market which prescribes the worker's constant renovation and diversification of qualifications.

As an ideological instrument, this discourse simultaneously explains the difficulties in obtaining a job and places the blame on the unemployed for his situation. Attributing to the worker the responsibility for the lack of abilities necessary for work and new tasks promotes his disqualification, thereby performing a twin movement of exclusion.

Structures of action and evaluation are created in which the worker is placed and by which he will be guided. His actions are typified by ambiguity: initiatives taken to find work alternate between the acceptance of and resistance to the discourse of professional qualification.

Introdução

O tema da qualificação profissional surgiu-me ao longo dos últimos sete anos por três vias paralelas e concomitantes: durante o período em que trabalhei com sindicatos de trabalhadores nas áreas de qualificação, de requalificação e de formação sindicais; durante o trabalho com orientação profissional em cursos pré-vestibulinhos¹ e cursos pré-vestibulares – estes últimos dirigidos à estudantes de baixa-renda – e em escolas públicas ou privadas com estudantes do ensino médio e; a partir do trabalho em ONGs (Organizações Não-Governamentais) que ofereciam cursos de qualificação profissional a jovens pobres da periferia de paulistana. Foram, nestes sete anos, com o que me ocupei do ponto de vista profissional: acompanhar, formar ou orientar jovens e adultos para o trabalho, preocupando-me ora com a formação e/ou os caminhos para adquiri-la, ora com a orientação e o acompanhamento de desempregados na busca do retorno ao mercado de trabalho, ora com a formação e orientação de jovens em busca de seu primeiro emprego.

Na área sindical participei como professor de alguns cursos de qualificação e de requalificação profissionais junto a sindicatos de bancários, dirigidos a trabalhadores empregados e desempregados, bancários ou não, com conteúdos diversificados – cursos de marketing, matemática financeira, marketing e vendas, comércio exterior, primeiro emprego, empreendedorismo e

¹ Cursos pré-vestibulinhos são aqueles que preparam alunos que estão cursando a 8ª série do ensino médio para as provas seletivas às Escolas Técnicas Estaduais ou à Escola Técnica Federal, onde poderão cursar, além do ensino médio, um curso técnico-profissionalizante; cursos pré-vestibulares são aqueles que preparam estudantes com o ensino médio completo para provas seletivas aos cursos superiores.

outros – sempre atuando na área de psicologia das relações do trabalho ou ministrando disciplinas ligadas aos temas do cooperativismo, do empreendedorismo e da geração alternativa de renda. Neles, as questões ligadas às transformações em curso no mundo do trabalho atraíam demasiadamente a atenção dos trabalhadores presentes. A chamada nova realidade do mercado de trabalho – com o aumento do desemprego e sua exigência de melhor qualificação profissional, as mudanças implementadas pelas inovações tecnológicas e suas conseqüências para os trabalhadores – era tema de grande preocupação e de debates atentos. Antes de ser uma preocupação teórica, os trabalhadores presentes em tais cursos estavam vivendo em seu cotidiano as dificuldades causadas pelo desemprego crescente – aos desempregados a grande dificuldade de conseguir um posto de trabalho, enquanto que aos empregados a ameaça constante de perder seu emprego. Muitos eram os trabalhadores que se dispunham a freqüentar aulas diárias, na busca de alguma segurança quanto ao seu futuro profissional. Assim, a preocupação dos sindicatos² era a de formar aqueles que estavam trabalhando para que pudessem permanecer em seus postos de trabalho e aqueles desempregados para que melhorassem suas capacidades para entrar/reentrar no mercado de trabalho.

Nos cursos pré-vestibulares, onde minha ação centrava-se nas discussões e nas reflexões sobre a escolha de uma carreira universitária, os estudantes traziam sempre como preocupação central o mercado de trabalho: como estava no momento e como estaria dali a quatro, cinco ou seis anos, queriam saber se valeria a pena escolher tal ou qual profissão e dedicar-se a

² Muitos sindicatos de trabalhadores realizaram cursos de qualificação e requalificação profissionais diversificados, bem como as Centrais Sindicais brasileiras, financiados em sua grande maioria por recursos governamentais do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

ela pelos próximos anos, ou seja, se quando estivessem se formando no curso superior escolhido haveria emprego e salários em níveis razoáveis. Esta era uma das principais referências para a escolha do curso universitário por estes jovens de baixa renda, que estavam ali se preparando para enfrentar vestibulares, na sua maioria para as universidades públicas, um curso que lhes daria um futuro melhor que o presente que estavam vivendo, no que dizia respeito à sua inserção no mundo do trabalho, um emprego, um lugar no disputado mercado de trabalho, recompensador de seus esforços. Ao menos, assim acreditavam que ocorreria: com um diploma universitário suas chances no mercado de trabalho seriam significativamente aumentadas, alcançariam um emprego e, além disso, seriam bem remunerados. Em decorrência disso, apresentavam-se quase que invariavelmente com o dilema de escolher entre uma carreira universitária que gostassem, que os atraía, ou por uma carreira que lhes garantisse emprego e retorno financeiro, sempre desta forma polarizada, um mundo separado entre o emprego e salário e a satisfação pessoal, uma sempre a negar-lhes a outra.

Não era de outra forma que os pequenos jovens do curso pré-vestibulinho apresentavam esta questão, a de escolher entre a satisfação pessoal e o salário, a existência de uma vaga no mercado de trabalho, a satisfação e a sobrevivência sempre de lados opostos, porém com uma sensível diferença: eram meninas e meninos entre 13 e 15 anos de idade, em sua grande maioria das classes médias, alunos de escolas particulares de ensino fundamental, submetidos à pressão para a escolha de sua carreira profissional que lhes garantisse ao menos a permanência nos mesmos níveis econômicos de seus pais, isto, quando não melhorassem de nível.

Nas ONGs, nos trabalhos de formação e qualificação dos jovens da periferia, em sua ampla maioria desempregados ou em trabalhos precários, aparecia a mesma preocupação, porém voltada muito mais para a obtenção de um emprego em futuro muito próximo – de preferência ao término do curso, ou mesmo antes de seu término³. Os jovens atendidos possuíam os mais diversos níveis de escolaridade (exclui-se aqui o nível superior, obviamente) sempre oriundos das escolas públicas estaduais ou municipais, cuja má qualidade estava espelhada na precária formação destes jovens. Preocupados em conseguir algum lugar para trabalhar aceitavam participar dos mais duvidosos tipos de formação profissionalizante oferecidos pelas ONGs⁴. Em alguns cursos, havia o pagamento ao jovem de uma pequena bolsa mensal, em torno dos R\$ 50,00⁵, e do transporte (ida e volta) durante todo o período em que durava o curso. Sem dúvida, esta bolsa era de grande ajuda a todos uma vez que ia compor a renda familiar destes jovens – em geral, a renda familiar não ultrapassava o teto de R\$ 500,00 mensais, quando não ocorria de todos na casa estarem desempregados, o que fazia da bolsa a principal fonte de renda da família. Porém, ainda assim, havia aqueles que desistiam dos cursos antes que terminassem e abandonavam a formação juntamente com a bolsa e não era porque haviam melhorado economicamente – talvez tenham visto alguma

³ Aqueles que conseguiam uma vaga em qualquer tipo de trabalho abandonavam o curso que estavam fazendo para dedicar-se exclusivamente ao novo emprego. Sempre quando perguntado a eles qual era o motivo da troca do curso, que lhe prometia uma formação para o futuro próximo, pelo emprego, a resposta era clara: ganhar algum dinheiro, tanto para seus gastos pessoais quanto para ajudar nos gastos familiares, se impunha como necessidade imediata.

⁴ Vale anotar alguns cursos que conheci, nem sempre trabalhando neles, algumas vezes apenas acompanhando a sua implementação em caráter de monitoramento pedagógico, cursos que se propunham a ensinar uma profissão ou um fazer prático aos jovens, com o que poderiam encontrar algum tipo de trabalho. Algumas formações que encontrei no período: construção e reparo de violinos e cavaquinho (*luthier*), construção de brinquedos com material reciclado, grafite, ecoturismo, confecção de papel reciclado, empreendedorismo juvenil, construção de páginas da internete (webdesigners), marketing, marketing social, produção e decoração de festas e um sem-número de cursos de informática de tipos variados.

⁵ Estes R\$ 50,00 significam em maio de 2005 aproximadamente US\$ 20,00.

inutilidade naquilo que lhes era ensinado ou, como pretendem alguns dos responsáveis pelos cursos, tenham *deixado de aproveitar a oportunidade oferecida*. Não cabe nesta introdução discutir a qualidade ou a validade do trabalho realizado pelas ONGs ou, então, das ações que empreendem, em particular aquelas que se dedicam à formação de jovens⁶. Mas, cabe apontar que na grande maioria dos casos os jovens quando terminados os cursos retornavam ao seu cotidiano, pouquíssimos subempregados, outros ainda eventualmente empregados e os demais da maneira como chegaram até a ONG, ao menos no que diz respeito à sua situação frente ao mundo do trabalho.

I) Quem está nos Cursos de Qualificação

Em todos os espaços em que pude trabalhar com a questão profissional, na qualificação ou orientação, alguns elementos foram constantes. É comum encontrar neles pessoas realizando mais de um curso profissionalizante ou complementar e com outros tantos já cursados em seu currículo. Cursos, os mais comuns, de língua inglesa, de língua espanhola e de informática – desde seus níveis mais básicos (nos quais se aprende a utilização do sistema operacional Windows e do Office, softwares da Microsoft que dominam amplamente o mercado mundial de softwares), até cursos de hardware (montagem e manutenção de computadores). Também, cursos de massagem, de acupuntura, de cerâmica, de confeitaria, de reciclagem de

⁶ Breve análise das concepções em geral de educação encontradas em ONGs e sobre o público com que trabalham podem ser encontradas em Dadico (2003), tese que discute o papel de psicólogos em ONGs que trabalham com educação..

resíduos, de mecânica de manutenção, de construção de instrumentos musicais e de brinquedos, entre tantos outros, numa vertiginosa e ininterrupta corrida em direção à qualificação profissional, resultante das dificuldades do mercado de trabalho.

Nos projetos mencionados anteriormente, o perfil do público de cada um dos espaços variava conforme o tipo de trabalho realizado. No curso pré-vestibulinho, tínhamos jovens entre 13 e 15 anos, cursando 8ª série do ensino fundamental, em sua grande maioria, oriundos da classe média. No curso pré-vestibular, jovens a partir de 17 anos até adultos na faixa etária acima dos 35 anos – nos cursos noturnos em que há estudantes mais velhos –, de baixa renda, oriundos do sistema público de ensino. Nas ONGs, jovens pobres entre 15 e 21 anos, muitas vezes moradores de favelas ou do seu entorno, com diversificada escolaridade – desde o ensino fundamental incompleto até o ensino médio completo.

Nos sindicatos, foram quatro projetos distintos: cursos de requalificação profissional orientados para desempregados em geral, na faixa etária entre 18 e 40 anos, aproximadamente; cursos de qualificação profissional direcionados aos trabalhadores bancários empregados que desejavam ampliar seus conhecimentos, em geral com idade acima dos 25 anos; orientação aberta para desempregados em geral, acima de 18 anos (estiveram presente pessoas com idade superior aos 45 anos), com os mais diversos perfis profissionais – operários, universitários, secretárias, etc – e; curso de primeiro emprego para jovens entre 15 e 19 anos, cursando o ensino médio, indicados para o curso por trabalhadores bancários.

Resumidamente, o público variava quanto a idade – dos 13 anos até a faixa etária acima dos 45 anos – e quanto sua posição sócio-econômica – de pobres da periferia paulistana até jovens de classe média, passando por estudantes de baixa renda, trabalhadores qualificados⁷, desempregados variados (cujas últimas ocupações variavam muito) e trabalhadores do setor de serviços. A escolaridade oscilava entre o ensino fundamental incompleto até o nível médio completo, em sua maioria – e uma parcela pequena de nível universitário, completo ou incompleto, estes presentes nos cursos de qualificação profissionais ou em grupos de orientação profissional.

II) Corrida por Qualificação Profissional

Em cada um destes espaços, mesmo com diferenças existentes entre eles, as atenções estavam voltadas para a realidade atual do emprego, para o mercado de trabalho imediato que as pessoas experimentam direta ou indiretamente. É desta experiência cotidiana que formulam suas questões e fazem seus planos – estabelecem suas estratégias de curto, médio e longo prazos – e vivem suas angústias em relação ao seu futuro e ao seu presente como trabalhadores, conforme cada situação particular em cada momento. Desempregados com a preocupação de como fazer para superar a barreira da

⁷ Entre os muitos trabalhadores desempregados havia aqueles que já possuíam qualificação profissional, tais como ferramenteiros, torneiros mecânicos, técnicos em eletricidade, secretárias bilíngües, entre outros, que perderam seus empregos em resultado do processo de reestruturação produtiva. Em geral, não possuíam certificados de cursos que comprovassem suas qualificações e este era um dos principais motivos apresentados a eles nos processos seletivos, segundo os próprios trabalhadores, para que não fossem contratados. Faltava-lhes as comprovações de que eram formados naquilo a que se propunham, não bastava saber fazê-lo. Enfim, são qualificados, aprenderam a fazer algo e o fizeram por anos, mas não são certificados, e, portanto, não servem para o novo mercado de trabalho.

seleção para o emprego – daí a preocupação em melhorar sua qualificação profissional. Empregados preocupados com a manutenção de seus empregos, atualizando-se ou adquirindo novas habilidades e conhecimentos, que, acreditam, poderiam aumentar as chances de permanecer em seus cargos e, eventualmente, aumentar seus rendimentos. Estudantes apostando na formação de médio ou longo prazos, na escolha de carreiras profissionais de níveis técnico ou superior. Jovens da periferia das camadas mais pobres, moradores de favelas e áreas livres, procurando encontrar alguma formação profissionalizante que lhes dê condições de alcançar algum trabalho. Todos envolvidos em uma frenética corrida por *mais qualificação*⁸.

E são diversos os espaços onde se pode encontrar algo com o nome de qualificação profissional disposto a auxiliar o trabalhador a melhorar sua qualificação rumo ao emprego. A qualificação profissional no Brasil, em consonância com o que ocorre nos países desenvolvidos, tornou-se um movimento de cunho nacional. Governos Federal, Estaduais e Municipais investem fortemente nesta área, destinando verbas para a implementação de políticas nesta área⁹. Empresas privadas também participam destes investimentos, de olho no retorno que obterão de tais iniciativas para sua marca, a chamada responsabilidade social; oferecem, também, cursos de certificação do trabalhador em áreas de seu interesse. Hoje as atividades de capacitação profissional direcionadas aos jovens pobres da periferia são as

⁸ Utilizo a expressão mais qualificação aqui para referir-me à exigência de qualificação profissional imposta aos trabalhadores pelo mercado de trabalho. Trata-se de discurso ideológico que cria no trabalhador a sensação de estar sempre faltando algo em sua formação, de que suas capacidades e habilidades são sempre insuficientes para o desempenho do trabalho, e o responsabiliza e culpabiliza pelo seu desemprego/emprego e, ainda, o empurra para o rico mercado dos cursos de qualificação profissional.

⁹ Enquanto realizava este trabalho, o governo Federal lançou seu novo Programa Nacional de Qualificação (PNQ – 2003/2007) ao mesmo tempo em que extinguiu seu antecessor, o Plano Nacional de Formação (Planfor), e criou o Programa do Primeiro Emprego direcionado à formação e capacitação de jovens para o primeiro emprego.

que mais recebem investimentos privados e, ao mesmo tempo, destaque na mídia, garantia de retorno em publicidade. Organismos da sociedade civil atuam em parceria com estes dois grandes financiadores na maior parte das vezes. São sindicatos, igrejas, escolas, centros, ONGs, associações de bairro, partidos, universidades e outros organismos da sociedade que participam deste esforço de oferecer aos trabalhadores a possibilidade de melhorar sua qualificação – ou adquirir alguma – e aumentar suas chances de entrar ou permanecer no mercado de trabalho. E participam do grande movimento de disseminação e validação do discurso ideológico da qualificação profissional.

Tema de Estudo

Entendida aqui como discurso ideológico, a qualificação profissional é elemento importante para a compreensão dos mecanismos de exclusão econômica dos trabalhadores empregados ou desempregados e de seus efeitos em sua vida cotidiana, uma vez que por meio dela – de sua presença, em maior ou menor grau, ou de sua ausência – é que eles (trabalhadores) serão aproveitados nas diversas formas de trabalho hoje existentes e farão parte ou do seleto grupo de trabalhadores estáveis ou do grande contingente de trabalhadores subempregados ou desempregados. Assim se mostra aos trabalhadores: como o bilhete de passagem para o emprego formal e mesmo, em alguns casos, o informal, sem o qual estará fadado a vagar do desemprego ao subemprego e ao desemprego novamente, para retornar ao ciclo mais tarde.

Mas, não se trata de afirmar aqui que apenas os trabalhadores qualificados obtêm uma vaga no mercado de trabalho. É, pois, facilmente observável que há uma variedade muito grande de qualificações exigidas aos trabalhadores, de tipo e grau muitíssimo variado e há no mercado de trabalho uma heterogeneidade muito grande tanto de formas de trabalho, quanto de qualificações dos trabalhadores utilizadas pelas empresas. Há mesmo vagas ocupadas por trabalhadores desqualificados, uma vez que há postos de trabalho de pouca ou nenhuma qualificação. Também o nível de escolaridade que se exige aos trabalhadores é muito variado. Ao contrário, esta afirmação pertence a distintos setores da sociedade, que fazem dela verdade incontestada,

e se faz presente em diferentes espaços sociais e é dela que estaremos tratando neste trabalho, afirmação cujo caráter ideológico iremos debater aqui.

Também o nível de escolarização surge como passagem para o emprego ou para salários melhores, com vários setores econômicos exigindo do trabalhador que queira uma vaga, um nível de escolaridade superior ao que exigia até início dos anos de 1990. O caso do setor bancário é emblemático: até o início dos anos de 1990 era exigido o Ensino Médio completo (à época chamado de segundo grau) para a contratação para alguma função bancária, incluídos os cargos de gerentes, e eram aproximadamente 600 mil bancários em todo o país; a partir de meados da década de 1990 passou-se a exigir do trabalhador o nível superior, ainda que incompleto, para as mesmas vagas de trabalho, sob o argumento de mudanças tecnológicas que exigiram novas habilidades aos bancários, que hoje são por volta de 300 mil bancários, a metade dos que trabalhavam em fins dos anos de 1980 e início dos de 1990. De lá para cá, aumentar a escolaridade tornou-se um imperativo aos trabalhadores como forma de ampliar as suas possibilidades de emprego e também para o Estado, que implementou políticas variadas na área de educação no sentido de elevar o número de formados nos ensinos fundamental e médio. Não que não tenha havido políticas educacionais em outros períodos no Brasil com a finalidade de ampliar o alcance da educação formal e atingir maiores parcelas da população ou que não se tenha investido na formação e qualificação da força de trabalho. Ações nestes sentidos, que agora correm pelo país afora, foram implementadas em inúmeras oportunidades na vida republicana do país. Porém, a dimensão que tomou nos últimos dez anos, seja no montante de investimento por meio de verbas governamentais do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), quando se trata da qualificação profissional, seja no modo como tem aparecido na mídia e em todos os espaços sociais, com as falas sobre a necessidade de aumentar o grau de escolaridade da população, traduzida pelo aumento da quantidade média de anos de estudo do brasileiro, ou ainda de ampliar a qualificação profissional, mediante as novas necessidades do mercado de trabalho, presentes em toda parte a qualquer instante, não possui equivalente. Aumentar o nível de escolaridade é a meta; qualificar é a ordem.

Com o processo de mundialização em andamento e a implementação de novas tecnologias no mundo da produção vivemos um processo de reestruturação do capital com impactos decisivos no mundo do trabalho. Seus resultados atingem toda a *classe-que-vive-do-trabalho*, na expressão de Antunes (2002), ampliando a exclusão de amplos setores, aprofundando a concentração de renda e aumentando a pobreza por toda parte. O surgimento dos inempregáveis por oposição aos empregáveis, estes definidos por sua empregabilidade, que nada mais é do que possuir os atributos *necessários* e *adequados* definidos pelo empregador para ser contratado para um posto de trabalho, alcançada individualmente pelo esforço próprio trabalhador que agrega ou desenvolve em si mesmo estes atributos, traduz-se, a *inempregabilidade*, pela ausência destas capacidades que deve dispor o trabalhador diante do posto de trabalho e, ato contínuo, redundando na incapacidade para obtê-las, é claro, posto que são os próprios trabalhadores que devem ir em busca daquelas características ou daquelas habilidades ou daqueles conhecimentos e que incapazes de alcançá-las irão engrossar as

fileiras do desemprego no país. São aqueles que na nova ordem mundial não terão chance, o que indica, como quer Oliveira (1998: p. 215-218), que

“Há, no ar, uma espécie de sociabilidade da apartação, da segregação, do confinamento; sobre ela, reforçando-a, as políticas empreendidas aumentam-lhe o alcance, a legitimam, e, suprema ironia, a metamorfoseiam em modernidade: os signos do *apartheid* são, agora, sinais da individualidade, da capacidade de empreendimento”.

Mas este *apartheid* não se dá entre *empregáveis* e *inempregáveis*, não nos confundamos, não estão os com trabalho de um lado e os sem trabalho do outro, empregados e desempregados, intercambiáveis que são. A exclusão social em curso nos níveis atingidos hoje¹⁰ é “apenas a face ‘econômica’ do neoliberalismo” e, conforme Oliveira (1998: p. 215), é a “renúncia ao combate ao desemprego e à miséria” expressão da segregação, do “verdadeiro *apartheid* entre classes, entre os dominantes e os dominados”. Trata-se, então, de que apenas os que são necessários poderão ser aproveitados como força de trabalho, porém, sempre sob o signo da instabilidade, submetidos que estão às definições que partem das necessidades definidas pelas novas técnicas utilizadas, sejam elas resultantes das novas tecnologias, sejam elas resultantes dos novos paradigmas de gestão e administração apenas ao alcance das classes dominantes, que determinam as bases aceitas do que seja qualificação profissional, e às pressões do

¹⁰ Francisco de Oliveira faz conta impressionante a partir das estimativas feitas por Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil entre 1995 e 2002, ainda em 1998 de que haveria cerca de 40 milhões de brasileiros *inempregáveis*. Considerando a população brasileira da época de 150 milhões de habitantes e uma “estimativa otimista” de uma População Economicamente Ativa (PEA) de 50% da população, o autor chega que assombrosos 50% da “população em idade ativa, segundo estimativas do presidente-sociólogo, está condenada à marginalização” (1998:p. 214).

desemprego. Segregação que apóia-se na constante ameaça de ser jogado *para fora*, excluído pelo desemprego.

Serão os adjetivos *qualificado* e *desqualificado*, por ora chamado de não-qualificado, eufemismo da família do politicamente correto – usado pelos setores dominantes com a pretensão de suavizar os impactos da desqualificação dos trabalhadores na sociedade, ao menos ao nível dos discursos –, serão estes os adjetivos que irão separar aqueles bem-afortunados que ou mantêm os seus postos de trabalho ou conseguem uma vaga em um mercado de trabalho altamente seletivo ou, então, estarão fadados ao desemprego e às atividades subalternas, de menor prestígio social, quando não de pura e simples desvalorização social? Para alguns, a qualificação é sinônimo de não apenas emprego, mas de melhores salários e estabilidade, enquanto que a desqualificação, quando da ocupação de um posto de trabalho, é o seu inverso, qual seja: baixos salários, instabilidade e jornadas de trabalho mais extensas. A qualificação profissional aparece aos homens neste início do século XXI como única capaz de possibilitar ao trabalhador o acesso ao emprego.

Assim, a qualificação profissional aparece socialmente como o *divisor de águas* no mundo do trabalho: separa aqueles que terão a chance de um emprego formal e estável, de um lado, daqueles que estarão sujeitos a trabalhos temporários, precários, aos chamados *bicos* e a períodos prolongados de desemprego, de outro lado. No limite, indica, também, aqueles que estarão *definitivamente* fora do mercado de trabalho, os excluídos. Ao menos, assim se mostra. E cinde a classe trabalhadora em qualificados e não qualificados e, porque sinônimos de empregados e desempregados, transforma

uma parte dela em ameaça à outra, à sua permanência no mundo do trabalho, à sobrevivência, com o fantasma do desemprego a rondar, quebra laços de solidariedade e aprofunda a competitividade entre trabalhadores pelos postos de trabalho, o que corrói os laços de solidariedade e permite aumentar, em consequência, a adesão do trabalhador empregado à chamada cultura da empresa, como forma de manter-se empregado, o que vai resultar em aumento na sua produtividade e no estreitamento da margem de organização dos trabalhadores para a defesa coletiva de seus interesses.

O discurso ideológico da qualificação profissional ao dividir entre *os que sabem* e *os que não sabem* constitui-se em poderoso instrumento de desagregação dos trabalhadores e remete ao nível individual os problemas de um sistema econômico que não pode gerar empregos para todos. Martin-Baró (1990) aponta que à ideologia, como interpretação da realidade que legitima e valida a ordem social existente para todos, cumpre fornecer esquemas práticos de ação dentro dos quais, e por meio deles, os indivíduos poderão agir. Dá sentido a ação pessoal e oferece às pessoas esquemas de valores com os quais poderão valorar a si mesmas. E afirma que

“En la ideología las fuerzas sociales se convierten en formas concretas de vivir, pensar y sentir de las personas, es decir, la objetividad social se convierte en subjetividad individual y, al actuarla, la persona se realiza como sujeto social” (MARTÍN-BARÓ, 1990: p. 18)

Desta maneira, qualificar-se torna-se uma demanda do próprio trabalhador mediante as mudanças no mundo do trabalho, que se vê, ao menos parcialmente, defasado em relação às exigências para o emprego.

Resta-lhe buscar qualificar-se e ampliar sua escolaridade. A forma como o faz e os tipos de cursos e formações que escolhe submeter-se estão diretamente ligados à ideologia da qualificação, que se torna o pressuposto “...de la vida cotidiana en cada grupo social, supuestos triviales o esenciales para los intereses del grupo dominante” (MARTIN-BARÓ, 1990: p. 18) e como tal preside a ação do trabalhador: estar empregado ou desempregado relaciona-se diretamente com obter mais e melhor qualificação e qualificar-se é o antídoto para evitar ou superar o desemprego, ao menos assim se apresenta a qualificação profissional, como discurso ideológico.

Mas quando se está desempregado e busca-se esta qualificação o que ocorre com o trabalhador? Como agem os trabalhadores desempregados em relação a este discurso quando se submetem aos diferentes cursos de qualificação profissional e/ou voltam para os bancos escolares e, mesmo assim, não encontram o emprego esperado?

Neste trabalho, estaremos nos debruçando sobre o discurso da qualificação profissional e seus efeitos sobre os trabalhadores desempregados. Não se trata, pois, de discutir o que é a qualificação profissional, muito menos de encontrar a melhor definição para o termo – este debate pode ser encontrado em diversos autores¹¹ – nem mesmo de discutir quais as qualificações necessárias aos trabalhadores num mundo do trabalho em transformação, o que seria impossível de alcançar. Mas de procurar identificar como atua sobre os trabalhadores desempregados, quais os efeitos que produz o discurso da qualificação profissional sobre aqueles que estão em busca de

¹¹ Ferreti (2003) aponta basicamente duas grandes correntes no que diz respeito ao que seria a qualificação profissional. De um lado, aponta os chamados “essencialistas ou substancialistas” – entre estes inclui Braverman – e de outro lado, os chamados “relativistas” – entre os quais aponta Tanguy, Uma discussão sobre as diferentes concepções sobre qualificação e a relação entre inovação tecnológica e qualificação podem ser encontradas em Pena (1996).

uma vaga no mercado de trabalho. E, mediante este discurso, como age o trabalhador desempregado em relação ao mundo do trabalho.

Nossa proposta é identificar junto aos trabalhadores desempregados qual o impacto da ideologia da qualificação sobre eles na busca de emprego/trabalho: na visão dos trabalhadores qual é a importância da qualificação profissional e da escolaridade na conquista do emprego? Estão convencidos de sua necessidade? E quais os efeitos deste discurso sobre a vida cotidiana destes trabalhadores desempregados, como reagem à ele? Que estratégias utilizam diante das exigências de mais qualificação e escolaridade para tentar alcançar um posto de trabalho? Trata-se de centralmente procurar identificar as ações dos trabalhadores em relação à Qualificação Profissional.

Nossa primeira hipótese é que a qualificação profissional enquanto discurso ideológico age com justificadora para os trabalhadores desempregados em relação ao seu desemprego e funciona como mecanismo de responsabilização do próprio trabalhador pela situação em que se encontra quanto à sua inserção no mundo do trabalho. Cria os esquemas práticos de ação e de valoração nos quais o trabalhador estará inserido e pelos quais irá agir. Essa responsabilização, que se torna uma auto-culpabilização à qual o trabalhador adere, vai responder às necessidades do capital, que retira de si a responsabilidade pela ampliação do desemprego em todas as suas dimensões, em particular os desempregos tecnológico e estrutural, e o transfere para o campo do trabalho, e retira de si a responsabilidade pelas capacitações técnicas e operacionais exigidas pela introdução de novas tecnologias na produção, transferindo-a para os próprios trabalhadores e suas organizações de classe, além de transferi-las ao próprio Estado – ao mesmo tempo em que

diminui a pressão social por empregos: a geração de empregos, hoje, mesmo em se tratando de empregos no setor privado, é de responsabilidade do Estado e de seus governantes, que devem promover o crescimento econômico do país e garantir a segurança dos investimentos privados no país, deve propiciar condições adequadas para o investimento e a garantia da obtenção do lucro.

A segunda hipótese é que o discurso da qualificação profissional promove uma desqualificação do trabalhador ao imputar a ele a falta das habilidades necessárias ao trabalho. Muito mais do que as transformações concretas no mundo da produção, o discurso ideológico da qualificação é que transforma o trabalhador até a bem pouco tempo qualificado – e empregado – em desqualificado para as *novas tarefas* e realiza um movimento de exclusão tanto daquele que busca a sua entrada no mercado de trabalho, os jovens, quanto daquele que perdeu sua vaga e tenta retornar ao mercado de trabalho. E, assim, torna-os disponíveis em quantidades, amplia enormemente o exército de reserva, e cria condições para a superexploração destes trabalhadores nos mais diversos tipos de trabalhos precarizados e informalizados.

Por fim, a auto-culpabilização do trabalhador e a sua desqualificação vão provocar um processo de inferiorização no trabalhador desempregado, que tornará mais difícil a sua entrada/reentrada no mercado de trabalho formal e resultará em mais sofrimento para o trabalhador. Como irá, então, agir o trabalhador desempregado que busca uma vaga no mercado de trabalho é o que estaremos procurando neste trabalho.

Método

I) Entrevista

Nesta pesquisa optamos por um estudo exploratório, em que a abordagem do objeto foi feita por meio de entrevistas com trabalhadores desempregados em busca de um posto de trabalho e que se dirigiam ao balcão de empregos do Centro de Solidariedade do Trabalhador da Força Sindical (CST), ou seja, com aquele trabalhador que estivesse vivendo o processo de procura de um emprego na cidade de São Paulo. Para a realização destas entrevistas foram três os referenciais utilizados, de modo a constituir a base para uma relação com o entrevistado que possibilitasse o surgimento durante os processos de entrevistas de suas relações com o mundo do trabalho em geral e, em particular, as questões referentes à qualificação profissional.

Lançar mão de entrevistas para abordar o objeto de estudo não se constitui como uma tarefa simples para o pesquisador nas ciências humanas. Os diferentes métodos existentes para a realização de entrevistas, que formam um espectro que vai desde a chamada entrevista dirigida, com a aplicação de questionário fechado, até a entrevista não dirigida, aberta, que prescinde qualquer tipo de questionário, propõem uma questão central ao pesquisador. Não se trata apenas da escolha de uma das técnicas disponíveis, aquela que mais se adequa à situação ou ao objeto de estudo ou a que permita a melhor abordagem segundo as condições presentes na pesquisa. Trata-se

de uma escolha de como o pesquisador irá interferir no processo de entrevista, e de maneira mais profunda, de caráter epistemológico. É também uma escolha que passa, ao menos, pela sua concepção sobre as relações humanas, sua visão de mundo, e por aquilo que diz respeito ao modo como o pesquisador compreende as relações estabelecidas durante o encontro com o entrevistado. É, de toda maneira, uma escolha quanto ao lugar em que o pesquisador quer habitar na entrevista frente ao entrevistado.

Para as entrevistas nos inspiramos livremente na técnica desenvolvida por Rodrigues (1978). Foram aproximadamente três anos de trabalho junto à pesquisadora, entre 1997 e 1999, como seu assistente de pesquisas e um de seus entrevistadores, período em que apliquei o método proposto por ela, que se tornou uma referência no modo como se desenvolveu posteriormente minhas práticas de entrevistas. Em seu trabalho, Rodrigues (1978, 1999) discute o processo de entrevista e propõe especial atenção para seus distintos momentos, que passo a apontar a seguir muito brevemente.

Para a autora, a abordagem dos que serão entrevistados merece atenção, de modo a tomar “todos os cuidados necessários para não produzir no agente sentimentos ‘paranóides’ em relação à demanda que o entrevistado lhe fará” (Id., 1999, p. 27). Propõe que ocorra três momentos distintos durante a entrevista propriamente dita: o primeiro, e mais importante deles, seria o do *discurso livre* cujo objetivo é captar “as associações, fantasias, visões de mundo, percepção de si mesmo, padrão de explicação para as coisas, etc” (Ibid., p. 23). Para a autora tratava-se de produzir um “discurso autobiográfico” com base nos princípios da *associação livre* (Id., 1978, p. 53-54). No segundo momento, se seguiriam as chamadas *perguntas intermediárias*, perguntas

abertas em que se deveria aprofundar mais especificamente o tema pesquisado. E, ao final, *uma coleta de dados biográficos*, conforme nomeado por ela (1978). Para a autora, essencialmente, é nas duas primeiras etapas que o entrevistador deveria buscar realizar “a menor interferência possível” (Ibid., p. 57), de maneira a “desencadear no entrevistado o discurso livre” (Ibid., p. 53), característico de ambos os momentos. Propõe que se faça um *relatório de recusa* para cada um dos escolhidos para serem entrevistados que se recusem a participar, de maneira a assinalar como aquele que foi sorteado se recusa à entrevista. No *relatório de campo* o processo relativo à entrevista deve ser anotado e relatado, de modo a acompanhar os eventos ocorridos “...como maneira de identificar os processos subjacentes à relação entre entrevistado e entrevistador que podem auxiliar na compreensão da problemática proposta (...) com o intuito de apontar elementos que podem fugir à pura e simples gravação da entrevista” (Id, 1999, p. 33). E, por fim, a *relação entre entrevistador e entrevistado*, ponto central do método, que atravessa todos os elementos anteriores, posto que para a autora a garantia de que haja o fluxo livre no *discurso livre* e nas *perguntas intermediárias* depende de que o entrevistador interfira o mínimo possível na fala do entrevistado e no fluxo de seu pensamento. Esta seria, grosso modo, a estrutura básica do método proposto por Rodrigues¹².

Porém, neste trabalho não me mantive nos marcos estritos do método proposto por Rodrigues. Lançei mão basicamente da tentativa de produção de uma fala pelo entrevistado que se aproximasse do que a autora

¹² Pra o aprofundamento quanto ao método proposto pela autora ver Rodrigues (1978, 1999)

chama de *discurso livre*, mas que não pode ser assim chamado¹³, e, para isso, durante o primeiro momento da entrevista os trabalhadores puderam falar sem que houvesse um direcionamento ou redirecionamento ao tema da pesquisa por minha parte, o que significa dizer que o trabalhador, uma vez iniciada sua fala, seguia o curso daquilo que lhe parecia mais conveniente falar no momento. Deixar o entrevistado falar, sem interrompê-lo e insistir para que ele retome sua fala a partir do que vinha falando, tem se mostrado muito fecundo. E não se trata de uma postura de *neutralidade* por parte do pesquisador, de não interferência, o que já se sabe impossível, mas uma procura por interferir pouco verbalmente durante o primeiro momento da entrevista na fala do entrevistado e no fluxo de seu pensamento. Assim, para iniciar a entrevista utilizei-me do texto proposto pela autora para o início da entrevista, adequando-o às necessidades desta pesquisa:

(Estou) “fazendo uma pesquisa para saber como é a vida das pessoas, saber o que elas fazem, sentem, pensam, acham das coisas... (Vou) falar com muita gente, o nome delas nem me interessa, se você preferir, nem precisa me dizer o seu sobrenome. Depois (vou) juntar tudo o que as pessoas disseram, estudar, analisar e escrever um trabalho sobre a vida das pessoas, como ela é mesmo. Por isso eu queria pedir para você falar tudo o que você quiser, tudo o que vier à sua

¹³ Não se trata de implementar o discurso livre como foi proposto pela autora uma vez que seria aceitar, entre outros, o pressuposto de que uma vez que “obviamente, a eliminação da estimulação externa é inviável; o que se persegue (...) através do controle de vários tipos de interferência possíveis e da neutralidade, é a redução do ‘externo’ a fatores conhecidos” (1978: 55). Ao contrário, exatamente porque não há a possibilidade de neutralidade, a iniciativa de conhecer o processo a que se submetem no CST e a opção por realizar as entrevistas no local em que o trabalhador desempregado procura o posto de trabalho significa tentar captar suas falas exatamente nas condições sociais que favorecem o aparecimento dos discursos sobre o trabalho. Portanto, não é adequado chamar de discurso livre, não no sentido que lhe confere a autora, este primeiro momento das entrevistas realizadas.

cabeça, o que faz, o que acha, o que pensa, o que sente. Tudo o que você me contar, qualquer coisa me interessa” (RODRIGUES, 1978, p. 44, 1999, p. 30).

Ao pedir ao entrevistado que fale de sua vida, de como ela é, o que faz, gosta, pensa e sente, ao iniciar por este caminho mais amplo e genérico encaminha-se para que fale também de sua vida em geral e não apenas do tema específico de nossa pesquisa. Interessa que o entrevistado fale não apenas das suas experiências de trabalho ou do desemprego ou da qualificação profissional. Importa entender como estas estão localizadas na vida do trabalhador desempregado, como estão relacionadas com o conjunto das suas experiências de vida. Enfim, a intenção é criar condições para que fale um pouco mais extensivamente de seus assuntos pessoais que lhe são significativos.

Porém, apesar do pedido para que falassem genericamente de suas vidas, ocorria de os trabalhadores iniciarem por contar do desemprego e da busca pelo emprego e permaneciam falando do tema a maior parte do tempo, indo e voltando a ele. Não à toa, pois o fato de estarem sendo entrevistados no CST exatamente quando estão em busca de uma vaga faz toda a diferença, além do fato de que na abordagem, quando da solicitação da entrevista, o trabalhador era informado sobre o teor da pesquisa (quando era solicitado que assinasse o Termo de Consentimento Esclarecido), o que, sem dúvida, associava-se com as suas principais preocupações no momento e dava a tônica da conversa.

Optei, também, pela confecção de *relatórios de campo*, que contribuiu na elaboração de um quadro mais geral das condições em que ocorreu cada uma das entrevistas. Estes relatórios foram realizados posteriormente e a partir da memória do pesquisador em relação ao que havia ocorrido. E havia me decidido pela elaboração de *relatórios de recusa*, com os aspectos visíveis da recusa e seus argumentos, caso ocorresse algum dos trabalhadores desempregados que abordasse viesse a recusar a dar-me a entrevista, mas isto não ocorreu.

Mas, se por um lado utilizei-me de algumas estratégias propostas por Rodrigues, conforme apontado até aqui, foi também com base no que escreve Leser de Mello (1988) que conduzi o processo de entrevista. A autora conta-nos que na pesquisa por ela realizada as entrevistas foram transformando-se em conversas e explica:

“Nossas conversas, ou entrevistas, partem então de curiosidades recíprocas (...) Hesito, por isso, em chamar de entrevistas aquilo que foi se transformando em conversas, uma interação de amizade e de aprendizagem para ambas. Pesquisadora e pesquisada falam e escutam, invertem posturas e situações, passam a compor juntas um mesmo trabalho” (LESER DE MELLO, 1988, p. 21).

Sem dúvida, não se pode pretender que tenha ocorrido o mesmo processo aqui durante este trabalho, muito menos com tal intensidade. Na pesquisa que realizou com mulheres em São Paulo Leser de Mello optou por uma aproximação intensa com as pesquisadas, realizou suas entrevista deslocando-se até as casas de suas entrevistadas – “o primeiro movimento da pesquisa é sair de casa e ir procurá-las lá onde vivem, propondo-lhes o meu

tema e o meu interesse e pedindo-lhes ajuda” (Ibid, p. 20) –, e foi vencendo aos poucos a desconfiança delas. Mas, a autora não alimenta ilusões. Em suas palavras: “Mesmo vencida a desconfiança inicial, esta não se dissipa integralmente. É certo que as relações de classe permeiam nossas relações” (Ibid, p. 22). O reconhecimento de uma aproximação e o “movimento de uma amizade e confiança” não significam para ela que se tenham apagado as diferenças entre ela e as pesquisadas, o que, no entanto, não impediu que conversassem.

Desde o início, apesar de se optar por ouvir os entrevistados a partir do pedido para que falasse o que quisesse sobre sua vida, e este dirigisse sua fala logo de saída pra o mundo do trabalho, como já observado, estabeleceu-se uma postura muito menos rígida que a preconizada pelo método, porém não menos rigorosa, em relação à postura do entrevistador frente aos entrevistados. Se no primeiro momento a tônica foi a de ouvir os entrevistados, na seqüência às suas primeiras falas a tônica foi a de procurar conversar com eles, numa postura informada a partir da experiência relatada por Leser de Mello (1988), procurando realizar uma aproximação dentro das limitações impostas pelo fato de que se tratava de apenas uma entrevista com cada trabalhador, de uma conversa entre entrevistador e entrevistado que despertasse “curiosidades recíprocas”.

Aqui, ouvir o trabalhador desempregado e conversar com ele não se contrapõem um ao outro se não se busca o distanciamento do observador e a neutralidade do pesquisador que se proíbe o envolvimento pessoal e, com isso, crê possível controlar as condições para que o entrevistado emita um discurso isento, sobre o qual não incidam as influências da relação

estabelecida entre ambos, o pesquisador e o pesquisado, ou que mantenha as influências externas apartadas pelo breve momento da entrevista. A adoção de ambos os procedimentos permitiu saber do que se falava: não se tratava somente de desemprego e da busca de um posto de trabalho ou das questões relativas à qualificação profissional, havia uma pessoa com sua história peculiar, que o tinha levado até ali – à situação de desempregado, que procura um emprego e, eram distintos empregos os que procuravam os entrevistados, que se dirigiam ao CST – e que era importante conhecer ainda que muito brevemente para que se estabelecesse a entrevista. Se o percurso no mundo do trabalho era distinto, o caminho pelo desemprego era distinto e a curiosidade expressa nas perguntas deveriam acompanhá-los.

Assim, se havia alguns temas que previamente me pareciam importantes de serem tratados durante a entrevista, não fazia sentido algum impigi-los aos entrevistados em qualquer que fosse a ordem de perguntas. Seria necessário construir um espaço conjunto em que houvesse a possibilidade de trazê-los à tona.

Bourdieu (1997), em “A Miséria do Mundo”, dedica o último capítulo à uma extensa reflexão sobre o método da entrevista, que em seus aspectos mais gerais procuro reproduzir aqui. Realiza a crítica da neutralidade do pesquisador como forma de evitar suas influências indesejáveis no entrevistado e a adoção de prescrições metodológicas as quais chama de “muito mais cientistas que científica” (Ibid, p. 693). Afirma serem inadequadas tanto a entrevista não-dirigida, quanto o questionário como formas de alcançar o espontâneo ou o objetivo junto ao entrevistado e evitar que sofra

interferências indesejadas. Para o autor, inumeráveis prescrições metodológicas

“...Por mais úteis que possam ser para esclarecer tal ou qual efeito que o pesquisador pode exercer ‘sem o saber’, lhes falta quase sempre o essencial, sem dúvida porque permanecem freqüentemente dominados pela fidelidade a velhos princípios metodológicos que são freqüentemente decorrentes, como ideal da padronização dos procedimentos, da vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas; não me parece, em todo caso, que eles levem em consideração tudo aquilo que sempre fizeram, e sempre souberam os pesquisadores que respeitavam seu objeto e os mais atentos às sutilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência” (Ibid, p. 693).

Nos processos de entrevistas é sempre o entrevistador que determina os objetivos e as suas regras de funcionamento e os apresenta ao entrevistado, mas há uma distância entre a finalidade atribuída a ela pelo pesquisador e a finalidade percebida e interpretada pelo pesquisado, segundo Bourdieu, que atento ao que chama de uma “comunicação ‘não-violenta’” (Ibid, p. 695), uma tentativa de “*reduzir no máximo a violência simbólica que se pode exercer*”, propõe que se instaure entre entrevistador e entrevistado uma relação de *escuta ativa e metódica*, que

“efetivamente, (...) associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular (...) com a construção metódica forte, do

conhecimento das condições objetivas, comuns a toda categoria” (Ibid, p. 695).

Uma disposição para acolher as falas do entrevistado e “...fazer seus os problemas do pesquisado, a aptidão a aceitá-lo e compreendê-lo tal como ele é, na sua necessidade singular¹⁴...”. E para que se possa chegar a agir dessa maneira é necessário que o pesquisador possua um “conhecimento prévio mais aprofundado” a respeito de seu objeto e das condições objetivas nas quais se insere, o que supõe “um ato de construção baseado no domínio prático da lógica social segundo a qual esse dado é construído”, O autor assume, assim, que o processo de entrevista é um ato de construção do “espontâneo”, que pode “fazer surgir as realidades que ela deseja pesquisar” se apoiado no conhecimento anterior das realidades (Ibid, p. 704-706)¹⁵.

Posto desta maneira, um dos elementos fundamentais para a realização das entrevistas referia-se a este conhecimento das realidades, que passava pela necessidade de conhecer os processos que se submetem os trabalhadores que procuram emprego no CST, que chegam pela manhã, aguardam pacientemente a sua vez, passam pelo atendimento e saem encaminhados para um processo de seleção qualquer. Desta maneira, minha passagem pelo CST contou com realizar o percurso em dia típico do trabalhador desempregado, desde a fila pela manhã até o recebimento do

¹⁴ Bourdieu propõe a entrevista como uma forma de *exercício espiritual*, que procura “obter, pelo *esquecimento de si*, uma verdadeira *conversão do olhar* que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida” (Ibid, p. 704).

¹⁵ O autor defende que “paradoxalmente, só é ‘espontâneo’ o que é construído, mas por uma *construção realista*” e assinala que buscar a “neutralidade na anulação do observador”, que proíbe ao pesquisador “todo envolvimento pessoal”, constitui-se em uma ilusão: “O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente”, (BOURDIEU, 1997, p. 694-695 e 705-706).

encaminhamento a um posto de trabalho, sem a pretensão de que com isso estivesse submetido às mesmas condições dos que vinham até ali em busca de sua vaga no mercado de trabalho. Sendo desnecessária uma explicação mais longa, basta anotar que o objetivo foi o de conhecer como ocorre o processo de busca de emprego pelo trabalhador desempregado ali no CST para além das informações institucionais/burocráticas, as quais já tinha obtido com a direção quando da solicitação da autorização para a pesquisa, e poder conversar com os trabalhadores ali presentes sem a mediação do processo de entrevista.

Além disto, algum conhecimento do que é o desemprego e o trabalho precarizado aproximou-me um pouco mais dos trabalhadores desempregados. Não se trata de reivindicar uma origem nas camadas populares, que é de fato a minha origem, para argumentar na direção do conhecimento do que é o desemprego e de uma proximidade com os trabalhadores desempregados para alcançar aproximar o pesquisador de os pesquisados. Este conhecimento de origem poderia auxiliar, e talvez tenha auxiliado, porém, não seria o suficiente. Ajudou-me muito mais as atividades quase cotidianas com trabalhadores desempregados e a convivência com eles nestes últimos anos – conforme relatados na primeira parte desta monografia – para que fosse possível uma aproximação com os entrevistados. Aquilo que pude encontrar nas idas ao CST durante a pesquisa muito se assemelha ao que há nas diferentes atividades desenvolvidas com os grupos de trabalhadores desempregados. Também minha condição em relação ao mercado de trabalho em meu percurso profissional nos últimos anos¹⁶ pode

¹⁶ Por outro lado, desde a entrada na faculdade não participei mais no mercado formal de trabalho, e vão-se lá 18 anos sem carteira assinada. Em fins da década de 1990, recém

permitir essa aproximação. Enfim, estes elementos permitem um grau de conhecimento das realidades que aproximaram entrevistador e entrevistado¹⁷ no sentido aproximar a entrevista da *construção realista* referida por Bourdieu (Ibid, p. 693-732).

II) Abordagem para as entrevistas

A abordagem feita aos trabalhadores desempregados deu-se no próprio saguão de espera do CST. Após uma breve apresentação, era explicado ao trabalhador sobre a pesquisa e, em seguida, perguntava-lhe qual o número de sua senha para avaliar se seria possível entrevistá-lo antes dele ser chamado pra o atendimento e caso isso fosse possível, outras perguntas eram feitas a ele para saber se estava dentro do perfil mínimo predefinido para a pesquisa – basicamente a escolaridade.

Na abordagem, o entrevistado foi informado de que se tratava de uma entrevista longa e do teor da pesquisa: uma pesquisa sobre o desemprego e a qualificação profissional na vida das pessoas e foi pedido seu consentimento para a realização da entrevista, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido.

formado, a busca por emprego foi árdua, encontrando apenas trabalhos temporários. E continuei como trabalhador precário ou como autônomo, hoje quase sinônimos, em todos estes anos, excetuando-se uma brevíssima passagem de alguns meses por um cargo público no legislativo. Obviamente, a remuneração para o nível universitário não se compara com os demais níveis, mesmo em se tratando de trabalho precário, o que nos alivia das dificuldades maiores.

¹⁷ Quando o pesquisador se põe diante daqueles que serão entrevistados obrigatoriamente está presente a história pessoal do pesquisador e o conhecimento que ele possui sobre a situação pesquisada, com os quais ele manejará durante toda a entrevista para permitir a construção do “espontâneo”. Negligenciar este fato, em nome de uma objetividade da entrevista, é falsear todo o processo de construção da própria entrevista.

Para realizar esta pesquisa lançamos mão de entrevistas de trabalhadores que estavam desempregados e que procuravam emprego no Centro de Solidariedade do Trabalhador da Força Sindical na cidade de São Paulo. Entrevistamos seis trabalhadores de ambos os sexos – foram três mulheres e três homens uma vez que há distinções importantes na divisão sexual do trabalho em relação à qualificação profissional e ao desemprego. Quanto à escolaridade, nossos entrevistados estão entre aqueles com Ensino Fundamental II incompleto e aqueles com Curso Superior incompleto e interrompido, o que nos permite dialogar exatamente com aqueles trabalhadores desempregados que, segundo o discurso ideológico em voga, necessitam melhorar suas qualificações, incluída aqui a ampliação de sua escolaridade, portanto submetidos às pressões por mais qualificação em todos os níveis. Ao definir um arco que vai do Ensino Fundamental ao Nível Superior incompleto e interrompido é possível encontrar o que há em comum entre as falas dos trabalhadores desempregados nos diferentes níveis de escolaridade.

As entrevistas com os trabalhadores desempregados foram realizadas no próprio CST, ainda no primeiro saguão de espera, enquanto aguardavam a chamada para a ante-sala dos balcões de atendimento. Nos dirigíamos sempre a um canto do saguão de espera, onde podíamos conversar calmamente. Procuramos sempre identificar pessoas com número de senha bastante grande, de maneira que pudéssemos realizar a entrevista sem que houvesse interrupção pela sua chamada. Vale ressaltar que em um dos casos ocorreu esta interrupção: a trabalhadora desempregada que entrevistávamos, a mais longa das entrevistas, teve seu número anunciado e dirigiu-se para o atendimento; retomamos a entrevista após sua passagem pelo balcão de

atendimento do CST e a obtenção do encaminhamento para a seleção em duas vagas. Tratamos de captar as falas dos desempregados, aquilo que tinham para falar naquele momento sobre as suas experiências no mundo do trabalho, a procura pelo emprego, sem a preocupação de que o entrevistado permanecesse falando o tempo todo sobre o tema específico da qualificação profissional.

Foram gravadas na sua totalidade estas entrevistas e transcritas integralmente, procurando-se manter, além do conteúdo, o modo como os trabalhadores falaram: a fala cotidiana com as características peculiares a cada um dos trabalhadores entrevistados, os regionalismos, enfim, o respeito às chamadas variantes lingüísticas.

Trabalhadores em busca de trabalho

I) Em Busca do Emprego

Nossa pesquisa foi realizada com trabalhadores desempregados que estavam a procura de emprego na cidade de São Paulo. São seis os trabalhadores entrevistados. Trata-se de trabalhadores que se dirigiam ao balcão de empregos do Centro de Solidariedade do Trabalhador da Força Sindical (CST) para tentar obter um dos postos de trabalho ali disponibilizados e que aguardavam serem chamados pacientemente de posse de sua senha adquirida logo na chegada, em geral posicionados por volta do número 1300, o que significava algumas horas de espera. E durante esta espera podíamos conversar, que o tempo era generoso conosco, mais comigo do que com meu entrevistado que desejava ser atendido o mais rapidamente possível, é claro, uma vez que iria para outro local em que pudesse deixar seu currículo e tentar a sorte de alcançar uma vaga, ao menos ser encaminhado para algum tipo de seleção profissional, que isto ajudava a alimentar as esperanças. Havia uma característica óbvia naquele lugar: todos traziam consigo ou pastas ou envelopes onde guardavam zelosamente seu *currículum vitae* e sua carteira profissional, prontos para apresentá-los quando chamados ao balcão de atendimento. Chegavam, em sua maioria, muito cedo – e por toda a manhã não paravam de chegar os trabalhadores – na tentativa de pegar um lugar melhor na fila e conseguir otimizar a saída para a busca do emprego naquela manhã. Chegavam e aguardavam a abertura de CST em uma longa fila

calçada afora para o primeiro passo que seria pegar a senha. Quando aberto os portões, os trabalhadores de posse de sua senha dirigiam-se para um grande saguão de espera e aguardavam sentados, uma multidão de trabalhadores desempregados dispostos lado-a-lado e enfileirados, a chamada do próximo grupo que deveria passar, enfileirados, para a sala de espera seguinte, localizada diante dos esperados inúmeros balcões de atendimento, onde a espera seria menor, e em pouco tempo viria a chamada para o atendimento. Mais alguns minutos e pronto: com o encaminhamento nas mãos uma nova possibilidade de emprego estava ao alcance, ao menos enquanto esperança.

Em geral, os trabalhadores já chegam ao CST com algum posto de trabalho em vista, encontrado em alguns dos jornais que publicam as vagas oferecidas pelo CST (e as vagas oferecidas pela Central de Emprego e Renda da CUT). E põem-se à disposição para trabalhar em algumas áreas em que possuam alguma possibilidade de contratação ou que assim acreditam que possa ocorrer, em geral áreas que possui alguma experiência anterior ou que acreditam que possam ter alguma chance de contratação. Então, oferecem-se para as vagas de uma área disponíveis no momento e são encaminhados para as seleções, conforme o seu perfil em relação à vaga. Em grande medida, o que preside o encaminhamento é a avaliação do currículo do trabalhador desempregado, além de seu interesse, em comparação com o perfil determinado pelo empregador para o posto de trabalho disponibilizado, quais as suas qualificações profissionais, qual a sua escolaridade, as suas experiências de trabalho anteriores e outros *atributos* do trabalhador concretizados em seu currículo.

Como regra, na sociedade capitalista, quem se candidata a um emprego deve necessariamente apresentar o seu *curriculum vitae*, salvo algumas poucas exceções se comparadas com a grande maioria das situações, e nele devemos colocar nossa trajetória de vida profissional e educacional e, em alguma medida, outras experiências por nós vividas. Não se deve incorrer no risco de uma autobiografia, posto que nem todos os aspectos de nossa vida interessam para a candidatura ao emprego, mas, como manda a boa prescrição, deve-se procurar não voltar muito no tempo, uma vez que apenas as experiências relativamente recentes de trabalho interessam ser mostradas – ao menos para a grande maioria das vagas. O *curriculum vitae* é a própria expressão das qualificações profissionais adquiridas pelos trabalhadores ao longo de sua vida e, ainda que não seja o único instrumento utilizado nos processos seletivos, é a partir dele que o candidato pode ou não ser selecionado para um posto de trabalho. As informações, portanto, devem ser claras e sucintas e, ao mesmo tempo, permitir uma boa idéia de quem é a pessoa que está se candidatando ao posto de trabalho. Traduzindo: em seu *curriculum vitae* o candidato ao emprego deve apresentar seus êxitos pessoais no mundo do trabalho e da formação, que contribuíram pra seu aprimoramento e que fizeram dele um trabalhador melhor e devidamente preparado para o posto de trabalho almejado. Konder chama-o de *caricatura de uma epopéia*, e o retrata como uma

“peça cheia de meias verdades patéticas ou ridículas (...) (que) sonega informações a respeito de suas derrotas (embora muitas vezes as derrotas tenham ensinado à pessoa coisas mais importantes do que os êxitos exibidos com tola vaidade) (...) devemos reconhecer que, mesmo numa trajetória pessoal

bem sucedida, é elevado o coeficiente de fracasso.” (KONDER, 2002, p. 258),

Uma peça em que os trabalhadores tentam, não sem razão, mostrar aquilo que é esperado para a ocupação do posto de trabalho, ou seja, uma adaptação das suas experiências, qualificações profissionais e escolaridade ao que é desejado pelo empregador. Enfim, uma inversão que faz do *curriculum vitae* um falseamento do próprio trabalhador, que assim se mostra pelo espelho do posto de trabalho: a imagem refletida não é mais a dele, mas a do próprio posto de trabalho refletida nele mesmo¹⁸. Mas, retomemos o fio da meada.

São muitos os trabalhadores que voltam ao CST numa mesma semana ou mês na tentativa de obter mais sucesso do que da vez anterior. Enfrentam o mesmo percurso e saem dali com novo encaminhamento para um possível novo emprego, esperanças renovadas de alcançar a procurada vaga. Muitos estão ali sozinhos, vieram sem companhia e aguardam, atentos, pensativos, alguns procuram com o que se distrair, um jornal, uma revista ou qualquer coisa que ajude o tempo a passar, outros se fizeram vir acompanhados e conversam alegres e atentos. Uma pequena tensão transparece no rosto de cada um, a espera pelo chamado, e, talvez, pela esperança de que não passe daquele dia o seu desemprego. A voz eletrônica anuncia de tempos em tempos as próximas senhas que poderão passar para a sala de espera em frente aos balcões de atendimento e por um instante um fundo silêncio toma conta do saguão de espera e logo retorna o burburinho.

¹⁸ Konder refere-se a outra obra de sua autoria (Konder, 1984) em que sugere a confecção de um documento paralelo ao *curriculum vitae*, onde as pessoas comporiam “o histórico de suas derrotas e seus fracassos: o *curriculum mortis*”, como forma de corrigir a unilateralidade do *curriculum vitae*, que, se não por esse motivo, ao menos se tornaria “uma peça mais interessante do que a outra; e provavelmente contribuiria para a crítica da ideologia” (Id, 2002, p. 258).

Lentamente, ao longo da manhã, o saguão vai se tornando vazio, saem mais trabalhadores do que chegam e aos poucos deixam de chegar conforme o dia vai avançando. Na sala seguinte, em frente aos balcões, no subsolo do prédio, os trabalhadores aguardam sentados em ordem pelo número de sua senha. A sala é escura, há pouca luz, e contrasta profundamente com o saguão em que estavam, claro pela luminosidade do sol. Aqui, a tensão é maior, já que a expectativa da chegada da sua vez aumenta. Duas televisões, no alto à esquerda e à direita, distraem com uma programação qualquer enquanto esperam, mas ao que parece poucos dão alguma atenção a elas, atentos que estão a outras imagens, o ir e vir das pessoas e ao segurança/organizador que chama o próximo a ser atendido. Conforme a sala vai se esvaziando novos trabalhadores são trazidos na em ordem para ocuparem seus lugares na sala – e tudo se repete inúmeras vezes. E vão sendo chamados um a um sem muita demora e levantam-se apressados para chegar ao atendimento, que lhes dará a oportunidade para a procurada vaga. No balcão a demora é pouca. Atendidos, saem com o encaminhamento nas mãos, rápidos, escada acima, e ganham a rua: vão em geral em direção ao próximo posto de oferta de trabalho entregar um novo currículo e conseguir um encaminhamento para uma nova vaga, quando não vão diretamente para a seleção.

São as pessoas que vivem esta experiência já faz algum tempo, a de procurar um emprego a partir do CST, que entrevistamos para este trabalho. Nossa proposta foi a de ouvi-los falar sobre sua vida cotidiana, seu desemprego e as experiências de procurar um posto de trabalho. A opção por realizar as entrevistas junto àqueles que estavam no CST teve como finalidade abordar os trabalhadores desempregados ali no momento em que as

dificuldades do desemprego estão fortemente presentes e também as esperanças de superá-lo estão sendo renovadas. É o momento em que suas atenções estão voltadas para a sua condição de desempregado em busca de emprego, em que traz consigo as preocupações que se referem à sua qualificação profissional, às suas capacidades pessoais, ao seu nível de escolaridade, à adequação de seu perfil profissional, que podem permitir ou impedir que obtenha um posto de trabalho no *exigente mercado de trabalho*, expressão tão bem conhecida de todo aquele que procura emprego no país. É razoável supor que naquelas horas, durante o processo de busca de emprego, o trabalhador desempregado esteja vivendo um momento em que nele se misturam o otimismo e a expectativa abertos pela possibilidade da aquisição do emprego ao receio do fracasso da nova tentativa de sair do desemprego. Assim, pudemos tentar captar as falas nos momentos em que estão empenhados na busca de um trabalho e põem-se diante das dificuldades do mercado de trabalho, em que convivem, mesmo que brevemente, com numerosos outros desempregados, que estão às centenas, em alguns momentos aos milhares, à sua volta, também aguardando sua oportunidade; no momento em que solidariedade e concorrência se insinuam por entre todos, em que a expectativa de que seja desta vez se mistura com a insegurança de que seja mais uma tentativa frustrada.

Para se chegar aos entrevistados foi necessário primeiro obter autorização da direção da Força Sindical para ter acesso às dependências do CST, que, diga-se de passagem, aceitou prontamente colaborar com a pesquisa. Segundo, foi necessário ser apresentado à coordenação do CST, que por sua vez nos apresentaria aos seguranças/organizadores. Mas,

autorizados pela direção, seria necessário portar um etiqueta de identificação no peito com os dizeres “coordenação” para que pudéssemos ter acesso livre às dependências do CST, o que poderia se constituir em um problema no momento das entrevistas. Não é razoável pensar que esta identificação não afetaria o processo de entrevista: o fato de ser entrevistado por alguém que se identificava visualmente por um crachá da coordenação do CST interferiria certamente nas respostas dadas, em particular em se tratando de a entrevista ocorrer antes do atendimento do trabalhador. Se não se podia ter certeza de que não fosse assim de fato, ao menos era necessário evitar-se que viesse eventualmente a sê-lo. Desta maneira, nos momentos nos quais me dirigia ao saguão em que se encontravam os trabalhadores, em que procurava os trabalhadores, retirava tal identificação, o que custou no início ser abordado pela segurança, que me via com o gravador em punho, a pedir explicações – com a repetição de minhas idas ao CST isto se resolveu posto que me tornei conhecido da segurança daquele piso. Assim, andando por entre os trabalhadores que aguardavam a chamada de sua senha, pude fazer as abordagens.

Por duas vezes estive no CST desde a primeira hora, quando aqueles que estão em busca de um emprego pegam a senha e aguardam o início do atendimento – e vão da espera até a passagem pelo balcão. Ali, com o intervalo de uma semana entre a primeira e a segunda ida ao CST, pude acompanhar o percurso daqueles que estão em busca de um posto de trabalho pela via do CST: tomei a fila, conversei com os que ali estavam, peguei a minha senha e fui para o saguão e para a sala de espera e, enfim, ao balcão de atendimento. Nestes dias não foi realizada nenhuma entrevista, e nem

poderia ter sido, uma vez que os objetivos eram o de conhecer este caminho percorrido pelos trabalhadores desempregados ali no CST, desde a sua chegada, à espera na fila e o recebimento da senha, até a saída, tendo passado pelo saguão e pela sala de espera e chegado aos balcões de atendimento, e conversar livremente com os aqueles que estavam em busca de um emprego, sem a constituição de um campo de entrevista e sem a presença do gravador. Estas conversas versavam sobre assuntos variados, evitados sempre todos os tipos de interrogatórios, e muitas vezes eram conduzidas pelos colegas de espera: uma vez tomada a iniciativa da conversa ela prosseguia algumas vezes por conta do outro, que ou contava ou perguntava algo – os assuntos iam da origem das pessoas, minha inclusive, até temas sobre o desemprego e a procura de um emprego, falando-se livremente. Aqui, livremente se traduz pelo não direcionamento ou redirecionamento dos temas das conversas: se o trabalhador falava sobre emprego, desemprego ou trabalho e passava a falar de outro assunto qualquer, futebol, mulher ou religião, por exemplo, não se procurava retomar os assuntos que estavam relacionados com a pesquisa. Enfim, estas visitas não tinham o caráter de buscar diretamente informações sobre o tema pesquisado, senão o de conhecer aquele percurso sob o qual o trabalhador desempregado estava submetendo-se, e não houve, assim, nenhum tipo de registro realizado enquanto fazia estas visitas. Terminado o dia é que se fazia pela memória um relato dos acontecimentos, uma reconstrução da experiência e das conversas durante a espera.

O processo de globalização modernizadora em curso, sob a lógica neoliberal, tem produzido profundas mudanças na economia mundial e nas economias nacionais, impondo reformas na direção de adequá-las às novas necessidades de competitividade internacional e de integração mundial. São, grosso modo, políticas seletivas de abertura de mercado, com a diminuição ou eliminação de barreiras tarifárias à importação e exportação de produtos e com a conformação de blocos comerciais e de consumo (entre os quais Nafta¹⁹, Mercosul²⁰, União Européia²¹ e a programada Alca²² são alguns exemplos), em que os países do centro capitalistas mantêm restrições à entrada de produtos dos demais países, enquanto propõem ou buscam impor a estes a eliminação de quaisquer barreiras à circulação e à oferta de bens e serviços²³; políticas de redução do Estado, de seu papel e alcance social e de sua capacidade de intervenção na economia, de privatizações do sistema

¹⁹ Nafta é o acordo de livre comércio que engloba os Estados Unidos, o Canadá e o México.

²⁰ Mercosul é o tratado que criou o bloco comercial entre os países do cone sul do continente americano, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e que vem se ampliando com a integração de outros países sul-americanos ao bloco, tais como o Chile, a Bolívia e a Venezuela.

²¹ Trata-se da unificação econômica, comercial e monetária de grande parte dos países europeus, com a adoção de uma moeda única de circulação entre seus membros.

²² Alca é a Área de Livre Comércio das Américas, tratado de livre comércio que englobaria todos os países do continente americano, exceto Cuba, que permanece sob embargo comercial dos EUA, em negociação, que teria a data prevista para sua entrada em funcionamento neste ano de 2005. Porém, as negociações para a implementação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA vivem um impasse devido às divergências entre Brasil e EUA.

²³ O embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, um dos principais negociadores da ALCA, escreve que “as eventuais normas da ALCA poderão ir além das normas da OMC, (...) normas ainda mais favoráveis à liberalização geral do comércio de bens e serviços e ao movimento de capitais, sem tratamento preferencial para as empresas dos países em desenvolvimento e, portanto, ainda mais favoráveis aos interesses das megaempresas multinacionais americanas em todos os setores e aos megainvestidores internacionais americanos, cujas sedes e centros de decisão se encontram fisicamente, assim como seus acionistas, nos Estados Unidos”. E arremata: “É possível saber com razoável precisão como será a ALCA. A ALCA será como o NAFTA. E naquilo que for diferente será diferente para ser mais favorável aos Estados Unidos” (GUIMARÃES, 2002, p. 02).

público, com a venda de setores estratégicos às iniciativas privadas nacional e estrangeira – o Estado Mínimo, com a crença na capacidade auto-reguladora do mercado; de irrestrita circulação de capitais financeiros, com a exportação de capitais às economias tomadoras de recursos, caracterizada por uma gigantesca ciranda especulativa e; do reordenamento da divisão internacional do trabalho, que Pochmann (2001, p. 34) aponta como uma divisão entre a *produção de manufatura* e a *produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção*, entre os países capitalistas semiperiféricos²⁴ e os países centrais, respectivamente.

A mundialização do capital sob as políticas neoliberais caracteriza-se como um violento processo de recolonização da periferia capitalista, uma vez que amplia a dependência econômica e financeira mundiais em relação aos países centrais. As transferências de recursos financeiros em direção aos países chamados emergentes, nos conta Pochmann (Ibid, p. 27), vinculam-se às políticas comerciais preferenciais e de abertura econômica com concessões de áreas lucrativas à ação privada internacional, condicionam a produção e a ocupação nacionais, constituindo-se como uma relação de subordinação aos países exportadores de capital. As metas de obtenção de superávits por parte do Estado para honrar os compromissos do endividamento nacional aprofundam a crise econômica dos

²⁴ Pochmann aponta que o conceito de semi-periferia foi criado recentemente para referir-se aos países cujas economias conseguiram “alcançar posições sócio-econômicas intermediárias (...) que conseguiram levar avante um projeto de industrialização nacional por meio de uma estratégia pró-sistêmica”. Aponta como características destes países “o surgimento de um pequeno segmento social com padrão de vida próximo ao do centro do capitalismo, rodeado por grande parte da população vivendo em condições precárias, mais tradicionais às dos países periféricos”. (Ibid, p. 17-18).

países chamados emergentes²⁵, com a imposição da transferência de volumes gigantescos de capital na direção dos países centrais²⁶.

O salto dado pelo desenvolvimento e aplicação das novas tecnologias, a chamada revolução tecnológica – informática, novos materiais, tecnologia digital, telecomunicações, mecatrônica, microeletrônica têm invadido o mundo produtivo –, também chamada de Terceira Revolução Industrial ou molecular-digital iniciada nos países centrais a partir da década de 1980 e que chegam com atraso e de modo não homogêneo aos países da semiperiferia e da periferia capitalistas, tem transformado todos os setores econômicos, impondo um novo padrão à produção mundial.

Associados a estas mudanças, os novos paradigmas de administração e gestão empresariais produzem alterações profundas na relação capital-trabalho, com novas formas de organização dos processos produtivos, na organização das tarefas e do ambiente de trabalho e de gestão da força de trabalho, que resultam em transformações na hierarquia, em aproximação cada vez maior do trabalho intelectual e manual, com vistas à busca da redução de custos e do aumento da competitividade. Espalha-se pelo mundo corporativo o toyotismo, com as características de gestão participativa, de qualidade total, com os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), o *kanban*, o estoque mínimo, o gerenciamento *just in time*, a flexibilidade da força de

²⁵ No caso brasileiro há um retorno à situação pré-crise de 1930, segundo Oliveira, com uma economia industrial que vive a “mesma situação de subordinação financeira” do período cafeeiro, “quando o serviço da dívida, vale dizer, o pagamento dos juros mais as amortizações do principal, comiam toda a receita de exportação” (OLIVEIRA, 2003, p. 134).

²⁶ Oliveira aponta que para “produzir um PIB anual é necessário endividar-se na mesma proporção”, resultado da dependência financeira externa que “cria, também, uma dívida interna igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos”. Assim, vive-se a “reiteração da financeirização da economia”, que impõe a exportação brutal de capitais pelos países periféricos, de maneira que a “dependência financeira é dramática e praticamente irreversível” (Ibid, p. 134-135).

trabalho, o trabalho em equipe, a subcontratação e a *autonomação*²⁷, alterando o padrão de produção vigente, o fordismo e o taylorismo, baseados na produção de massa e em série, no controle do tempo, na hierarquização, na fragmentação do trabalho e na linha de montagem. Para Antunes (2002, p. 24), o toyotismo “penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado”, constituindo-se em uma força significativa nas transformações em curso.

Contudo, cabe ressaltar que a implantação dessas novas tecnologias e formas organizacionais não se dá de forma homogênea. Diferem significativamente de hemisfério para hemisfério, de país para país conforme seu nível de desenvolvimento e sua inserção na divisão internacional do trabalho. Mais ainda, são distintas dentro de um mesmo país e chegam a ponto de serem desiguais dentro de uma mesma empresa – convivem nelas formas variadas, que se utilizam da força de trabalho com qualificação variada, adequada à cada etapa do processo adotado. E, conseqüentemente, produzem resultados distintos de parte a parte do planeta.

No Brasil, em particular, segundo Navarro (2004, p. 83), o toyotismo vem se proliferando desde o início dos anos de 1980, década em que se dão os primeiros impulsos da reestruturação produtiva no país (ANTUNES, 2004, p. 16), com a ampliação das inovações tecnológicas – processo então já acentuado nos países capitalistas centrais. Porém, o processo de reestruturação produtiva vai de fato se intensificar, com a abertura

²⁷ Segundo Eurenice de Oliveira, a palavra *autonomação* é uma combinação dos “conceitos de autônomo e automação” e significa não “somente funcionamento automático, mas parada em caso de defeitos”. Aqui o trabalhador se ocupa de várias máquinas automáticas, acrescentadas as “operações de controle de qualidade, de manutenção e até de limpeza do local de trabalho. Ao trabalhador são solicitadas, igualmente, a capacidade mental e a manual, já que deverá tomar decisões sobre quando pára o sistema para fazer ajustes” (2004, p. 25-26).

da economia brasileira ao mercado internacional, a partir da década de 1990: se “durante os anos de 1980 teve uma tendência limitada e seletiva, foi a partir da década seguinte que ele se ampliou sobremaneira” (Ibid, p. 20). A implantação do modelo japonês se fará, então, de modo muito variado e não homogêneo, o que para Salerno (1985, p. 139) irá reduzir-se “à adoção (ou à sua tentativa) de uma ou mais técnicas ou sistemas tais como o *just-in-time*, o *kanban*, manufatura celular, círculos de controle de qualidade, polivalência, controle de qualidade total, entre outros” , resultando em uma estrutura produtiva ainda predominantemente *fordista* mesclada à práticas *toyotistas* parcialmente assimiladas pelo setor produtivo brasileiro (ANTUNES, 2004, p. 25), uma heterogeneidade característica do processo de reestruturação produtiva brasileiro (ALVES, 1999).

Ao mesmo tempo, vem ocorrendo um crescimento acentuado do setor de serviços, que passa a responder cada vez mais por uma fatia maior da utilização da força de trabalho. Com o advento das novas tecnologias este setor deu um salto de crescimento, passando a figurar como o principal setor de ocupação para os trabalhadores. Pochmann (2001, p. 31) aponta que de 1970 a 1998 a composição da ocupação na OCDE pulou de 49% para 63% no setor de serviços, enquanto que a ocupação na produção de bens caiu de 51% para 37%, nestes mesmos anos. Nos países do centro capitalista, o índice de ocupação no setor de serviços chega a ultrapassar os 70%, aponta Pochmann²⁸, resultado da “redução da capacidade de produção intensiva em

²⁸ Pochmann, baseado em dados da OIT, revela que a ocupação no setor terciário nos países do centro capitalista saltou de 36,4% em 1950 para 72% em 1998, enquanto que na periferia capitalista no mesmo período este salto foi de 16,7% para 30%. Nos países centrais a redução no setor primário foi brutal, de 62,5% para 5% da ocupação total, enquanto que o secundário sofreu uma variação bem menor, porém, não menos significativa, de 30,8% para 23% da ocupação, no período citado. Na periferia, entre 1950 e 1998 as mudanças foram também

mão-de-obra (que) foi complementada, em parte, pela ampliação de fábricas intensiva em capital e conhecimento, com valor adicionado por trabalhador muito mais alto” (Ibid, p. 34). Também nos países da periferia do capitalismo ocorreu um acentuado crescimento do setor terciário, chegando a índices de 30% da ocupação. No Brasil, país semiperiférico na definição de Pochmann, são 41,2% os trabalhadores ocupados no setor de serviços²⁹, que se adicionados aos ocupados pelo comércio (13,4%) somam 54,6% da força de trabalho empregada no país – mais da metade da força de trabalho ocupada –, enquanto que no setor industrial são 12,7% os ocupados³⁰. Viveríamos, assim, um processo de reestruturação econômica em que a velha economia industrial estaria dando lugar a uma *nova economia* baseada no setor dos serviços, em franco crescimento, ocupando o espaço até a pouco ocupado pelo setor industrial, em um claro movimento de absorção da força de trabalho dispensada pelo setor produtivo, em decorrência das transformações profundas resultantes do impacto da implementação das novas tecnologias na cadeia produtiva, força de trabalho que vai sendo incorporada paulatinamente.

Com estas transformações na produção estaríamos vivendo uma superação da sociedade industrial forjada pela Segunda Revolução Industrial, tal como a conhecemos durante o século XX, e vendo nascer na virada para o século XXI uma sociedade pós-industrial resultante da Terceira Revolução

significativas: caiu a presença do setor primário de 73,9% para 55%, enquanto que o setor secundário cresceu de 9,4% para 15%, aumento este explicado pelo “processo de periferização da indústria de transformação ocorrido desde os anos 50”, em busca de matéria prima abundante e de uma força de trabalho o mais barata possível (POCHMANN, 2001, p. 32-35).

²⁹ O setor de serviços compreende os setores de “prestação de serviços, serviços auxiliares de atividade econômica, transporte e comunicação social e administração pública” conforme os dados dispostos na tabela elaborada pelo DIEESE (2001, p. 49).

³⁰ Para um quadro mais geral da ocupação da força de trabalho no Brasil seguem os dados sobre a ocupação nos demais setores no Brasil: agricultura 24,2%, construção civil 6,6% e outros 1,9%, segundo DIEESE (2002, p. 48-49) a partir de dados da PNAD do IBGE.

Industrial ou molecular-digital, com um novo padrão produtivo e novas relações entre capital e trabalho fruto das novas tecnologias e dos novos paradigmas de gestão e administração, deixando para trás a chamada Era Industrial, e todas as suas relações entre capital e trabalho, tal como a conhecemos durante o século XX. Posto desta maneira, estamos diante de um novo mundo em que a economia industrial dá lugar a uma *nova economia*, esta baseada no setor de serviços, cuja ampliação é a própria expressão da conversão da antiga economia para esta *nova economia*. Nela, o trabalho teria sofrido o seu maior e mais radical processo de transformação, expresso numa *crise da sociedade do trabalho*, cuja ampliação do desemprego é sua maior expressão. Nesta nova economia, o trabalho teria perdido sua centralidade³¹.

Mas como aponta Fiori (2002, p. 01), esta é a

“tese econômica ou histórica em que se baseia todo o edifício ideológico liberal-conservador dos anos 1990. A mesma que depois se transformou na pedra angular da ‘terceira-via’ social-democrata (...) uma revolução tecnológico-informacional que mudou radicalmente a economia e a sociedade capitalistas (...) no seu lugar estaria nascendo uma sociedade em que as relações de classe seriam substituídas por redes horizontais e comunicativas, cada vez mais extensas, envolventes e democráticas”.

Mudanças que contam com acontecimentos e fatos presentes na vida de milhões de pessoas e que têm um impacto no cotidiano dos mais distintos e distantes habitantes do planeta, de que são exemplos as facilidades

³¹ Para um aprofundamento das discussões sobre a centralidade do trabalho diante das mudanças no capitalismo global ver Antunes (2002, 2003), Gorz (1982), Kurz (1992), Grupo Krisis (2003), Offe (1989) entre outros autores.

nas comunicações produzidas pela informática ou pela telefonia celular, os avanços da indústria farmacêutica, entre tantos outros. Enfim, eventos concretos resultantes das modificações tecnológicas que não podem ser negados de maneira alguma, uma prova de realidade das transformações econômicas e sociais.

Análises críticas destes eventos e das mudanças produzidas no cotidiano apontam em uma direção distinta da propagada pelo neoliberalismo. Para Konder (2002, p. 244), as transformações em curso não produziram modificações substanciais na *estrutura* das sociedades, ainda que tenham ocorrido mudanças aceleradas nas experiências cotidianas da população. Permanece, porém, o mesmo modo de produção capitalista, que se distingue – e isto é, sem dúvida, central observar – por “novos e mais poderosos instrumentos, com mecanismos mais ágeis, tirando proveito de novas motivações” (Konder, 2002, 244). Não se trata de negar o alcance das transformações tecnológicas e seus impactos no cotidiano e, principalmente, no mundo do trabalho, mas de observar que há alterações profundas nas condições de vida cotidiana dos indivíduos e na vida dos trabalhadores, em particular, estas mudanças não configuram uma *nova economia*, nem tampouco novas relações sociais mais democráticas fundadas em *redes horizontais e comunicativas*. Trata-se de uma *despolitização* artificial – *de um bloqueio ideológico* – que jamais reconhece que as transformações das estruturas das relações sociais dependem das revoluções políticas e não podem simplesmente ser alcançadas por inovações tecnológicas, ainda que espetaculares (Konder, 2002, p. 246-247). O que se observa é, antes, um processo de criação de imagens “pela distorção ideológica mais freqüente” que

cumpra o papel de apresentar socialmente “a realidade contemporânea como um vigoroso movimento positivo, de vertiginoso progresso: uma autêntica revolução tecnológica, que está mudando tudo” (Ibid, p. 244), maneira pela qual se faz aparecer as mudanças em curso que têm atingido em cheio o mundo do trabalho como resultado do progresso, uma seqüência do processo natural de desenvolvimento tecnológico, processo este responsável pelas transformações sociais e econômicas. Para o autor, trata-se de que é a própria “ideologia ancorada no conservadorismo da consciência cotidiana, hoje, (que) trata de camuflar esse conservadorismo” (Ibid, p. 243).

Fiori (2002, p. 01) afirma que apesar da

“natureza espetacular da mudança ocorrida – depois de 1970 – no campo da microeletrônica, dos computadores e da telecomunicação, assim como seu impacto no funcionamento dos mercados financeiros e das ‘auto-estradas’ de informação”,

não é possível falar em uma *nova economia* e uma nova sociedade: “não há nenhuma evidência de que estas modificações tenham alterado as relações sociais e as leis básicas e de longo prazo do sistema capitalista”. Para o autor, o *fim do trabalho* alardeado pelos que teorizam sobre o *pós-industrialismo* resulta da observação superficial dos indicadores que apontam a redução da ocupação industrial e a conseqüente redução de sua participação na estrutura ocupacional, pois que a grande massa de desempregados – *algo em torno de um bilhão de pessoas* – nem foi incorporada pelo setor de serviços, muito menos se “dedica, aparentemente, ao ócio criativo”, tendo sido transformada num enorme contingente de “trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e cada vez mais alheios

ao mundo das organizações sindicais”, e que permanecem ligados ao mesmo *paradigma do trabalho*. Estas transformações que adquiriram dimensão social gigantesca não são, para o autor, resultados naturais e benéficos das novas tecnologias, resultantes que são “de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970”³² (Ibid, p. 02).

Estas transformações no mundo capitalista, movidas pela competitividade entre as grandes corporações transnacionais, têm, sim, produzido importantes modificações no mundo do trabalho: a substituição massiva do trabalho humano pela tecnologia em diferentes áreas da economia (em maior intensidade nos setores industrial e financeiro) e, como consequência, a eliminação definitiva³³ cada vez mais numerosa de postos de trabalho – responsável pelo aumento do desemprego tecnológico e do desemprego estrutural³⁴; um processo intenso pela flexibilização das relações de trabalho e redução de direitos dos trabalhadores como instrumento para a adequação às novas necessidades da produção e a redução dos custos; a precarização das relações e formas de trabalho; a intensificação da exploração do trabalho e; a exigência das chamadas novas competências, habilidades e

³² Também argumentam nesta direção Meszáros (2003), Oliveira (1997, 2003), Antunes (2002, 2003, 2004), Alves (1999), entre outros autores.

³³ Nas áreas em que os impactos das transformações tecnológicas na produção foram mais intensas, grande parte do trabalho vivo foi substituído por trabalho morto, com a eliminação definitiva de postos de trabalho. Estas seriam as áreas afetadas pelo desemprego estrutural ou tecnológico. De outra maneira, em inúmeros casos a redução dos postos é resultado de políticas de terceirização e/ou da precarização do trabalho e não se trata de desemprego estrutural: ocorre uma sobrecarga de trabalho como consequência da redução do número de trabalhadores e o aumento da exploração do trabalho – os que ficam realizam o trabalho dos que foram demitidos.

³⁴ Antunes (2002, p. 49) aponta que “o mais brutal resultado dessas transformações [no mundo do trabalho] é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global”.

qualificações aos trabalhadores remanescentes, são algumas das mudanças que têm atingido fortemente os trabalhadores³⁵.

As conseqüências destas transformações, seus resultados mais visíveis têm sido, afinal, o aumento do número de desempregados, com o crescimento dos índices de desemprego nos diversos países, tanto no centro, quanto na periferia do capitalismo, e a crescente informalização do trabalho em escala global. Em países centrais, o desemprego tem permanecido na última década em patamares alarmantes. Na França a taxa de desemprego encontra-se na faixa de 9,9% da população economicamente ativa³⁶, enquanto que no Canadá o desemprego chega a 7,2%³⁷ da população economicamente ativa (PEA). Mesmo nos EUA, centro do capitalismo global, os índices de desemprego permanecem na faixa de 5,2%³⁸.

Nos chamados países emergentes, associada à reestruturação produtiva, a crise econômica e financeira resultante da adesão incondicional ao projeto neoliberal na década de 1990 e início dos anos 2000 transformou o desemprego em um fato alarmante. O Brasil chegou a ocupar em 1999 o terceiro lugar em Desemprego Aberto³⁹ no mundo, com 7,6 milhões de

³⁵ É extensa a literatura que trata das transformações em curso no mundo capitalista nesta virada de século. Estas discussões podem ser encontradas, por exemplo, nos estudos de Antunes (2002, 2003, 2004), Oliveira (1997, 2003), Meszáros (2003), Pochmann (2000, 2001), Fiori (1997, 2002), Mattoso (1994), entre os tantos autores que têm se debruçado sobre as mudanças que vêm ocorrendo no capitalismo desde o último quarto do século XX e início do XXI.

³⁶ Índice referente ao mês de junho de 2004, segundo a ANPE – Association Nationale pour l'Emploi. Este índice equivale a 2,687 milhões de trabalhadores desempregados na França.

³⁷ Índice referente ao ano de 2004 – na página eletrônica da “Canadian Statistics” – (www40.statcan.ca).

³⁸ Taxa de desemprego em abril de 2005. Conforme se observa na página eletrônica do U.S. Department of Labor – Bureau of Labor Statistics (www.bls.gov) as taxas de desemprego permanecem no patamar acima dos 5% nos últimos doze meses.

³⁹ Desemprego Aberto do IBGE é a relação entre o número de pessoas que procuraram emprego de maneira efetiva no período de 30 dias antes da entrevista e não exerceram nenhum trabalho durante a última semana (7 dias) anterior à pesquisa e o número de pessoas economicamente ativas (PEA). Desta maneira, se um trabalhador não procurou emprego no período a que se refere a pesquisa ele passa à condição de inativo e é excluído da PEA,

desempregados em números absolutos (segundo dados do IBGE), o que significa 5,61% do total de desemprego mundial⁴⁰, atrás somente da Índia com 40 milhões e da Rússia com 9,1 milhões de desempregados⁴¹ – em 2000 avançou para o 2º lugar (Folha de São Paulo, 29/05/2002, p. B-5). Na Argentina, o índice de desemprego atinge 14,5%⁴². Também a pobreza e a miséria se alastraram por esses países – 47,8% da população está na pobreza na Argentina e 20,52% chegaram à indigência segundo pesquisa do governo Argentino⁴³, enquanto que no Brasil eram 45% de pobres e 22% de indigentes, segundo índices da FGV-PUC em 1999 – criando um quadro de instabilidade e crise social. Resultado disso, um forte crescimento da presença de trabalhadores desempregados no chamado mercado de trabalho informal e aprofundamento da precarização do trabalho nestes países, além de um grande contingente de trabalhadores sem ocupação.

Deste modo, falar de desemprego, hoje, é falar das mudanças no mundo do trabalho na nova ordem capitalista, em um gigantesco processo de subproletarização e sobreexploração da força de trabalho no mundo contemporâneo, expressão da modernização conservadora em curso. Nos rastros da intensa expansão do desemprego estrutural vive-se um crescimento

enquanto que se exerceu algum trabalho por mais de 60 minutos no período pesquisado torna-se ocupado – e ambos estarão excluídos da taxa de desemprego. Para Pochmann (2001, p. 82), “o desemprego aberto tende a ser inexpressivo, pois preponderam estratégias de sobrevivência que mascaram a escassez de ocupação para todos”.

⁴⁰ Para uma comparação do avanço brutal do desemprego no Brasil na década de 1990 vale lembrar que neste ano de 1999 o Brasil representava 3,12% da PEA mundial e 5,61% do desemprego mundial, enquanto que em 1986 representava 2,75% da PEA mundial e 1,68% do desemprego mundial, na 13ª posição global (Antunes, 2004: 24, citando Pochmann, (2000, 2001).

⁴¹ Segundo informações disponíveis na página eletrônica do DIEESE.

⁴² Em 2003 a Argentina alcançou um crescimento econômico da ordem de 8,7%, que fez o índice de desemprego recuar de 19,7% para 14,5%. Porém, como indica o próprio Governo Argentino, 50% dos novos postos de trabalho são sem carteira assinada (Indec – Instituto Nacional de Estatísticas e Censos, do Ministério da Economia da Argentina).

⁴³ Em 2003, segundo dados do Indec – Instituto Nacional de Estatísticas e Censos, do Ministério da Economia da Argentina.

de formas de trabalhos temporários e parciais, de subcontratação da força de trabalho, de expansão do trabalho informal, ao lado do crescimento da utilização do trabalho feminino⁴⁴ e do trabalho no setor de serviços⁴⁵, que aumentou, entre os anos de 1970 e 1990, “em média 50% sua participação relativa na estrutura ocupacional, sendo em boa medida direcionada para o setor informal” (ANTUNES, 2004, p.24). No mesmo período, houve uma redução da participação do setor industrial de 20% para 13% do total da força de trabalho no Brasil, sem, no entanto, que tenha ocorrido a incorporação por parte do setor terciário de todos estes trabalhadores que perderam seus postos de trabalho na indústria (POCHMANN, 2000), ampliando enormemente o número de desempregados e de trabalhadores informais.

Terceirização, trabalho precário, temporário e informal tornaram-se formas de trabalho não apenas de caráter transitório para os desempregados até a obtenção de um emprego formal, mas, sobretudo, como formas permanentes (ainda que intermitentes, é claro) de ocupação para o trabalhador. “A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal” (OLIVEIRA, 2003, p. 142). Aqueles que perderam seus empregos nas últimas décadas e não conseguiram (e não conseguem) retornar ao mercado formal vão permanecendo cada vez mais constantemente no mercado de

⁴⁴ A ampliação do contingente de mulheres no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que significa uma ampliação dos direitos e a conquista de uma maior igualdade entre homens e mulheres, surge como mecanismo de redução dos custos com a força de trabalho: no Brasil os salários pagos às mulheres são significativamente menores em relação aos dos homens que exercem a mesma função no mundo do trabalho. Estes dados podem ser encontrados nas PEA realizadas pelo DIEESE-Seade, ou ainda, na PND realizada pelo IBGE.

⁴⁵ Ricardo Antunes (2002, p. 50) aponta que “há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos”. Este processo compõe um quadro de “maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”.

trabalho informal, porque a informalidade agora não é mais “uma situação passageira, a transição para a formalização completa das relações salariais” (Ibid, p. 135). Com as mudanças em curso,

“o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal. O conjunto dos trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente (Ibid, p. 136)⁴⁶”.

e que podem ser utilizados, os trabalhadores, nas mais variadas atividades e funções.

Em paralelo, crescem os trabalhos na ilegalidade e na empresa do crime impulsionados que são pela desestruturação do Estado, sua redução ao tamanho *mínimo* e a conseqüente diminuição de sua capacidade de atendimento à população em geral e à desempregada, em particular. Nunca é demais lembrar que as políticas de seguridade social universalizantes se tornaram incompatíveis com o ideário neoliberal, sendo substituídas pelas chamadas políticas compensatórias de caráter focal, cuja modalidade e alcance são insuficientes para garantir condições de sobrevivência aos trabalhadores desempregados. Produz-se, assim, um grande contingente de

⁴⁶ Está havendo uma mudança profunda na relação capital-trabalho, que é central para compreender as novas formas de uso da força de trabalho, segundo Oliveira, uma vez que “...a tendência moderna do capital é a de suprimir o adiantamento de capital: o pagamento dos trabalhadores não será um adiantamento de capital, mas dependerá dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias. Nas formas da terceirização, do trabalho precário, e, entre nós, do que continua a se chamar ‘trabalho informal’, está uma mudança radical na determinação do capital variável. Assim, por estranho que pareça, os rendimentos dos trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias, o que não ocorria antes; nos setores ainda dominados pela forma-salário, isso continua a valer, tanto assim que a reação dos capitalistas é desempregar força de trabalho (...) É quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos capitalistas. Disso decorrem todos os novos ajustamentos no estatuto do trabalho e do trabalhador, forma própria do capitalismo globalizado” (OLIVEIRA, 2003, p. 136). Esta discussão pode ser encontrada também em Oliveira (1997).

trabalhadores que não têm praticamente acesso a políticas de seguridade social, desempregados e excluídos de qualquer tipo de atendimento pelo Estado⁴⁷. Deixados à sua própria sorte, é deste contingente que saem os trabalhadores para a empresa do tráfico de drogas⁴⁸.

Fazem parte, ainda, das transformações no mundo do trabalho formas de trabalho que são de novo tipo, que se caracterizam pela sua realização em uma condição inusitadamente nova. São os trabalhos que se dão como resultado das *facilidades* promovidas pela revolução tecnológica, que transferem para o trabalhador-consumidor as atividades outrora realizadas por um trabalhador específico em um lugar específico de trabalho. Um exemplo disto é o trabalho de venda de produtos pela internet em que o próprio consumidor trabalha para fazer a sua compra: diante do computador é o próprio comprador quem realiza todas as operações de venda da empresa virtual, ele escolhe o produto que quer comprar, realiza o preenchimento dos valores, das formas de pagamento, do endereço pra entrega, o manuseio do sistema de venda-cobrança, etc – enfim, ele trabalha para a empresa virtual vendendo para ele mesmo. Também no trabalho bancário, quando o

⁴⁷ Francisco de Oliveira (2001, p. 76), referindo-se à Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República, escreve: “o presidente disse certa vez que no Brasil, com toda a probabilidade e com a generosidade do cálculo, haveriam 50 milhões de pessoas que jamais teriam a chance de ter um emprego. Isso, para quem está acostumado a manejar um pouco os números que é o vício de nós sociólogos, 50 milhões de pessoas significava simplesmente que o dobro da força de trabalho brasileira estaria sem chance nenhuma. O que quer dizer isso? Quer dizer tornar supérfluo e excluir, esta é a consigna mais forte do neo-liberalismo”.

⁴⁸ Nas periferias das grandes cidades brasileiras, nas grandes favelas das capitais, onde estão concentradas grandes parcelas dos desempregados brasileiros, a presença do Estado é quase nula, e, em geral, se faz sentir na maior parte do tempo pela presença apenas do aparato de segurança policial-militar, invariavelmente repressivo. Aos excluídos da economia uma das alternativas de trabalho (não a única) é o tráfico de drogas, particularmente para os jovens. Em entrevista à revista Caros Amigos, Nilo Batista, que foi Secretário de Justiça e Vice-Governador do Rio de Janeiro nos Governos Brizola entre 1983 e 1986 e entre 1991 e 1994, pergunta: “...quando querem fazer alguma coisa que é apenas um comércio ilegal, vão ser combatidos, vão morrer (...) o único emprego, o garoto tem 14 anos. Como é que o pai vai convencer o garoto a ganhar 240 (*reais*) por mês se ele pode ganhar 400 (*reais*) por semana para soltar rojões?” (Caros Amigos, 2003: 33).

trabalhador-cliente acessa sua conta nos caixas eletrônicos ou por meio da internete em sua casa ele realiza uma parte importante do trabalho anteriormente realizado por um bancário, atendendo a si mesmo. Seria incorreto afirmar que a máquina é quem realiza o trabalho de atendimento ao cliente, porque em verdade quem opera a máquina é o próprio cliente-trabalhador – seja um computador conectado à rede mundial, seja uma caixa de atendimento automático – que, por sua vez, em ambos os casos, não recebe por este trabalho. Oliveira (2003, p. 138), referindo-se a este tipo de trabalho bancário, aponta que é “sua forma, uma fantasmagoria, um não-lugar, um não tempo, que é igual ao tempo total”⁴⁹. Enfim, pergunta o autor: “de que tipo de trabalho se trata?” (Ibid, p. 137).

Mas, do mesmo modo que a implementação das novas tecnologias não se dá de maneira alguma homogênea, o impacto sobre os trabalhadores é também desigual: de um lado, há a redução do operariado industrial e de outro, o aumento da precarização do trabalho e do subproletariado. Antunes (2002, p. 50) indica que há um processo de “*heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora”. Há uma diminuição do trabalhador estável do qual se exige uma maior qualificação e ao mesmo tempo um aumento brutal do trabalho precarizado e informal, cada vez mais desqualificado. Constata-se de modo geral a coexistência de dois grandes grupos distintos de trabalhadores (ANTUNES, 2002, p. 168-170). Por um lado, pode-se apontar a existência de um grupo

⁴⁹ Para Francisco de Oliveira (2003, p. 137-138), criou-se “uma espécie de ‘trabalho abstrato virtual’”, cujas *formas exóticas* “estão ali onde o trabalho aparece como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores: nos *shopping centers*”. O autor refere-se ao trabalho bancário substituído pelo trabalho em casa com um computador para lançar sua pergunta: “de que tipo de trabalho se trata?”. E completa afirmando que os “conceitos como formal e informal já não têm força explicativa” .

cada vez mais reduzido de trabalhadores considerados altamente qualificados, em geral com emprego formal e estável. São aqueles que trabalham junto aos setores de maior tecnologia e dos quais se exige uma constante qualificação para permanência em seus postos de trabalho. Vale ressaltar que dentre estes há um menor contingente de mulheres, com o predomínio do trabalhador masculino conforme as áreas em que incide maior tecnologia, conforme aponta Hirata (1995, p. 86-87). Por outro lado, um grupo cada vez mais numeroso, que não necessita de uma qualificação específica ou elevada e que é, portanto, submetido a uma desespecialização crescente. São trabalhadores cujas antigas qualificações não são mais necessárias, ou por terem se tornado *obsoletas* ou por terem sido tornados excedentes, em ambos os casos pela automação e pela reestruturação da produção. Trata-se daqueles subempregados ou desempregados que podem, em função de sua condição, ser aproveitados temporariamente nas mais diversas funções, aos quais se exige, por isto mesmo, serem *multifuncionais* – o que caracteriza a existência de um grupo com alta rotatividade no mercado de trabalho e disponível em grande quantidade, como convém ao capital.

Estas transformações aparecem socialmente como uma *desordem do trabalho*⁵⁰, resultado da modernização conservadora que, segundo Mattoso (1995, p. 156), terminaria “por romper, no limiar o século XXI, as articulações das antigas relações sociais e salariais...”. Esta nova realidade do trabalho, que aparece como uma desordem é, enfim, nas palavras de Alves (1999, p. 03) “tão-somente a determinação reflexiva da *nova ordem do capital*,

⁵⁰ Desordem do trabalho é expressão usada por Jorge Mattoso (1995, p. 156) para se referir ao processo de reconstituição do mundo do trabalho sob a mundialização do capital: “O mundo do trabalho passaria, então por uma verdadeira revolução de suas bases estruturais, com a geração de múltiplas inseguranças que constituiriam uma intensa desordem do trabalho” .

sob o complexo da reestruturação produtiva, impulsionado pelas políticas neoliberais”, nova ordem em que apenas parcela dos trabalhadores pode encontrar empregos, enquanto que os demais permanecem nas margens do mercado de trabalho, permanecem desempregados e subempregados⁵¹.

Captar os discursos sobre o trabalho neste período de transformações econômicas é uma maneira de tornar visíveis as novas formas de exploração do trabalho pelo capital e de opressão aos trabalhadores. Por seu lado, os discursos sobre o desemprego são ao mesmo tempo discursos sobre esta nova realidade do trabalho e chamam a atenção pelo seu caráter ideológico, pela maneira como constroem imagens em torno do desemprego e as repercute pelos quatro cantos do país, tratando de apresentá-lo socialmente com moldura de evento natural e fato consumado, resultado do progresso e da *evolução* do sistema produtivo e conseqüentemente do mercado de trabalho, entidade abstrata que se tornou ela mesma a responsável pelo desemprego, progresso e evolução desejáveis, em que pese o fechamento em massa de postos de trabalhos sem a sua substituição pela criação de novos postos sequer quantitativamente equivalentes, estes os *efeitos colaterais* sempre indesejáveis, até mesmo lamentáveis, porém inevitáveis, dos avanços do sistema produtivo e do progresso do mundo civilizado globalizado.

Progresso e evolução que fazem do mercado de trabalho entidade exigente quanto aos atributos do trabalhador que serão úteis para que ele possa candidatar-se a um posto de trabalho. Não se trata aqui de que estes

⁵¹ Souto Maior aponta que “a sociedade moderna é apresentada e assumida como a sociedade do um quinto”, referindo-se à Hans-Peter Martin e Haral Schumann (1997), que relatam “uma reunião, realizada no Hotel Fairmont, em 1995, na cidade de San Francisco, entre chefes de Estado, economistas e empresários, na qual se assumiu a postura de que a sociedade do futuro seria a sociedade do 1/5, não havendo perspectivas de integração para os 4/5 excluídos” e completa: “vale reparar que a sociedade do 1/5 não é mais a sociedade do futuro (como se considerava há cinco anos atrás), mas a sociedade do presente” (2002, p. 05).

atributos sejam necessários para obter uma vaga, mas para alcançar, antes, a oportunidade de disputá-la, em geral com muitas dezenas (quando não centenas) de outros desempregados. O Mercado de Trabalho exigente pontifica sobre quais são as formações, habilidades e características positivas dos trabalhadores, que se não estão neles (nos próprios trabalhadores) ou eles as não possuem, devem então buscar obtê-las rapidamente, a chave para o retorno ao emprego. Sem elas não chegam sequer até ao processo de seleção, uma vez que são condições *a priori* para candidatar-se à vaga, como bem demonstram os casos de exigência de determinada escolaridade para a ocupação de um posto de trabalho, sem a qual não importará se o trabalhador desempregado possui os conhecimentos e habilidades, ou até mesmo experiência anterior, necessários para a realização do trabalho: nestes casos, a escolaridade funciona como uma pré-seleção automática. Resta saber se a exigida escolaridade é sempre de fato necessária para a ocupação daquele referido posto de trabalho.

Assim, hoje, quando se fala em desemprego há imediatamente uma associação, em todos os espaços sociais, com a temática da qualificação. É muito comum encontrar quem diga que há no Brasil uma deficiência na qualificação, na formação e na escolarização da população brasileira, que responde por boa parte das dificuldades na contratação de trabalhadores. A relação entre as mudanças tecnológicas e as exigências das chamadas competências e o preparo da população para o mercado de trabalho prontamente aparece como elemento central explicativo do caos em que se encontra o mercado de trabalho no país. Vale dizer que, invariavelmente, os temas da escolarização, a insuficiência dela mais especificamente, e da

qualificação profissional, a sua inadequação às novas tecnologias, são presença constante nos meios de comunicação de massa. A cada novo índice de desemprego divulgado mensalmente acompanham os novos números cenas do grande número de desempregados que aguardam para serem atendidos nos serviços oferecidos pelas principais centrais sindicais brasileiras, ora na Central de Emprego e Renda da CUT, ora no Centro de Solidariedade do Trabalhador da Força Sindical. E vêm sempre acompanhadas da referência à pouca qualificação dos trabalhadores que ali estão em busca de um posto de trabalho.

Enfim, cabe apontar que os discursos em voga sobre a qualificação profissional e sobre a educação, que se impõem aos desempregados e que aparecem como pré-condições para a obtenção de um emprego, estão diretamente relacionados a estes rearranjos em andamento (referidos até aqui) na economia capitalista, ligados que são ao processo de modernização conservadora em curso. Trata-se, talvez, do principal instrumento que explica às pessoas porquê há no país o enorme contingente de desempregados, de trabalhadores sem trabalho, que, apesar dos repetidos esforços, não encontram um emprego sequer. E o justifica para todos, em particular para os próprios desempregados. As explicações para o desemprego e os argumentos utilizados em favor da qualificação e requalificação dos trabalhadores são merecedores de olhar atento, em particular quanto ao seu caráter ideológico, em um tempo em que “pela distorção ideológica mais freqüente”, novamente nas palavras de Konder (2002, p. 244), se criam imagens que cumprem o papel de apresentar socialmente “a realidade contemporânea como um vigoroso movimento positivo, de vertiginoso

progresso: uma autêntica revolução tecnológica, que está mudando tudo” e sobre a qual o homem não tem nenhuma possibilidade de controle, muito menos de influir em seus rumos.

Emprego e desemprego no Brasil

A década de 1990 foi para o Brasil um período de grandes modificações na situação do trabalho. Com a intensificação das transformações no sistema produtivo, com o aprofundamento da implementação do modelo japonês e seus impactos na organização da produção no país, acompanhada da grave crise econômica brasileira responsável por um crescimento econômico anêmico da economia na década⁵², houve uma profunda mudança no mercado de trabalho em relação às décadas anteriores, com a ampliação do desemprego em escala surpreendente. Se até o ano de 1980 o país vinha conseguindo alcançar taxas de crescimento econômico elevadas com impacto positivo na geração de emprego, a partir dos anos de 1990 o quadro sofreu profunda reversão. Desde a década de 1940 até a de 1970 com os fluxos migratórios do campo em direção às cidades e a intensificação do processo de urbanização do país houve a disponibilização de trabalhadores, de força de trabalho, em grandes quantidades, que possibilitou ao capital a sua utilização intensa a baixos custos e resultou na expansão do emprego nas cidades, com a ampliação do emprego formal, com registro em carteira. Neste período, segundo Pochmann (2001, p. 96-97), o crescimento econômico do país alcançou uma média anual de 7% de aumento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu em uma

⁵² Na década de 1980 a variação média anual do PIB ficou na ordem de 1,9%. Entre 1981 e 1983 o PIB teve uma queda média da ordem de -2,0% ao ano. Em 1988 o recuo foi de -0,1%. Estes resultados foram compensados pela retomada do crescimento, particularmente nos anos de 1984 a 1986, quando o crescimento do PIB tingiu a faixa de 6,9% em média ao ano. IBGE, 2004: CD-Room "Estatística do Século XXI, CD-Room", disponível em (http://www.ibge.gov.br/seculox/estatisticas_economicas.shtml).

média anual de 2,56% e a ocupação em 2,65% (média anual), com resultados de aumento do emprego assalariado de 6,2% em média ao ano. É ao longo deste período que o desenvolvimento industrial brasileiro ganha maior impulso, com a instalação de pólos industriais no país, com a política de substituição das importações, e utilização de força de trabalho barata, o que resulta na incorporação crescente dos trabalhadores ao sistema produtivo e na difusão do emprego assalariado: “em geral, sempre que havia expansão da produção, a geração de empregos assalariados, especialmente aqueles com registro formal em carteira, era superior à de outras formas de ocupação” (Ibid, p. 96). Mesmo durante a chamada década perdida, os anos de 1980 em que o crescimento médio anual do PIB ficou em 1,9%, o quadro de emprego no Brasil não sofreu retrocesso tão significativo quanto na década seguinte. Neste período houve, entre os anos de 1981 e 1983, os anos de recessão, um resultado médio negativo do PIB da ordem de -2,0% em que o desemprego atingiu o patamar de 6,4% da PEA em 1983⁵³. Porém, já a partir de 1984 o desemprego começa recuar e em 1987, durante o período dos efeitos devastadores da hiperinflação e da dívida externa na economia brasileira, alcança 2,86% da PEA⁵⁴. Ao final da década perdida, em dezembro de 1989, com uma expansão do PIB de 3,2% a taxa de desemprego cai um pouco mais e atinge o patamar de 2,36% da PEA⁵⁵.

Pochmann (2001) sustenta que uma importante característica do período entre as décadas de 1940 e 1970 foi a de que sempre que houve um crescimento da produção, houve, em consequência, a expansão do emprego e

⁵³ Pochmann (1995, p. 183); e IBGE, 2004: CD-Room “Estatística do Século XXI, CD-Room”, disponível também em (http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_economicas.shtml).

⁵⁴ (Ibid. IBGE, 2004).

⁵⁵ (Ibid. IBGE, 2004).

do assalariamento, em particular de postos de trabalho com carteira assinada, havendo apenas a interrupção da expansão do emprego em períodos de conjunturas econômicas desfavoráveis ou em períodos em que ocorreram modificações importantes na base técnica da produção⁵⁶, que, uma vez ultrapassados, a retomada do crescimento econômico resultou na retomada da geração de novos postos de trabalho.

Distintamente, nos anos de 1990, a crise que se abateu sobre o emprego possui característica diversa: os índices de desemprego permaneceram em níveis elevados mesmo quando houve a retomada da atividade econômica, como foi o caso do período entre 1993 e 1997⁵⁷. E os postos de trabalho que foram criados estiveram na sua grande maioria entre aqueles sem carteira assinada, de tempo parcial, temporários, porém insuficientes para uma reversão do quadro de desemprego na década: “durante a década de 1990, por exemplo, a cada 10 empregos criados somente 2 eram assalariados, porém sem registro formal, o que configurou o cenário ocupacional de maior difusão de postos de trabalho não-assalariados” (Ibid, p. 97)⁵⁸. Assim, veio associado às taxas de desemprego crescentes durante todo o período um processo intenso de precarização das relações de trabalho na esteira do crescimento econômico ocorrido em parte da década, a despeito dos argumentos que relacionam os níveis de desemprego à crise econômica do país. O desenvolvimento econômico não só não conseguiu diminuir o

⁵⁶ O autor cita os anos de 1929 até 1932, quando da chamada Grande Depressão, e os anos de 1980 a 1983, o período da recessão no Brasil, como exemplos de períodos de crise econômica em que ocorreram as exceções no crescimento do emprego no país; e os anos de 1950 em que a renovação tecnológica no setor têxtil brasileiro incidiu negativamente na expansão do emprego (Pochmann, 2001, p. 96).

⁵⁷ Na década de 1990 a média anual do PIB foi de 1,7%, porém no período entre 1993 e 1997 esta média anual ficou acima dos 4% de crescimento. (Ibid. IBGE, 2004).

⁵⁸ Para uma comparação: no período dos anos de 1940 aos anos de 1970 “a cada 10 postos de trabalho criados apenas 2 não eram assalariados, sendo 7 com registro formal” (POCHMANN, 2001, p. 96).

desemprego no Brasil, como, também, precarizou cada vez mais a força de trabalho, característica central do atual modelo de acumulação capitalista. Os postos de trabalho com jornada legal de trabalho e de longa duração perderam espaço e deram lugar às novas formas de trabalho, que são, em verdade, antigas modalidades de exploração do trabalho marcadas pela flexibilização dos direitos trabalhistas.

A entrada no século XXI assistiu a continuidade do desmantelamento das relações de trabalho construídas durante o curto século XX, com o aumento da precarização da força de trabalho. Entre março de 2003 e março de 2005 a taxa de desemprego recuou de 12,1% para 10,8%, respectivamente, segundo a PME do IBGE⁵⁹, uma redução de 1,3 pontos percentuais, recuo sem dúvida significativo para aqueles que estão em busca de um posto de trabalho, porém ainda muito tímido quando se trata de um período de 24 meses, permanecendo alta a taxa de desemprego no país. Porém, estes índices podem se revelar ainda maiores se considerados os índices de Desemprego Total⁶⁰ apontados na PED realizada pelo DIEESE/Fundação Seade⁶¹. Cresceram o assalariamento sem carteira, o trabalho autônomo, o chamado trabalhador por conta, os empregos domésticos e o trabalho de crianças sem que com isso tenha havido ampla redução nos

⁵⁹ IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego, Março 2005.

⁶⁰ Desemprego Total é o resultado da soma dos índices de Desemprego Aberto e de Desemprego Oculto pelo trabalho precário (refere-se aos trabalhadores subempregados, que fazem ou fizeram algum bico pra sobreviver e continuam a procurar emprego) e pelo desalento (refere-se àqueles trabalhadores que desistiram de procurar emprego).

⁶¹ Realizada com metodologia distinta da Pesquisa Mensal de Emprego – PME IBGE, a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED DIEESE/Fundação Seade aponta uma taxa de Desemprego Total na região metropolitana de São Paulo em 17,3% da PEA – para a mesma região a PME-IBGE aponta uma taxa de 11,5% (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, março 2005). As diferenças estão por conta do cômputo do Desemprego Oculto pelo trabalho precário e pelo desalento na PED DIEESE/Fundação Seade, que apresenta uma taxa de Desemprego Aberto (Ver nota 39) para a região de 10,9% e de 6,4% de Desemprego Oculto que somados resultam nos 17,3% de desemprego. (DIEESE, Pesquisa de Emprego e Desemprego, março de 2005).

índices de desemprego, ao mesmo tempo em que houve o crescimento do trabalho não-assalariado, que representa em geral “formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência” (Id, 2001, p. 99) dos trabalhadores frente ao desemprego. Também o desalento, o abandono da procura pelo emprego em decorrência das dificuldades para obter uma vaga, cresceu no período.

No Brasil, a flexibilização na contratação da força de trabalho se traduz pelo crescimento na contratação direta do trabalhador pela empresa na condição de assalariado sem carteira de trabalho, pela contratação pelo assalariamento indireto – a terceirização dos serviços – e pela contratação do trabalhador autônomo ou por conta própria. Segundo dados apurados pelo DIEESE (2001), houve avanço da contratação de trabalhadores sem carteira assinada para um índice de 17,9% dos postos de trabalho gerados, na década de 1990⁶², pelas empresas na Região Metropolitana de São Paulo (nunca é demais lembrar que esses dados se referem ao principal pólo econômico do país) e se constituiu como a principal forma de contratação flexível de trabalhadores. Também a terceirização e a contratação do trabalhador por conta própria teve forte expansão no mesmo período, conformando um mercado de trabalho caracterizado pela contratação de mais de 30% da força de trabalho em situação precária, submetida à lógica da flexibilização, que retira direitos, diminui as garantias sociais e submete os trabalhadores à instabilidade permanente⁶³.

⁶² Segundo os dados do IBGE, em março de 2005 o trabalho assalariado sem carteira assinada atingiu um patamar de 15,5% da PEA, com uma alteração em relação aos 12 meses anteriores de 5,7%. Por sua vez, o trabalho assalariado com carteira teve uma oscilação no mesmo período de 6,2%, atingindo um índice de 40,3% da PEA. (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, março 2005)

⁶³ DIEESE (2001: 64 – 71).

E muitos são os que argumentam que é a legislação trabalhista brasileira a responsável pelo quadro de desemprego no país diante da *nova economia* mundial, como se fosse a responsável pelo impedimento do crescimento econômico nacional e, por consequência, da geração de empregos, ignorando-se a experiência dos anos de 1990. Torna-se meta empresarial a desregulamentação e a flexibilização da legislação trabalhista como elemento central para a inserção do país no mundo globalizado e argumenta-se com a necessidade da redução de custos para que haja ganho de competitividade dos produtos brasileiros diante dos mercados internacionalizados. A busca da redução de custos não é, no entanto, uma característica apenas do atual modelo de acumulação flexível, muito menos a defesa da redução ou eliminação da legislação trabalhista como mecanismo de atingir a redução dos custos da produção capitalista é *modernizante*, como quer o discurso oficial. Segundo Souto Maior (2002, p. 01-02), a “redução dos custos do trabalho, para atender à demanda produtiva, não é nova nas relações de trabalho”. Escreve que nos anos de 1950 estas discussões estiveram presentes nas publicações da época e chama a atenção para o artigo publicado na Revista LTr, de maio de 1957, com o sugestivo título "Morre o Direito do Trabalho?"⁶⁴, em que o autor discute as idéias defendidas por

“Pinto Antunes (2002, p. 02), em aula inaugural dos cursos jurídicos da Faculdade de Direito da USP, publicada no Jornal O Estado de São Paulo, na edição de abril de 1957, no sentido de que o direito do trabalho estaria fadado a desaparecer, em razão do movimento chamado de Segunda Grande Revolução

⁶⁴ Revista LTr, edição nº 237, de maio de 1957, artigo escrito por Hélio de Miranda Guimarães, referido por Souto Maior (2002: 02).

Industrial. Isto porque o capital teria se cansado de ser pressionado pelo inchaço da legislação trabalhista, que passou a consumir grande parte de seu lucro, tendo provocado uma reação dos empresários em direção da substituição da mão-de-obra pelo ‘robot’”.

Guardadas as devidas proporções e considerados os momentos econômicos vividos pelo país, não se trata de discurso muito distinto do proferido neste início dos anos 2000. Podemos encontrar, 37 anos depois, na revista LTr, esta de 1994, artigo de Pastore⁶⁵, que discute os fatores que afetam a geração de emprego com o advento da Terceira Revolução Industrial, e argumenta que

“além dos custos das tecnologias e da proteção ambiental, a geração de empregos é afetada pelo custo de contratar e descontratar a mão-de-obra” (e que) “quanto mais regulamentado o país, maior é a dificuldade de gerar empregos nos dias atuais em que a competição exige muita agilidade”.

Dispara, não sem antes ter lembrado que o uso de robôs vem se expandindo enormemente:

“a nossa legislação não estimula a contratação com menos encargos sociais – mesmo numa época em que o mercado informal explode, o desemprego cresce e as empresas precisam de agilidade para competir (...) encargos altos e

⁶⁵, “Relações do Trabalho numa Economia que se Abre”, artigo publicado na Revista LTr, 59-01/19, 1994 – (Pastore, 1997: 88 a 94).

rígidos dificultam o emprego formal e induzem as empresas a buscar automação ou trabalho informal” (1997: 90 a 94)⁶⁶.

As semelhanças são impressionantes e as três décadas que os separam não parecem ter efetuado mudanças fundamentais nos discursos pela flexibilização das relações de trabalho. Em ambos, os direitos do trabalho em relação ao capital inscritos na legislação brasileira são empecilhos para o avanço econômico, uma vez que freiam a atividade empresarial e reduzem o lucro, e *forçam* o capitalista a substituir, conforme os textos, o trabalho humano pelo dos *robots* e pela automação, substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, com impactos no emprego da força de trabalho. O artigo de Pastore vai mais longe e imputa à própria legislação as ações ilegais dos empregadores, que ferem a lei com a utilização do trabalho informal, que nada mais é do que a contratação de trabalhadores sem carteira assinada e, portanto, sem direitos trabalhistas.

É, porém, a partir dos anos de 1990, com o crescimento vertiginoso do desemprego e da precarização do trabalho, que a defesa da desregulamentação do mercado de trabalho ou ao menos de uma flexibilização da legislação trabalhista⁶⁷ ganhou maior dimensão social e se generalizou nos meios empresariais, parlamentares, governamentais e acadêmicos e constitui-

⁶⁶ Pastore publicou sob o sugestivo título “A Agonia do Emprego” uma coletânea de ensaios seus publicados entre 1993 e 1996 na imprensa e em revistas especializadas em que trata centralmente das transformações no mundo do trabalho e faz a defesa firme da flexibilização das relações de trabalho, como processo não apenas inevitável, mas desejável por todos, vantajoso até mesmo aos trabalhadores, em que logo no seu prefácio adverte: “...o emprego tende a diminuir, mas as novas modalidades de trabalho tendem a aumentar para poder acomodar e fazer crescer os que precisam trabalhar” (1997: 08).

⁶⁷ Quando se fala em flexibilização da legislação trabalhista, em geral, está se falando em consolidar legalmente as formas de contratação da força de trabalho precarizadas e instáveis, em terceirização (assalariamento indireto), em contratação temporária, por tempo parcial e formas de contratação que elevam o tempo de trabalho acima do estabelecido legalmente (44 horas semanais) assim como as contratações sem carteira assinada – portanto sem os direitos trabalhistas constantes da lei. O que se está propondo geralmente é legalizar as práticas há muito estabelecidas: a eliminação, ou ao menos a redução, dos direitos do trabalho frente ao capital, chamados inadequadamente de benefícios salariais.

se como discurso competente, que, proferido dos lugares de poder, ganharam a dimensão de condição necessária para a superação da crise do emprego⁶⁸. A defesa da eliminação dos fatores que impedem a expansão do emprego é uma velha conhecida e traz em seu bojo a luta do capital para ampliar a exploração do trabalho. Os direitos dos trabalhadores conquistados nas lutas sociais travadas ao longo do século XX e inscritos na legislação trabalhista brasileira tornaram-se obstáculos insuportáveis para a acumulação capitalista na virada do século.

Mas, o processo de acumulação capitalista ainda que faça avançar o trabalho morto em substituição ao trabalho vivo, cada vez mais intensificado pelas transformações tecnológicas, não pode eliminar o trabalho vivo na criação de valores. A reprodução do capital necessita “aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo que intensifique as formas de extração da mais-valia” (ANTUNES, 2002, p. 10-11). A flexibilização na contratação da força de trabalho vem acompanhada da intensificação dos ritmos e processos de trabalho e tem resultado na ampliação da jornada de trabalho para além da jornada legal de 44 horas semanais. Na região de São Paulo, produziu um aumento para mais de 40% dos trabalhadores assalariados que realizam jornada acima de 45 horas semanais, que, associada ao volume de desempregados e de excluídos econômicos, expressam a ampliação da exploração do trabalho e de sua intensificação no âmbito das empresas.

⁶⁸ A defesa, hoje intransigente, pelos capitalistas e seus ideólogos da desregulamentação das relações entre capital e trabalho é fenômeno mundial e tem resultado desde fins do século passado em mudanças nas legislações trabalhistas de diversos países no sentido da diminuição dos direitos dos trabalhadores. Algumas destas mudanças, tanto no que se refere ao Brasil, quanto a outros países, são abordadas nos três volumes dedicados à discussão sobre *emprego e desenvolvimento tecnológico* publicados pelo DIEESE (1998, 1999a, 1999b). Os impactos destas mudanças na Espanha podem ser encontradas em Aledo (1996) e em Saborido (1994).

É a alta produtividade do trabalho alcançada com as mudanças na base produtiva, com as transformações tecnológicas e os novos paradigmas administrativos e de gestão, associada à mundialização do capital que torna possível a eliminação da jornada de trabalho nas formas como ainda está estruturada. A utilização da força de trabalho passa a se dar em função da venda dos produtos, com a sua maior ou menor utilização em decorrência da expansão ou contração do consumo e suas formas de organização não podem, portanto, ser fixas, segundo Oliveira (2003), que afirma, ainda, que exatamente nisto reside uma transformação radical na relação capital trabalho, em que os salários vão perdendo sua condição de *capital variável*, deixam de funcionar como um adiantamento do capital ao trabalho para tornarem-se dependentes da venda das mercadorias/produtos. Deixam, desta maneira, de ser *custos* do capital:

“Disso decorre que os postos de trabalho não podem ser fixos, que os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho, e que as regras do Welfare State tornaram-se obstáculos à realização do valor e do lucro, pois persistem em fazer dos salários e dos salários indiretos um adiantamento do capital e um, ‘custo’ do capital” (Ibid, p. 137)⁶⁹.

A redução de custos toma a forma da flexibilização dos direitos e das relações de trabalho construídas ao longo do século passado pela lógica da necessidade de reduzir o *capital variável* e expandir o *capital constante* de maneira a garantir a reprodução do capital.

⁶⁹ Para Francisco de Oliveira a transformação dos trabalhadores em um contingente indeterminado e intercambiável põe fim ao adiantamento capitalista e permite que seus rendimentos sejam dependentes da realização do valor.

Avançando um pouco mais, outra característica importante do mercado de trabalho brasileiro é a diminuição de postos de trabalho no setor industrial, mais acentuada nas regiões mais industrializadas e de maior dinamismo econômico, que promoveu a diminuição do número de trabalhadores contratados em decorrência da adoção de novos processos produtivos. O crescimento da ocupação no setor de serviços foi expressivo, sendo o principal setor em que ocorreu a flexibilização das contratações de trabalhadores, em que houve ampliação da contratação de assalariados sem carteira assinada e do emprego do trabalhador autônomo. Porém, mesmo com o crescimento dos serviços – houve um salto para quase 60% dos ocupados no país – não há como falar em um processo de compensação de postos de trabalho perdidos na indústria, que não houve, pois que desde há muito os serviços empregam um volume maior de trabalhadores que o setor industrial. Houve, sim, um processo paralelo de decréscimo do emprego na indústria e de crescimento no setor de serviços, ambos resultantes da revolução molecular-digital e da globalização, que apesar de seu maior dinamismo em relação à ocupação da força de trabalho não foi capaz de absorver o grande contingente de desempregados resultante dos demais setores e do crescimento da PEA, evento que nos últimos anos não foi acompanhado pela oferta de empregos em nenhum dos setores econômicos brasileiros, o que demonstram as altas taxas de desemprego no país⁷⁰. Esta incapacidade para a absorção da força de trabalho pelos serviços é, antes, uma impossibilidade diante do fato de que não

⁷⁰ Também o setor primário teve redução na ocupação ao longo do tempo. Na agropecuária houve uma redução de 30,8% para 20,9% da ocupação entre as décadas de 1970 e de 1990. A indústria recuou nos anos de 1990 de 27,5% para 19,6%, enquanto que o comércio viveu uma expansão de 41,7% para 59,5% da ocupação (POCHMANN, 2001. p. 58). Considerada a região Metropolitana de São Paulo a redução do emprego industrial é mais gritante: de 33% em 1989 despenca para 19,8%, uma redução brutal de 40% no nível de emprego na indústria (DIEESE, 2001: 61- 64).

só a implementação de novos processos produtivos elimina postos de trabalho em massa, mas que estes novos arranjos no sistema produtivo e os processos de precarização intensificam a sobre-exploração do trabalho pelo capital, resultando em uma ampliação do desemprego.

Este quadro é alarmante e torna-se mais grave quando se observa que o tempo médio para que um trabalhador possa encontrar uma vaga tenha crescido para 52 semanas na grande São Paulo, enquanto que existem 22,8% de pessoas desempregadas que procuram uma vaga há pelo menos um ano. Vejamos: estas pessoas fazem parte, nos levantamentos sobre desemprego, daqueles que não estiveram em nenhum tipo de trabalho ou fizeram sequer um bico no período referência pesquisado não realizaram nenhuma atividade com remuneração de tipo algum. Então, como fazem para sobreviver? Ou para garantir muitas vezes a sobrevivência de seus familiares? Afinal, em março de 2005 os principais responsáveis pela família eram 27,6% do total de desempregados, o que significa um impacto muito maior quando se fala em exclusão no país provocada pelo desemprego, já que são famílias inteiras que sofrem com o desemprego de seu principal mantenedor, multiplicando as dificuldades econômicas, a pobreza e a miséria⁷¹.

Dentre os desempregados, há, ainda, uma parcela significativa que procura o seu primeiro trabalho – são pela pesquisa do IBGE um total de 19,6% –, em geral jovens que esbarram nas exigências de *experiência anterior de trabalho na área* para a obtenção de uma vaga, círculo vicioso que impede a aquisição desta experiência pelo jovem trabalhador e que o encaminhará, ao fim, para o subemprego. Também o desemprego atinge seletivamente os

⁷¹ DIEESE, Pesquisa de Emprego e Desemprego, março de 2005.

trabalhadores conforme seu nível escolar: na grande São Paulo os trabalhadores sem instrução ou que têm até o ensino fundamental completo são 25,1% dos desempregados, enquanto que os que têm o ensino médio incompleto (de oito a dez anos de escolaridade) compõem uma fatia de 25,1% dos desempregados. A maior taxa está entre os que possuem o ensino médio completo ou mais, que representam 49,6% dos desempregados na região⁷².

Estes são alguns dados que conformam um breve perfil do desemprego no país, que deixa de se caracterizar preponderantemente pelo desemprego conjuntural, causado essencialmente pela crise econômica brasileira, para se apresentar preponderantemente nas formas do desemprego estrutural e do desemprego tecnológico, ambos intimamente relacionados com as transformações em curso, de tal maneira que mesmo nos momentos de retomada da atividade econômica os índices de desemprego não cedem significativamente. Em ambos os casos os trabalhadores não podem alcançar um posto de trabalho e permanecem desempregados porque ou não possuem mais (ou nem chegaram a possuir) os requisitos para a vaga ou foram tornados excedentes ou obsoletos em relação ao processo produtivo. São formas muitas vezes tomadas como sinônimos, mas que caracterizam situações diferentes do desemprego e que possuem dinâmicas distintas.

Brevemente, de um lado, as qualificações do trabalhador confrontadas com as exigências patronais para a ocupação de um posto de trabalho desembocam na insuficiência do perfil daquele que está em busca de um emprego e resulta na não contratação para a vaga, conformando o chamado desemprego estrutural. Zabala (1998, p. 104–107), indica que este

⁷² IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, março 2005.

tipo de desemprego, chamado também de Desemprego de Segmentação, tem como resultado a permanência de postos vagos uma vez que não há trabalhadores qualificados que preencham os requisitos exigidos e, assim, “a capacitação profissional e a formação permanente adquirem grande importância” para o trabalhador. Há, então, um descompasso entre a qualidade dos postos de trabalho oferecidos e a qualidade da força de trabalho disponível, com resultados negativos para esta última, que é o desemprego. De outro lado, o desemprego tecnológico é fenômeno relacionado ao chamado *progresso tecnológico* e à aplicação de seus frutos, as novas tecnologias, à produção, em particular, e aos demais setores econômicos, em geral. Assim, a cada salto tecnológico corresponde no âmbito da economia a incorporação das novas tecnologias emergentes, que substitui o trabalho vivo por trabalho morto e torna desnecessária parte significativa, em geral a maior parte, do trabalho humano. Dispensa parcela da força de trabalho, com forte impacto no mundo do trabalho, em particular pela redução dos postos e ampliação do desemprego, e impõem uma renovação na qualificação para operá-las: “a demanda de pessoal qualificado cresce continuamente visando aprimorar a incorporação tecnológica, que redunde em benefícios diretos ao aumentar a produtividade de forma evidente” (Ibid, p. 110–112)⁷³. Nos dois casos, o desemprego tecnológico e o desemprego estrutural, há em comum aquilo que se refere à qualificação, à formação e à capacitação do trabalhador frente ao processo de trabalho, em um resultante de alterações tecnológicas, em outro resultado dos elementos técnicos próprios do posto de trabalho, como exigência para o emprego. Ambos explicam socialmente o grande número de

⁷³ Em geral desemprego estrutural e desemprego tecnológico aparecem utilizados como sinônimos, o que apesar de suas semelhanças não o são. Para um aprofundamento das reflexões relativas ambos ver Zabala (1998); Roux (1998); Geller (1998),

desempregados e revelam aquilo que se propunham a encobrir, o caráter arbitrário e autoritário das mudanças qualitativas no mundo do trabalho implementadas pelo capital, cuja racionalidade econômica submete o trabalhador ao *progresso tecnológico* e revela-se como irracionalidade, capaz de jogar para fora do sistema econômico grandes contingentes de trabalhadores e transformar outra parte destes em força de trabalho abundante disponível para quaisquer tipos e condições de trabalho pela força do desemprego. Temos, então, a conformação de um exército de trabalhadores definitivamente fora do mercado de trabalho, excluídos, que não teriam mais a possibilidade de alcançar um posto de trabalho – tanto para aqueles que perderam seus empregos de retornar ao mercado de trabalho, quanto para os mais jovens de obter o primeiro emprego –, ao mesmo tempo em que a conformação de um exército de trabalho de reserva significativamente ampliado e disponível para ser utilizado da maneira que melhor convier ao capital, instrumento de controle e pressão sobre os trabalhadores empregados.

Desemprego e qualificação profissional

Muitas são as explicações dadas para o desemprego. Os meios de comunicação brasileiros apresentam-no como resultado das mudanças tecnológicas, da modernização da economia – são os frutos amargos, porém inevitáveis da globalização – e da crise econômica e financeira que se abateu sobre o país no último período. São fatores que aparecem misturados uns aos outros, muitas vezes produzindo a sensação de que são indistintos e que contribuem igual e inexoravelmente para o quadro alarmante do desemprego. Não raro aparecem matérias jornalísticas em que milhares de pessoas fazem filas para preencher um pequeno número de vagas em alguma contratação no setor público ou privado – muitos dos candidatos chegam com antecedência e dormem no local das inscrições para garantir seu lugar na seleção⁷⁴. Se para o preenchimento das vagas é exigido o ensino fundamental ou o ensino médio de escolaridade, alguém com nível superior é sempre encontrado no meio da multidão e apresentado como ícone do horror que significa o desemprego em nosso país. Afinal, vamos encontrar em São Paulo, na Região Metropolitana, área de grande desenvolvimento e de maior dinamismo econômico do país, índices de desemprego no patamar de 17,3% da PEA⁷⁵. São dados que

⁷⁴ O Centro de Solidariedade do Trabalhador da Força Sindical distribui todas as semanas de segunda-feira à sexta-feira 2 mil senhas para trabalhadores desempregados que procuram o Centro em busca de um dos postos de trabalho ali disponibilizados – os atendentes encaminham para a seleção junto à empresa solicitante os desempregados para as vagas ali oferecidas, o que contabiliza cerca de 10 mil pessoas por semana em busca de uma vaga, muitas delas retornando mais de uma vez num mesmo mês, e aproximadamente 42 mil encaminhamentos mensais para alguma das vagas de trabalho ali disponibilizadas.

⁷⁵ Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de São Paulo realizada pelo DIEESE e Fundação Seade, as taxas de desemprego em março de 2005 são 10,9% de desemprego aberto e 6,4% de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento, resultando em uma taxa de desemprego total de 17,3% da População

podem ser vistos em qualquer dia e horário tanto na mídia escrita, quanto na televisiva. O crescimento econômico do país, a incapacidade de crescimento sustentável da economia brasileira na última década, resultado das altas taxas de juros praticadas pelo governo federal, tem sido apresentado como o mais recente responsável pelas taxas elevadas de desemprego. A estagnação econômica é o que impede a redução destes índices a patamares aceitáveis e a retomada do crescimento torna-se, portanto, a meta almejada, capaz, se não de eliminar, ao menos de reduzir a patamares aceitáveis a taxa de desemprego.⁷⁶

Porém, um outro fator que nos interessa particularmente também é apresentado pelos meios de comunicação, associado à este misto de explicações, como responsável pelo desemprego. Trata-se da qualificação profissional do trabalhador brasileiro, de sua baixa qualificação, apontada como uma das causas da não contratação da força de trabalho: as vagas de trabalho oferecidas pelas empresas, muitas delas disponibilizadas pelas Centrais Sindicais em seus serviços de atendimento aos trabalhadores desempregados⁷⁷ aparecem na mídia sempre como não preenchidas pela falta de pessoal qualificado para ocuparem estes postos, ao mesmo tempo em que

Economicamente Ativa (PEA), numa estimativa de 1.715 mil desempregados na Região Metropolitana de São Paulo.

⁷⁶ A ocorrência crescente do desemprego estrutural e do desemprego tecnológico contradiz esta lógica. Aqui cabe retomar os capítulos anteriores de nosso trabalho, em que, de maneira geral, pode-se observar que o desemprego em escala global é antes fruto dos rearranjos do capital e de suas relações com o trabalho neste final de século XX e início do século XXI. Ver: Antunes (2002; 2003); Mattoso (1995); Pochmann (2001); Mézaros (2003), Oliveira (1997; 2002) entre outros autores. Vale dizer que mantido o padrão tecnológico a exclusão de trabalhadores do processo produtivo amplia-se, sem que haja capacidade real para absorvê-los nos demais setores da economia.

⁷⁷ O Centro de Solidariedade do Trabalhador da Força Sindical e a Central de Emprego e Renda da CUT funcionam como balcões de empregos que disponibilizam vagas aos desempregados. Nestes centros o trabalhador inscreve-se para uma vaga de trabalho disponibilizada por alguma empresa na Central e são encaminhados para o processo de seleção, sem garantia de que sejam contratados, e ainda pode inscrever-se nos variados cursos de qualificação profissional oferecidos pelas Centrais Sindicais.

desempregados com os mais diversos níveis de escolaridade (do ensino fundamental até pós-graduados) são apresentados como ícones das dificuldades encontradas em um mercado de trabalho exigente – ao mesmo tempo em que recessivo – e como esforçados batalhadores, que estão buscando incessantemente melhorar sua qualificação, sem jamais parar. Não se trata de omitir a crise econômica, mas associada a ela e apesar dela, a qualificação profissional emerge como o principal obstáculo ao emprego. Em seguida à divulgação dos índices de desemprego referentes ao mês de março de 2005 uma emissora de televisão do país realizou uma reportagem com desempregados em um dos Centros Sindicais de apoio aos trabalhadores em que mostrava o grande número de pessoas ali atrás de um emprego e as dificuldades encontradas para alcançar um posto de trabalho: como de praxe, é o mercado que é exigente e competitivo, em que as qualificações exigidas ninguém as possui.

E durante o dia e a noite ouve-se o *martelamento da mídia* que repete os índices de desemprego e o desempenho de cada setor econômico do país, oscilando sempre entre o crescimento de uns e o decréscimo de outros, com aumento dos níveis de emprego sempre muito pequeno diante das necessidades da população. Para Bourdieu (1998, p. 77) este *martelamento da mídia* produz um bombardeio por longos períodos com frases feitas, que tornam cotidianas expressões como “mundialização” e passam “toda uma visão do mundo, que gera o fatalismo e a submissão”.

Fatalismo que pode ser encontrado na fala de Rita, que ao tentar explicar o desemprego no país fala da globalização como acontecimento inescapável, que não deixa margem de opção às pessoas,

“...olha, uma questão é a globalização. Então, é uma coisa que a gente não tem opção, a coisa tá acontecendo. A gente tenta ir contra, mas é uma coisa que tá atingindo todo mundo, voluntário ou involuntariamente, né?... não tem jeito de fugir, tem de se adaptar (...) é muita competição entre as empresas é muito, muito grande, elas têm que competir com as outras, de outro país...” (Rita, ex-bancária).

Ela aceita que não há opção à globalização, um processo que lhe parece ser muito grande e que escapa à vontade dos homens e que não é possível pôr-se contra.

Selecionadores e administradores de empresas também aparecem em público para manifestar-se sobre o desemprego. Não raro os jornais e telejornais apresentam especialistas em trabalho e emprego, que, em cadeia nacional, comungam e reforçam o discurso da baixa qualificação e escolaridade do trabalhador brasileiro e convocam, ora sutil, ora explicitamente, todos a buscarem seu caminho de qualificação e requalificação profissionais. E praticam suas crenças no cotidiano: exigem dos trabalhadores, empregados ou desempregados, cada vez mais qualificações e conhecimentos em áreas das mais variadas possíveis, para preencherem ou permanecerem em um posto de trabalho, nem sempre necessárias para as atividades a serem desenvolvidas na rotina de trabalho.

De fato, a qualificação profissional ganhou destaque com o aumento do desemprego. Alguns estudiosos apresentam explicações que passam pela qualificação profissional dos trabalhadores ou terminam nela quando se trata de justificar a dificuldade na busca de uma vaga no mercado de trabalho e o prolongado desemprego do trabalhador.

Em artigo em que discute as mudanças no mundo do trabalho, com a chegada das novas tecnologias à produção, Malvezzi (1999, p. 14) afirma que;

“...milhares de pessoas estão sendo expelidas do mercado de trabalho porque seus empregos estão sendo extintos. Porém, se esse fato ocorre porque diminuíram os empregos, ou porque essas pessoas não foram capazes de se ajustar a novas tarefas que exigem diferentes habilitações, ou seja, parte do desemprego se deve a exigências de rápida e contínua mobilidade, é uma dúvida que talvez não seja resolvida tão cedo”.

Deste ponto de vista, a falta de capacitação da mão-de-obra e a incapacidade dos trabalhadores de adaptarem-se rapidamente às transformações em curso e às conseqüentes exigências de novas habilidades emerge como responsável pela situação de desemprego em que se encontram. A exigência de mobilidade provocada pelo uso intensivo de novas tecnologias não é acompanhada pelo trabalhador e resulta em sua inadequação ao novo mundo do trabalho. Embora o autor reconheça que os “empregos estão sendo extintos”, concede à questão o providencial benefício da dúvida nesta hora.

Com muito mais certeza, Pastore (1998, p. 37) não se limita apenas a indicar a falta de qualificação, mas aponta desde logo para a responsabilidade dos próprios trabalhadores desempregados quando se trata de falar na relação entre a qualificação profissional e o desemprego:

“No Brasil, é grande o número de trabalhadores que não conseguem acompanhar as mudanças tecnológicas. Para eles, o desemprego é prolongado e surge da falta de habilidades.

Uma grande parte dos empregos criados é diferente da parcela que foi destruída.”

Os trabalhadores são incapazes de acompanhar as mudanças tecnológicas e disto resulta para eles um desemprego prolongado. Novas habilidades são demandadas pelas inovações tecnológicas e de gestão e administração e os trabalhadores não as possuem e, além disso, não conseguem obtê-las rapidamente, o que irá empurrá-los para fora do mercado de trabalho. Com as mudanças tecnológicas as ocupações têm seus conteúdos transformados, sofrem novas definições e redefinições, o que obrigatoriamente modifica “os requisitos de qualificação, os sistemas de contratação, as formas de descontração e os modelos de remuneração dos trabalhadores” (Ibid, p. 57). E a inadaptação dos trabalhadores às novas exigências do mercado de trabalho é que estaria mantendo-os fora dele, o que é agravado pelo baixo nível educacional e pelo hiato entre as qualificações dos trabalhadores brasileiros e “o que é demandado pelos novos tempos” (Ibid, p. 61).

Mas, em seguida, faz a ressalva:

“...quando se introduz na equação a dimensão internacional, o quadro fica mais complicado. (...) O aumento da demanda por mão-de-obra em determinado setor pode ser anulado ou reforçado pelo que acontece nos outros setores e, hoje em dia, pelo que ocorre em outros países. Uma mudança tecnológica no setor de tecidos na Coréia, por exemplo, pode destruir empresas e postos de trabalho no Brasil.” (Ibid, p. 36)

E ainda aponta que a destruição e a criação de postos de uma para outra área permite a transferência de trabalhadores entre as áreas, embora obrigue os indivíduos a enfrentarem o “ajustamento prolongado” – maior tempo de desemprego –, em particular para aqueles com baixa ou menor qualificação.

Ao mesmo tempo, o autor afirma que não se pode responsabilizar as mudanças tecnológicas pelo aumento do desemprego. Ao contrário, o avanço tecnológico está associado à expansão do emprego, ao lado do aumento da produtividade (Ibid, p. 36), resultam em aumento da oferta de trabalho: “historicamente, a mudança tecnológica e a melhoria da produtividade estiveram associadas à expansão do emprego – e não à sua redução” (Ibid, p. 65) – refere-se aqui aos empregos indiretos criados pelo aumento da produtividade, notadamente no setor de Serviços da economia. O que pode haver, concede, é que ocorra que muitos indivíduos enfrentem um “ajustamento prolongado”, vale dizer, que ficarão mais tempo desempregados. São os grupos dos que perderam seus empregos por conta das transformações no mundo do trabalho e daqueles que não conseguem um posto de trabalho que mais sofrem com este “ajustamento prolongado” e que têm na qualificação profissional e na educação a saída para esta situação:

“Nos dois casos, porém, recomenda-se não apenas a reciclagem para atividades e profissões específicas, mas, sobretudo, um reforço da formação básica dos trabalhadores na área de educação geral (aritmética, linguagem, comunicação etc) (...) Quanto mais eficientes forem esses programas, menores serão o volume e o tempo de desemprego” (Ibid, p. 65)

Para se obter um emprego o que conta essencialmente é a capacidade para resolver problemas e o domínio do conhecimento: é “essencial ser bem educado e dominar adequadamente as técnicas do seu ofício” no novo mundo do trabalho – “quem for capaz de fazer isso terá muito trabalho”, em um mundo em que “os seres humanos valerão pela sua capacidade de combinar assuntos correlatos” (Ibid, p. 68) (grifos meus). A qualificação do trabalhador não pode mais se restringir a “meramente um adestramento”, como até bem pouco tempo atrás, segundo o autor, não há como o trabalhador permanecer toda a sua vida fazendo a mesma coisa, isso teria acabado. Com a Revolução Tecnológica em curso o simples adestramento dá lugar a uma educação que contribua para a “evolução das competências” (Id, 1997, p. 17), e os trabalhadores devem ter a capacidade de “aprender continuamente e acompanhar a evolução das tecnologias”, sem o qual não terão a possibilidade de assegurar um emprego no mercado de trabalho (Ibid, p. 17), seja permanecer em seu posto de trabalho, seja conseguir alcançar um emprego, e estarão sujeitos ao desemprego prolongado.

Pastore (2001, p. 16) defende que nesta *nova economia* temos um mundo constituído em que cada uma das pessoas é responsável pelo seu próprio sucesso e aponta como chave para alcançá-lo a “permanente atualização profissional”. Em estudo sobre a mobilidade social no Brasil (Pastore; Silva, 2000) defende que houve aumento da importância da qualificação, da competência e da educação como fatores que influenciam a mobilidade social no país, ou seja, as mudanças de estrato social estão diretamente ligadas a, entre outros fatores apontados, uma elevação das

qualificações profissionais, das competências e do nível de escolaridade, uma vez que estão relacionadas à obtenção de empregos e, também, de salários mais elevados numa razão direta – na equação: maior qualificação, melhores salários.

Como se pode ver, para o autor a educação, com as transformações tecnológicas, passou a ter papel primordial na economia mundial, e em particular no Brasil, cuja população tem apenas 5,8 anos de estudo em média⁷⁸. Mas, muito além desta nova importância, ela figura como um dos fatores que explica o desemprego no país, ao menos parcialmente, pois é a baixa escolaridade e a conseqüente deficiência educacional dos trabalhadores que se torna uma das causas de as pessoas não conseguirem emprego. Nas palavras de Pastore (2001, p. 180): “é por isso que ao lado de tanta gente desempregada, há tanta vaga desocupada neste imenso Brasil”. E avança em relação ao seu entendimento do papel da educação na nova economia, afirmando seu caráter econômico, como elemento central para o processo de acumulação do capital, que melhora as habilidades dos trabalhadores e aumenta a produtividade. É a educação dos trabalhadores uma necessidade da concorrência na globalização: “Ou educamos aceleradamente a nossa gente e passamos a competir com eficiência ou convencemos os nossos concorrentes a deseducar seus povos e parar de competir” (PASTORE, 1998, p. 71). Põe, assim, a educação nos termos da economia capitalista, uma função dos mercados globalizados.

Enfim, resta apontar que toda a argumentação feita por Pastore da necessidade de qualificação profissional e educação dos trabalhadores para

⁷⁸ IBGE (2004): CD-Room “Estatística do Século XXI, CD-Room”, disponível também em (http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_educacao.shtml).

a nova realidade do mercado de trabalho em face das transformações tecnológicas vem acompanhada sempre de uma defesa clara, firme e intransigente da flexibilização das relações de trabalho, ambas como forma de combate ao desemprego. A existência de uma legislação trabalhista que impõe muitos encargos sociais à contratação da força de trabalho é fator de desestímulo aos empresários para a contratação dos trabalhadores, ao menos assim argumenta o autor. A existência de direitos do trabalho em demasia, ao lado da baixa qualificação e da pouca educação dos trabalhadores brasileiros, são responsáveis pelo elevado índice de desemprego no país, uma vez que dificultam a contratação da força de trabalho. São incontáveis os artigos publicados na imprensa do país em que o autor defende que estes são os dois problemas centrais quando se fala em desemprego no Brasil (Pastore, 1997, 1998, 2001), que o tornou, talvez, a principal voz pública de defesa da desregulamentação das relações de trabalho no país⁷⁹ nos últimos dez anos.

Tanto Malvezi quanto Pastore partem de uma perspectiva que toma o conteúdo do trabalho e extrai dele as qualidades e habilidades específicas que o trabalhador deve possuir para realizá-lo. Esta perspectiva apontada como “essencialista” por Ferreti (2003, p. 03), citando Campinos-Dubernet e Marry⁸⁰, caracteriza-se por um forte “determinismo tecnológico”, que reduz as mudanças nos perfis da qualificação profissional apenas ao progresso técnico. E traduzem o que chamam de nova realidade do trabalho em um processo de *adequação/readequação* entre as mudanças nos

⁷⁹ Posto desta maneira, como os problemas centrais para a solução do desemprego no país, não resisto: parodiando Mário de Andrade (1987, p. 72), na voz de Macunaíma, “pouca saúde e muita saúde, os males do Brasil são”, modernamente temos: *pouca qualificação e muitos direitos do trabalho, os problemas do Brasil são!*

⁸⁰ Segundo Ferreti, esta perspectiva que “concebe a qualificação apenas no prisma da técnica e do conteúdo do trabalho”, focada no progresso tecnológico, é denominada “essencialista”/“substancialista” por Campinos-Dubernet e Marry (FERRETI, 2003, p. 03).

conteúdos do trabalho produzidas pelos avanços tecnológicos e as qualificações dos trabalhadores, à qual os trabalhadores estarão submetidos inexoravelmente.

E tomam como pressuposto a inevitabilidade do progresso tecnológico como resultado de um processo de avanço da civilização humana em direção ao futuro, o avanço do peão no Xadrez, sempre para frente, em que se pode dividir a partir deste processo de avanço técnico entre atrasados e avançados, tanto os países como as pessoas, ou ainda em emergentes. Transformações tecnológicas que são inquestionavelmente transmutadas em desejo social, de todos. Bourdieu descreve com muita clareza:

“É todo um conjunto de pressupostos que são impostos como óbvios: admite-se que o crescimento máximo, e logo a produtividade e a competitividade, é o fim último e único das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas” (BOURDIEU, 1998, p. 44).

Toda exigência de qualificação profissional, escolarização e de flexibilização das relações de trabalho da maneira como claramente defende Pastore são desejáveis porque resultam daquilo que almeja a humanidade que é produzir cada vez mais e melhor e competir, o que significa dizer produzir mais barato.

Nesta lógica, as mudanças no mundo da produção com a introdução das novas tecnologias criam uma nova realidade para o trabalho, que exige dos trabalhadores novas habilidades, sem as quais a permanência no emprego está ameaçada ou seu acesso a ele impedido, o que significa dizer que poderá tornar-se desempregado e assim permanecer por um longo e

indefinido tempo – o que vem a se constituir como uma a ameaça constante à sua própria sobrevivência.

Posto desta maneira, são claros os elementos de uma *darwinização* nas explicações para o desemprego dadas pelos autores e nas suas argumentações em favor da qualificação profissional e da escolarização para os trabalhadores: à uma mudança ambiental sobrevivem aqueles que estiverem melhor adaptados ou tenham a capacidade de melhor adaptarem-se – e as transformações no sistema produtivo são a própria mudança *ambiental* cujo impacto nos trabalhadores será inversamente proporcional à sua capacidade de adaptação, à aquisição dos atributos salvadores. Em verdade, alguns já possuem as características solicitadas pela *nova economia* e não apenas sobrevivem, como são beneficiados por ela; enquanto que os demais, sem estas habilidades e/ou conhecimentos devem correr contra o tempo para tentar adequar-se – adaptar-se podemos dizer – uma vez que está em risco sua própria sobrevivência. É esta perspectiva que vem sendo utilizada para abordar a problemática do desemprego e da qualificação profissional não apenas na mídia brasileira, mas também pelos mais diversos estudiosos do tema.

Mas, a qualificação profissional não é um atributo *natural* do trabalho humano. Construída historicamente mediante as relações econômicas estabelecidas entre os homens, aparece socialmente, no entanto, como resultado das exigências do mundo do trabalho: os homens devem possuir ou desenvolver as habilidades requeridas pelo trabalho. Bruno (1996) se propõe a apresentar uma definição que acredita “ser aquela que o capitalismo lhe

confere” e refere-se a ela como a “*capacidade de realizar tarefas e ações requeridas pela tecnologia capitalista*” (Ibid, p. 92) e aponta:

“Neste sentido, diria que é qualificada aquela força de trabalho capaz de realizar as tarefas decorrentes do determinado patamar tecnológico e de uma forma de organização do processo de trabalho. Isto já confere ao termo temporalidade e relativiza seu conteúdo, à medida que em cada estágio de desenvolvimento social e tecnológico e em cada forma de organização do trabalho novos atributos são agregados à qualificação e novas hierarquizações são estabelecidas entre eles.” (Ibid, p. 92)

A autora diferencia-se dos “essencialistas” e identifica as chamadas novas exigências do mercado de trabalho no que diz respeito às qualificações como decorrentes “direta e imediatamente das relações sociais estabelecidas em contextos dados” (Ibid, p. 92). Aponta as competências genéricas hoje exigidas – “*competências de educabilidade, (...) competências relacionais (...) (e) competências técnicas básicas relacionadas com campos distintos do conhecimento*” (Ibid, p. 97) – como a base para a aquisição de habilidades específicas, o que constitui a qualificação como um processo dinâmico mobilizador das “competências e atributos adquiridos e desenvolvidos no decorrer da vida do trabalhador, tanto dentro como fora dos locais de trabalho” (Ibid, p. 98). E aponta um contínuo deslocamento ao longo do desenvolvimento do capitalismo na qualificação dos trabalhadores, que dizia respeito à capacidade de realizar atividades manuais em direção à capacidade

de realizar atividades intelectuais, um *deslocamento do foco da exploração*, ao menos nos setores de maior dinamismo econômico, observa a autora⁸¹.

Autonomia, responsabilidade, iniciativa são alguns dos atributos a que se referem as competências, que são características individuais trazidas das esferas da vida pessoal dos trabalhadores, em geral, adquiridas ao longo de sua vida fora do ambiente de trabalho, mas que nem por isso não tenham estado desde sempre ali atuantes. Mas, é agora com as transformações no modelo de gestão e administração que aparecem como atributos ligados à qualificação profissional, como componentes do novo perfil de qualificação profissional, que são demandados pelo mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, o redefine. Curiosamente, não são resultantes, como se quer fazer crer, das mudanças tecnológicas na produção, mas das modificações na gestão dos processos produtivos, que passaram a exigir um trabalhador que pudesse acompanhar e realizar tarefas distintas. É, no entanto, um conceito muito amplo, em que são reconhecidas as formas de socialização “trazidas das esferas da vida fora do trabalho”, tal como aponta Silva (2004, p. 59-61), em que “a quantidade de atributos que pode entrar aqui (*nas competências*) é tão grande quanto os adjetivos existentes para designar traços da pessoa”. E são esses atributos, as competências, que serão utilizados diante da situação

⁸¹ A autora se refere particularmente a três fatores determinantes para este deslocamento: “Em primeiro lugar, o desenvolvimento das lutas sociais, especialmente nas décadas de 60 e 70, quando amplos setores do proletariado mundial revelaram sua capacidade de auto-organização (...) Avançando para processos de reorganização do processo de trabalho em moldes inteiramente novos e antagônicos ao do capitalismo, demonstraram não só a capacidade de ação autônoma, mas também a capacidade de raciocinar”; “O segundo fator refere-se à concentração, nas últimas décadas, das pesquisas e inovações técnico-científicas que vieram a permitir a exploração de atividades cada vez mais complexas” e; “Finalmente, o terceiro fator importante para o deslocamento da exploração do componente físico para o componente intelectual do trabalho foi o aumento das qualificações genéricas apresentado pelas sucessivas gerações da classe trabalhadora, o que tem viabilizado a adoção, por parte das empresas, de tecnologias mais complexas”. (BRUNO, 1996, p. 93-94). Também Bernardo (2000, p. 63) refere-se a um deslocamento na qualificação dos trabalhadores, indicando que na atualidade o aumento da qualificação significa mais instrução e superior capacidade de raciocínio e de organização.

imprevista no trabalho e passarão a ser certificados como competência pelas empresas⁸².

Seriam, então, estas as novas qualidades e habilidades requeridas ao trabalhador para que (re)ingresse no mercado de trabalho. Não se trata mais de habilidades técnicas somente, em que o trabalhador sabe realizar atividades específicas exigidas por um processo de trabalho determinado, mas de capacidades que permitam a mobilidade deste trabalhador – as competências – para enfrentar situações imprevisíveis na produção, para realizar atividades mais complexas, mais abstratas, além do seu deslocamento por distintas tarefas e responsabilidades. Teria havido, então, uma mudança qualitativa na passagem do conceito de qualificação para o de competência? Ferreti responde a esta questão afirmando que:

“No entanto, a noção de competência não avança em relação ao estreito conceito substancialista de qualificação antes apresentado, ao contrário, confirma-o, na medida em que apenas induz a substituição de atributos de caráter físico por outros, talvez mais nobres. A competência pode ser definida como a tradução dessas capacidades numa tomada de iniciativa e num assumir de responsabilidade por parte do trabalhador perante os eventos produtivos – situações surpreendentes e imprevisíveis que ocorrem na produção” (FERRETI, 2003, p. 06).

Bernardo (2000, p. 62-64) também aponta que a intensificação do trabalho e o aumento da qualificação do trabalho são processos centrais para o

⁸² Para Zarifian (2003, p. 06)., umas das principais referências nos estudos sobre competência chama a atenção para a diferença entre competência e competências: “No singular, a competência expressa uma mudança na organização e nas relações sociais; no plural, ela designa as transformações nos conteúdos profissionais.”

desenvolvimento do capitalismo e defende que com as transformações na base técnica da produção haja um conseqüente aumento da qualificação profissional exigida aos trabalhadores, o que significa que se realizam *novas operações de novo tipo*. E argumenta que ambos os processos estão articulados em ciclos: a uma ampliação significativa da qualificação se segue uma intensificação do trabalho para explorar o novo campo de complexidade aberto pela qualificação, o que por sua vez, chegando ao limite pressiona por uma mudança na qualificação. Para o autor, trata-se, então, de uma ampliação da qualificação que remete à necessidade de formação do trabalhador nestas novas qualificações do trabalho.

Sem remeter a responsabilidade pela qualificação ao trabalhador, o autor, no entanto, defende que há aumento da qualificação do trabalho como resultado dos processos de transformação tecnológica e de gestão empresariais em curso. E alinha-se com a posição de que as mudanças na base técnica provocaram não apenas mudanças de exigências de atividades, especialização, tipos de conhecimentos, mas que fizeram por *umentar* a qualificação do trabalho. Aqui podemos retomar Antunes (2002, p. 50) que afirma que há uma *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora, que se caracteriza pela existência de dois grandes grupos de trabalhadores: uma parcela de trabalhadores qualificados e uma parcela, esta a grande maioria, de trabalhadores desqualificados, que sofrem a desqualificação pelo processo tecnológico e de gestão empresarial, que vai permanecer subempregado, precarizado.

Mas a tese de que tenha havido um aumento da qualificação do trabalho em decorrência das transformações em curso é em grande medida

equivocada. Quando se está falando de um aumento da qualificação o sentido é de um aumento da qualidade da qualificação: fala-se em trabalhador *mais* qualificado, *melhor* qualificado, *melhor* preparado ou mesmo de um trabalho *mais* qualificado – mesmo apenas o uso da expressão *aumento da qualificação do trabalho* já seria suficiente para que se forjasse a noção de melhoria da qualidade. Haveria, então, a exigência de melhores qualidades ao trabalhador. Porém, na melhor das hipóteses, quando da adoção de novas técnicas no mundo da produção, tanto a aplicação de novas tecnologias, como de novos paradigmas de gestão empresarial, há mudanças nos tipos de qualificação profissional exigido ao trabalhador, vale dizer, as habilidades, características, conhecimentos mudam conforme as necessidades da produção e da acumulação do capital, o que não permite, no entanto, que se fale em aumento de qualidade ou uma melhoria na qualificação profissional.

Historicamente o processo de desenvolvimento da economia capitalista realizou intenso processo de alienação do trabalho, de retirar dos trabalhadores o seu controle sobre a produção e de simplificar o trabalho dividindo e subdividindo-o em suas frações mínimas, que tornassem fáceis de serem realizadas. Braverman (1981, p. 172) argumenta que as inovações tecnológicas e as técnicas científicas de gestão empresarial produzem a separação entre a execução do trabalho e sua concepção, com a apropriação da concepção pela gestão empresarial e realizam uma simplificação do trabalho em razão do avanço técnico e retira do trabalhador o controle da produção e de seu produto. Subordina os trabalhadores às necessidades técnicas da produção e molda a força de trabalho conforme estas necessidades. Desta maneira, a separação entre execução do trabalho e sua

concepção característica do processo de acumulação do capital promove a desqualificação do trabalho e sua degradação: o trabalhador não possui mais o conhecimento sobre todo o processo de trabalho necessário à produção e é limitado a uma especialização que permite a ele apenas o domínio de frações do trabalho necessário. Mas, ressalta que a natureza dos processos de produção e suas especificidades limitam a subordinação e a desqualificação a que está sujeita a força de trabalho, e sua aplicação permite o surgimento de novas habilidades, qualificações e especializações técnicas.

São estas novas habilidades e qualificações a que se referem aqueles autores que afirmam que há aumento da qualificação. Se observada apenas a qualificação do trabalho imediatamente anterior ao surgimento das novas habilidades em comparação às exigidas pela implementação das novas tecnologias pode-se ter a imagem de uma melhoria na qualificação do trabalho: em comparação com o que vinha sendo feito anteriormente a adoção de uma nova técnica muda, ou pode mudar, as habilidades requeridas ao trabalhador e podem ser de qualidade superior em relação às imediatamente anteriores, principalmente se se tratar de um aumento no trabalho intelectual em relação ao trabalho manual. E aqui estaria sendo considerado que o trabalho intelectual é sempre superior ao trabalho manual em qualidade e, muitas vezes, tomando-o como sinônimo de maior controle sobre o processo produtivo pelo trabalhador. Porém, não parece ser razoável esta consideração: as mudanças técnicas exigem novas habilidades ao trabalhador, mas que continua historicamente com o trabalho alienado, submetido ao capital, sem controle do processo produtivo.

Neves (1994) aponta que trabalhadores desempregados quando indagados dão basicamente três explicações, simultâneas, para o desemprego: a política econômica em curso e a crise do país; o empenho pessoal do empregado e; a qualificação profissional do trabalhador. Identificam no movimento da economia a responsabilidade pela ausência de empregos e debitam à crise prolongada do Brasil a falta de oferta de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se referem à permanência no emprego como resultante do esforço individual no dia-a-dia do trabalho, ao empenho pessoal do trabalhador nos afazeres profissionais. Porém, apontam enfaticamente a formação profissional, a escolaridade e a qualificação do trabalhador como responsáveis pela possibilidade de conseguir um emprego: aqueles com pouca qualificação ou escolaridade não conseguirão uma vaga ou não conseguirão permanecer em seus empregos. Atribuem muita seletividade ao mercado de trabalho e afirmam que devem buscar a correção de seus déficits educacionais e de qualificação, condição básica para permanecerem em condições de disputar uma posto de trabalho (Neves et al, 1994). Há nitidamente um eco na construção destas explicações dadas pelos trabalhadores, que coincide com o discurso ideológico emitido pelos meios de comunicação de massa e pelos especialistas do trabalho e economistas diversos.

Todos os seis trabalhadores desempregados entrevistados referem-se às exigências de qualificação e escolaridade, que encontram em seu dia-a-dia de procura pelo emprego. Rita, uma de nossas entrevistadas, ex-bancária, ao falar sobre desemprego, aponta que:

“... como realmente o desemprego está muito grande, são muitos candidatos pra disputar uma única vaga. Nesse

universo de candidatos existem pessoas melhores... melhor qualificadas.” (Rita, 36 anos, ex-bancária).

A coincidência de sua opinião com o que é veiculado pelos meios de comunicação é clara, inclusive quando aponta para a qualificação como o antídoto ao desemprego.

Não é diferente com os demais entrevistados, afinal todos vivem na sua experiência cotidiana a realidade do mercado de trabalho: quando procuram um emprego deparam-se com as exigências de escolaridade, qualificação e experiência anterior para que possam disputar a vaga e eventualmente vir a preenchê-la. Como se pode ver quando Edeuirto conta as suas dificuldades para obter um posto de trabalho e fala das complicações na hora das entrevistas:

“Tenho 45 anos e apenas o 1º grau completo e estou a já 4 meses (desempregado)... saio todo dia 7 da manhã, volto 8 e até as 10 da noite, deixo currículo, faço ficha, entrevista, só que ta complicado normalmente, ta difícil. (...) a complicação é mais na área de estudo, no caso as exigências mais é 2º grau acima e informática (...) Hoje aqui ta tranqüilo, mas tem dias que eu venho aqui e só saio quatro, cinco horas da tarde e ainda vou para outro lugar fazer entrevista” (Edeuirto, 45 anos, ex-caseiro).

Edeuirto possui o 1º grau completo, que equivale ao atual ensino fundamental, e busca um posto de trabalho como zelador ou motorista ou, ainda e novamente, de caseiro; tem 9 anos de experiência como zelador e 3 anos de experiência como caseiro, porém, não consegue chegar a disputar uma vaga porque lhe falta ter completado o 2º grau. Ao longo de sua entrevista

relata que em inúmeras vezes não pode sequer participar dos processos de seleção por não ter o 2º grau completo, a despeito de ter feito cursos de zeladoria no Senac:

“...a dificuldade é mais na área do caso do estudo, as exigência é se não tiver o 2º grau eles nem atendem (...) Comecei como porteiro, depois passei a zelador, sai da área de zelador e fui trabalhar como caseiro pro promotor, agora tô tentando voltar à área de zelador. Fiz curso no senac antes, sob zeladoria técnica, zeladoria elétrica-hidráulica, bomba de piscina, nessa área a gente entende um pouquinho, tem um bom conhecimento, e trabalhei de caseiro, comandava os outros funcionários, cuidava da casa e dirigia para ele. Tenho um conhecimento bastante (...) primeiro lugar é a escolaridade, apesar da gente tr conhecimento, ter prática na área que a gente ta procurando. Você tem que mostrar que estudou, que fez curso, essas coisa, é a minha maneira de pensar” (Edeuirto, 45 anos, ex-caseiro).

Outra entrevistada, Ângela, desempregada há 1 ano, em sua fala aponta que o desemprego não é um problema da falta de vagas somente, mas da falta de iniciativa e das exigências que as pessoas fazem na busca de um posto de trabalho não condizerem com a sua formação. Em suas palavras:

“Às vezes não é nem o mercado de trabalho em si que fecha as portas, tem pessoas desinteressadas também, tem gente que não quer sair de casa para ganhar um pouquinho, prefere ficar dormindo. Então, às vezes, muito não é nem das empresas, nem da falta de trabalho, do desemprego. É a falta da pessoa

mesmo, da iniciativa, da pessoa buscar o que ela quer. Às vezes, tem dificuldade, tem, mas 'eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo'. Não, não faz (...) porque, assim, depende da conduta, eu acho, cada ser humano tem uma forma de pensar diferente, né? Tem aquele lado, tem gente que não tem nem escolaridade, qué ganhar um milhão, ôôô, não dá, não é verdade?" (Ângela, 30 anos, ex-auxiliar de farmácia).

Associa diretamente a possibilidade de emprego e mesmo quanto uma pessoa pode desejar ganhar ao nível educacional que ela possui e remete às próprias pessoas a vontade ou a falta dela como responsável pelo desemprego, à falta de vontade para trabalhar e aceitar ganhar pouco. De fato, quem não aceita ganhar baixos salários está recusando um posto de trabalho e isto parece absurdo em um mercado de trabalho recessivo e exigente com altas taxas de desemprego.

A possibilidade de conseguir a vaga para Flávio está intimamente ligada à possibilidade de ter estudado para além do que o fez. O curso superior emerge como aquele que poderia resolver seus problemas de desemprego:

"...tenho o 2º grau completo, só não tenho profissão no caso, né, porque conferente não é profissão... a gente não tem profissão, a gente fica meio... tem que aceitar o que tiver no caso. Porque a profissão é importante, a gente não teve condição de ter um estudo, de pagar uma faculdade, aí fica complicado (...) quanto mais você estuda, mais você tem condição de arrumar alguma coisa. Se eu tivesse feito faculdade de administração de empresa, com certeza eu não

estaria desempregado hoje... porque teria área...” (Flávio, 39 anos, ex-conferente).

Flávio chegou a iniciar um curso universitário pago há dez anos e teve que abandoná-lo por que ficou desempregado e não pode mais arcar com as mensalidades. Mas, traz para si as responsabilidades por não ter dado continuidade aos seus estudos, de qualquer tipo que fosse:

“...eu acabei cometendo erros, não procurei fazer uma coisa, porque eu não ganhava tão mal, dava para estudar, fazer alguma coisa, acabei me acomodando (...) acabei pensando que não ia acontecer nada de o pessoal mandar embora, mas só que tanto que me mandaram embora porque romperam o contrato... (empresa estatal tomadora dos serviços rompeu o contrato com a empresa que ele trabalhava)” (Flávio, 39 anos, ex-conferente).

A mais nova dentre todos os entrevistados, Gabriela, com 19 anos, em sua fala aponta a necessidade de curso universitário e de cursos de qualificação profissional variados para alcançar um emprego:

“Prá você colocar um currículo em algum lugar você tem que ter curso ou pelo menos uma faculdade ou tem que estar prestando, e eu ainda não to ... to procurando qualquer tipo de serviço pra depois tá fazendo isso (...) a área que eu mais entendo é telemarketing, tenho experiência de 3 meses, que tava trabalhando de telemarketing receptivo... eles pedem (curso) de operação de telemarketing mesmo ... se tem, se eu não tenho, uma menina tem, vai ficar a que tem, porque eles vão achar que ela é bem melhor que eu, só que eles não

sabem... pode estar pedindo um curso mais profissionalizante de informática, que eu não cheguei a fazer... ou eles podem tá pedindo inglês, essas coisas, que eu também não fiz, eu pretendo fazer, mas eu não fiz, eu pretendo... Se eles não dão emprego, né, como eu vou fazer o curso?!” (Gabriela, 19 anos, ex-operadora de telemarketing).

Não é possível encontrar uma vaga porque não fez cursos de inglês e de informática ou mesmo de operadora de telemarketing, que é a área em que teve sua pequena experiência no mercado de trabalho, um emprego temporário em que Gabriela trabalhou por 3 meses.

Gilberto, ex-bancário recém desempregado – perdeu seu emprego há apenas dois meses – comenta:

“Um chefe de família hoje desempregado não tá... tá complicado para ele. Principalmente para aquele que não tem experiência, não tem currículo, entendeu? E... não tem, assim, uma perspectiva de futuro. Até não vejo problema de uma pessoa está desempregada, ou seja... universitário ou não?... porque na grande maioria, hoje, das empresas não... então você é universitário? É! Então o universitário tá tomando o lugar de uma pessoa que não é universitária. Muitas vezes aquele que não é universitário leva mais vantagem que aquele que é universitário, na experiência... só que o universitário vai sê chamado, o outro não” (Gilberto, 43 anos, ex-bancário).

Se para Ângela e Edeuirto é o segundo grau (ensino médio) a formação à qual se referem quando falam em escolaridade exigida pelo mercado de trabalho, uma vez que é neste nível de exigência que estão

localizadas as vagas que têm procurado, para Gilberto, a qualificação aparece sob o signo do nível superior, dado que ele era até bem pouco tempo bancário, setor que tem exigido aos trabalhadores que estejam ao menos cursando uma universidade para serem contratados ou manterem-se no emprego.

A formação, a qualificação e a escolaridade aparece a cada trabalhador, então, de modo diferente, porém com uma característica comum a todos aqueles que estão em busca do emprego: os níveis escolares exigidos para as áreas em que se localizam as vagas para as quais se oferecem estão sempre no limite de seu alcance e aparecem como fator que claramente impede – no caso de Edeuirto – ou dificulta a contratação – no caso dos demais entrevistados. Mas, também, outras formações não escolares contribuem para dificultar o acesso às vagas de trabalho: não possuem aquilo que o mercado lhes exige, a formação escolar e as qualificações profissionais.

Contrariamente ao que se poderia supor, não deve haver surpresa com as afirmações dos trabalhadores que localizam em si mesmos, nas deficiências de sua própria formação, capacitação e escolaridade, a causa imediata do desemprego. Esta coincidência de opiniões resulta do discurso ideológico proferido à exaustão em nossa sociedade, que identifica o desemprego às novas exigências de qualificações entre os trabalhadores pelo mercado de trabalho. A adesão às explicações veiculadas sobre o desemprego e a localização das causas, ao menos em parte, nas deficiências do próprio trabalhador, em si mesmos, aparecem como a própria realidade do mercado de trabalho, como discurso ideológico que busca

“...coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação

que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com a imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (CHAUÍ, 1993, p. 03)”.

Há um apagamento das diferenças e os agentes sociais passam a comungar da mesma explicação, aquela originada nos setores dominantes e generalizada à toda a sociedade como realidade incontestada, reforçada ela mesma pelos fatos que podem ser observados em toda parte. A própria realidade trata de demonstrar inequivocamente o acerto destas explicações, bastando um olhar para o desemprego alarmante e para a baixa escolaridade e a pouca qualificação dos brasileiros, em particular os desempregados, para que não restem dúvidas.

Há no conjunto das explicações um deslocamento que vai das relações de produção, sem que se apague totalmente sua responsabilidade, em direção ao indivíduo, que passa a ser o responsável principal pela sua contratação no mercado de trabalho, numa perversa inversão das relações. Discurso ideológico, a explicação pela pouca ou inadequada qualificação profissional e pela baixa escolaridade dos trabalhadores pretende justificar o desemprego. Aqui recorreremos novamente à Chauí (1993, p. 03):

“...a ideologia (...) é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, (...) por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real”.

Funda-se propositadamente na aparência para explicar a realidade do alto índice de desemprego e da precarização do trabalho, num processo de ocultamento do real. As relações econômicas que o provocam são eclipsadas, de elementos centrais passam a coadjuvantes, que podem agravar o desemprego, mas que não são mais seus determinantes. Desloca-se o centro das atenções e dirigem-se as ações dos agentes políticos para a qualificação do trabalhador, para a educação formal ou profissionalizante. Socialmente, torna-se um tema ligado ao processo educativo: *deixa a economia e reaparece na educação* como responsabilidade e resultado do processo escolar/formativo, que na maioria das vezes vai mostrar-se incompleto ou insuficiente ao final.

Mostra-se como a realidade encontrada pelos nossos entrevistados a cada vez que tomam a iniciativa de procurar um novo posto de trabalho e se deparam com as exigências de qualificações variadas as quais não condizem com aquelas que possuem e que são confirmadas como necessárias ao novo mundo do trabalho a cada instante pela sua própria aparição nas mais diferentes ofertas de trabalho, produzindo a confirmação de sua necessidade aos trabalhadores. Trata-se de uma necessidade sustentada em sua própria aparição em todos os espaços de oferta de trabalho, que valida a si mesma diariamente nos momentos em que os trabalhadores se deparam com estas exigências.

No cotidiano, a realidade da qualificação profissional aparece como *fato natural*, cristalino, como verdade desde sempre: encontra-se por toda parte como discurso da qualificação, que se legitima e se reproduz. Oculta a sua própria origem, que é a divisão social de classes: a qualificação

profissional é demanda da própria realidade do mercado de trabalho que passa por rápida transformação produzida pelos avanços tecnológicos (ao quais atribui uma racionalidade própria). E, ao apontar que as diferenças entre as habilidades presentes nos homens para realizar um trabalho ou empregar-se em algo é que resultarão nas diferenças presentes dentro da sociedade, o discurso da qualificação omite a divisão da sociedade em classes, responsável pelas determinações econômicas presentes nas relações de trabalho. Este duplo movimento faz com que ela seja “uma lógica de dissimulação (da existência de classes sociais contraditórias) e uma lógica da ocultação (da gênese da divisão social)” (CHAUÍ, 1980, p. 26). Deste modo, o desemprego recai duplamente sobre o trabalhador: como desgraça econômica e como responsabilidade pessoal por sua própria desgraça, fracassado em sua formação, incapaz perante o mundo.

A fórmula: empregos existem, o que não há são trabalhadores qualificados com condições de ocupá-los emerge nas falas dos trabalhadores desempregados. Ângela é, dentre os entrevistados, quem melhor assume esta fórmula em sua fala:

“Você vai lá e tem cinco vagas e tem um montão de gente lá... não tem muita gente qualificada, cara... que precisa de experiência, as empresas já exigem um curso, a experiência na carteira... aí sobra vaga (...) a empresa tem que contratar um funcionário que de fato tenha as qualificações, o perfil da empresa, não adianta... (...) é por causa da computação, informática... mercado de trabalho hoje não é no papel, não é mais na mão... antigamente as pessoas escrevia à mão, papel, hoje tem informática... o que a empresa precisa? Dum cara que

tenha faculdade, que entenda bem de informática para tá lá no computador dele, porque na verdade... o dono da empresa não sabe nem o que é aquilo, mas ele precisa de alguém ali na empresa dele para assumir o computador dele, pra ele ir...se você não for rápido, se você não tiver..." (Ângela, 30 anos, ex-auxiliar de farmácia).

Rita, encontra na introdução da informática uma das explicações para o desemprego, que não apenas aquela que remete à pouca qualificação profissional do trabalhador brasileiro:

"Eu acho que em banco o principal é a tecnologia, tá? Hoje a informática, ela dispensa a necessidade... é... de uma parte do material humano que antigamente era imprescindível, tá? Então o banco ele investe muito na tecnologia, até na formação de seus funcionários é... mas também é visando isso, tá? Ele tá formando o profissional e naquela formação ele tá imaginado o corte de dois ou três, tá? Então eu acho que a tecnologia é o principal fator na questão dos bancos (...) Olha, eu não sei se é bem uma necessidade. Existe uma necessidade, lógico, de você ter uma tecnologia avançada. Hoje todos tão concorrendo nesse sentido, tá? Agora isso tem um impacto muito grande. Porque determinados profissionais da área bancária do sistema financeiro, por exemplo, um gerente ele tem uma formação profissional. Agora um escriturário dentro da agência um recepcionista ele não tem uma formação. Então se ele for cortado dificilmente ele vai conseguir um outro emprego na mesma atividade, tá?" (Rita, 36 anos, ex-bancária).

Ao se referir às demissões no banco em trabalhava e à sua própria demissão aponta:

“Olha, o Banco, pela experiência que eu tenho no Banco, todo final de ano eles cortavam. Exigiam que cada agência, que cada coligada desse um corte. Eles davam assim a nível de porcentagem, tá?, 20% de corte. Então, às vezes dentro da agência é... tinha pouco pessoal, mas era obrigado a cumprir uma ordem, tá?... não precisava de corte, mas cortavam... os 20% era mandado embora... sem precisar de corte, porque ficava faltando pessoal...” (Rita, 36 anos, ex-bancária).

Os entrevistados ao mesmo tempo em que as assumem, desconfiam das explicações que remetem à falta de qualificações a responsabilidade pelo desemprego. Sabem que o desemprego possui outras causas e as apontam quando falam das empresas em que trabalharam. Gilberto, que em certa altura de sua entrevista atribuiu a responsabilidade ao próprio trabalhador desempregado, à sua falta de qualificação, identifica outras causas, ao menos dentro dos bancos, área de sua experiência de trabalho durante 27 anos, para o desemprego. Vê na automação, que acompanhou de perto, a causa da diminuição dos postos de trabalho no setor bancário:

“O problema da automação às vezes ajuda bastante mas o trabalho de um homem dificilmente o computador vai superar, até porque precisa de um homem para operar o computador (...) Nós tamo numa era da automação. Então isso tá gerando muito desemprego na área bancária. No passado o que você fazia tudo manual, entendeu? Hoje você faz com três quatro pessoas e mais o equipamento. Só que como eu disse no

começo, tem que ter uma pessoa pra operar o equipamento. Esse equipamento senão tiver uma pessoa que saiba operar ele não vai fazer nada. Pelo contrário, ele só vai trazer prejuízo pro empregador, entendeu? Então... acho que a grande maioria mesmo... o fato primordial é que o banqueiro não quer abrir mão do ganho e a automação, a informatização da área (...)" (Gilberto, 43 anos, ex-bancário).

Gilberto não aceita a idéia de que a máquina substituirá por completo o homem – “até porque precisa de um homem pra operar o computador” – e mesmo reconhecendo que a automação é responsável pelo aumento do desemprego bancário, enxerga nitidamente sua principal causa: “o *fato primordial é que o banqueiro não quer abrir mão do ganho*” (grifos meus). E mais adiante afirma enfaticamente:

“...é a ganância dos empregador... é a ganância dos empregadores... eu vou fazer uma comparação: o investidor estrangeiro ele faz um investimento na vida dele e faz um planejamento pra dez anos. Então ele vai ter um resultado daqui dez anos. O brasileiro não. O brasileiro põe o dinheiro na conta hoje, faz um investimento pra amanhã e amanhã ele já que saber o lucro. Então fica complicado nesta situação. Se o empregador deixar a fatia dele um pouquinho pra depois eu acho que dá pra fazer um acerto... na categoria bancária eu tô atribuindo esse desemprego à ganância do banqueiro. Eles querem ganhar mais e mais e mais e mais (...) e eles não aceitam ficar com dinheiro no bolso. Às vezes eles têm quatro, cinco iates, eles não querem dispensar um para ficarem com

três... com dois ou quatro, entendeu? Eles querem é ficar com cinco. Impossível, entendeu?” (Gilberto, 43 anos, ex-bancário).

A seu modo, é claro, vê na busca da ampliação do lucro pelo capitalista, a que ele chama de ganância, a causa do desemprego, no desejo de ganhar mais e mais e na firme disposição de não dividir a riqueza com os trabalhadores: “às vezes eles têm quatro, cinco iates, eles não querem dispensar um para ficarem com três... com dois ou quatro, entendeu? Eles querem é ficar com cinco”. Com esta poderosa imagem, ao quê se refere Gilberto senão ao próprio processo de acumulação do capital? Ao mesmo tempo em que assume para si o discurso ideológico da qualificação profissional e por meio dele justifica o desemprego atribuindo responsabilidades aos trabalhadores desempregados, fala com surpreendente clareza daquilo que a ideologia da qualificação profissional procura ocultar, a submissão do trabalho à lógica de acumulação do capital. Afinal, não está em sua fala esboçada a busca pela diminuição do capital variável pelo capitalista, tanto na automação quanto na diminuição do quadro de trabalhadores? Não quero com isso dizer aqui que Gilberto sabe exatamente destas relações aqui referidas, muito menos nestes termos, mas é perfeitamente claro que ele tem consciência de que há determinações outras que não a qualificação profissional dos trabalhadores quando se trata de explicar o desemprego.

Qualificação e educação

Como discurso hegemônico, que justifica o desemprego, a qualificação profissional possui dimensão nacional e é objeto de políticas governamentais em níveis federal, estadual e municipal. Projetos especiais para a capacitação de mão-de-obra são criados e verbas são alocadas para o financiamento dos cursos – fundos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foram largamente utilizados para a realização de cursos de qualificação e requalificação de trabalhadores. São oferecidos cursos diversificados aos trabalhadores desempregados com a finalidade de reequipá-los com novas capacidades e habilidades e de desenvolver as competências – *aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a aprender* –, que permitirão o aumento de suas chances de (re)inserção no mercado de trabalho, de obtenção de um emprego.

Entram nesta cruzada nacional pela qualificação dos trabalhadores como parceiros as organizações não-governamentais, os sindicatos de trabalhadores e os patronais e as empresas privadas. Atuam na maior parte das vezes em associação com órgãos governamentais e agências financiadoras. Não cabe aqui, porém, esmiuçar como cada um destes atores participa do esforço titânico que é (re)qualificar os trabalhadores brasileiros. É o bastante apontar a participação acrítica de alguns destes setores (em particular os sindicatos de trabalhadores) no processo, salvo raras exceções. Ausência de crítica que salta aos olhos em meio a um quadro pouco alentador. Trabalhadores desempregados empobrecidos mergulhados na rotina

desesperançosa de buscar um trabalho qualquer, verdadeiro calvário por filas intermináveis atrás de uma vaga, são pinçados de seu cotidiano e encaminhados aos cursos de qualificação: ali recebem auxílio transporte e alimentação durante a vigência do curso e adquirem alguns tipos de capacitação. Muitos aprendem sobre o empreendedorismo. Terminado o período do curso são devolvidos ao mundo real, do qual nunca foram de fato retirados, agora mais qualificados do que antes, para encontrar o desejado emprego – e se vêem frente ao mesmo mercado de trabalho em recessão, que não os incorpora, sem auxílio transporte, sem auxílio alimentação, enfim, novamente por sua conta e risco.

Em todos estes espaços a qualificação é aceita – indistintamente do conteúdo ministrado, que são muito variados e por vezes de duvidosa serventia para o trabalhador no mundo do trabalho – como exigência absoluta, sem a qual o trabalhador não terá nenhuma chance de sobrevivência. Ao mercado de trabalho só interessa aqueles que se prepararem para (re)conquistá-lo, cujas competências e habilidades coincidam com as exigidas por ele. Trata-se de uma exigência que emana do mundo do trabalho, de necessidades demandadas pelas novas formas de organização e de realização do trabalho. Ou, ao menos, assim se mostra aos homens. Invertidos os sinais, o mercado de trabalho adquire características próprias aos homens, se humaniza, aparece como sujeito social e age sobre os homens; trabalhadores são tornados coisas e aproveitados segundo suas características, passam por algum beneficiamento quanto a suas qualidades e aparecem como objetos sociais, que são ou não validados pelo mercado de trabalho.

Mas o discurso da qualificação profissional não permanece circunscrito a uma educação complementar, cuja finalidade seria a de desenvolver suas competências e treinar ou capacitar tecnicamente o trabalhador em fazeres específicos necessários ao mercado de trabalho. Não se limita a treinar e desenvolver habilidades. Amplia-se na direção da educação formal, de modo a produzir uma mescla entre o que é escolarização e o que é qualificação. Confunde-se com o nível de escolarização dos trabalhadores: o nível escolar é apresentado como fator fundamental para a obtenção da tão sonhada vaga (ou manutenção do emprego) e traduz-se por uma necessidade cada vez maior de obtenção de diplomas dos níveis escolares. Ambos, qualificação profissional e escolaridade, transformam-se em uma só coisa para a justificação do desemprego. Ora é a baixa escolaridade do brasileiro, ora é a falta de qualificação profissional – uma tomada pela outra, tornando-se um quase-sinônimo –, ora são ambas as coisas que impedem o preenchimento das vagas.

Novamente a realidade se encarrega de confirmar a veracidade dos argumentos que apontam o brasileiro como pouco qualificado, sem preparo e com escolaridade insuficiente. No Brasil a média nacional de escolaridade é de 5,8 anos de estudo, enquanto que na região sudeste do país, seu centro mais dinâmico economicamente ela sobe para apenas 6,6 anos⁸³. Durham (1999, 231) apresenta “a evolução do sistema educacional durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, no contexto das transformações ocorridas na última década” e sistematiza em seu trabalho vários dados sobre a educação

⁸³ IBGE, 2004: CD-Room “Estatística do Século XXI, CD-Room”, disponível também em (http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_economicas.shtml).

no país. Entre eles alguns se destacam⁸⁴. No nível fundamental (o antigo primeiro grau a que se referem os trabalhadores em suas falas) é possível encontrar uma taxa de 23,6% de matriculados com mais de 14 anos, idade em que deveriam oficialmente estar concluindo este nível. Do total de matriculados nesse nível, aproximadamente 34,2 milhões de pessoas, há 29% de repetência e 4% de evasão, o que ajuda a entender a existência de 23,6% dos jovens com mais de 14 anos ainda cursando o ensino fundamental. O analfabetismo atinge em dados oficiais 14,7% das pessoas com mais de 15 anos de idade – em números absolutos são 15,5 milhões de pessoas. Mas este percentual se distribui pelas faixas etárias de maneira distinta: é a partir da faixa dos 30 anos que se localizam a grande maioria dos analfabetos, com a incidência de mais de 50% nesta faixa (acima de 7,5 milhões de pessoas), retrato do que tem sido ao longo do tempo a educação no país. O quadro para o ensino médio não é mais alentador. São aproximadamente 7 milhões de pessoas matriculadas no nível médio em todo o país. Há uma taxa de repetência de 36% e de evasão de 4% dos alunos matriculados, o que significa dizer que 2,5 milhões de estudantes repetem a série durante todo o nível médio. Deste modo há enorme quantidade de alunos que estão em descompasso entre a idade e a série que estão cursando no ensino médio: são 53,9% dos alunos que estão em séries distintas em relação às suas idades. Conforme Durham (1999, 240) aponta, este dado “demonstra o ingresso tardio e o longo número de anos necessários para completar o 1º grau, em virtude da repetência” e acrescentaríamos, em virtude da repetência no próprio 2º grau, como mostram os índices apontados. A autora se refere ainda a um retorno de jovens e adultos aos bancos

⁸⁴ Todos os indicadores que se seguites foram extraídos de Durham (1999, 234-240).

escolares por conta das “exigência crescente de qualificação no mercado de trabalho (que) provavelmente pressiona nesta direção, o que promoverá elevação do nível médio de escolarização da população” (Durham, 1999, 240). Este é o quadro que se insere estas exigências crescentes por qualificação e por maiores níveis escolares no país.

Desempregada há 13 meses, Rita reconhece na falta de qualificação do trabalhador a responsabilidade pelo desemprego e como a responsável direta pelas dificuldades em manter-se empregado ou por sair do desemprego – realiza uma superposição da qualificação profissional à educação e à formação técnica, tomando-as uma pela outra, como se significassem uma única coisa.

“...então, cada vez mais é necessário a pessoa ter uma formação mais técnica (...) as pessoas por necessidade própria, através também dos sindicatos, é que tão procurando hoje um pouco mais de especialização. Eu acho que a principal coisa é a questão da educação. Como você não tem formação técnica tá cada vez mais difícil de você conseguir um emprego ou uma qualificação melhor, uma oportunidade profissional (Rita, ex-bancária).”

Mas a adesão ao discurso oficial não é total. Ângela, mais adiante em sua entrevista, questiona as exigências de qualificação profissional feita pelos empregadores:

“antigamente as pessoas tinham datilografia, hoje não tem datilografia, aí você faz um curso de computação Windows, Excel, você vai entrar na empresa e não tem nada ver com

isso... você não vai usar isso... porque toda empresa tem um sistema, você vai aprender o sistema que tem dentro da empresa, você não vai aprender *Wind PeckPoint*, você não vai fazer nada disso, eles pedem é a... a... encher lingüiça, quando você chega lá... é um... toda empresa tem um programa, aquele programa, você vai entrar naquelas telas, você vai usar aquelas telas (...) o negócio não é encher a lingüiça, o negócio é, é... põe, põe tudo isso, quando você chega lá não tem nada a ver com isso... não tem nada a ver... é isso que eu to falando... ah, preciso disso, disso, disso... chega lá, ta tudo pronto lá, aí você só aprende o sistema como entra, como sai e pronto, vai embora... aí a pessoa lê, aqui... ah!... não sei o que ta ta ta... ta ta... ah, eu não vou porque eu não tenho *PointKint*, nem não sei das quantas, não, não sei...” (Ângela, 30 anos, ex-auxiliar de farmácia).

Ângela desconfia destas exigências e sugere que elas agem para desestimular as pessoas a tentar aquela vaga de trabalho: “ah, eu não vou porque eu não tenho *PointKint*, nem não sei das quantas, não”. E questiona as exigências de níveis escolares e de experiência anterior para iniciar no emprego em determinadas profissões:

“açougueiro?... precisa de ter primeiro grau, doze meses de experiência para ser um açougueiro?, cara?... Acho que não...ensina o cara faz o corte na carne, põe o cara ali..sabe dá oportunidade pra pessoa fazer... com certeza quem tem vontade vai, aí a pessoa lê: ‘puxa pra cortar a carne tem que ter 6 meses de experiência pra cortar uma carne, servir uma carne crua?’... aí ele nem vai porque ele não tem mais... ‘você tem

experiência?’, ‘não... mas, posso tentar’... ‘não você tem que ter experiência?’” (Ângela, 30 anos, ex-auxiliar de farmácia).

“...seu eu chegar nessa empresa aqui vai, ‘Analista de Laboratórios em Química, segundo grau completo, salário, experiência de 48 meses’, você entendeu... isso aqui eu sei... o cara vai pegar os tubinho, recolher os tubinhos e levar pro laboratório... (risos). pro cara lá analisar, ele não vai fazer nada ele só vai ir lá recolher os tubinhos e levar os tubinhos lá... mas ele tem que ter... segundo grau... mas pega uma pessoa, que é simples fazer este trabalho, pega ela, ensina ela para ver como vai ser fácil, não precisa dos 48 meses de experiência... se ela só vai recolher uns tubos de sangue, de secreção vai botar pro cara analisar, assim eu to falando a minha visão nisso, você entendeu?” (Ângela, 30 anos, ex-auxiliar de farmácia).

Mais uma vez Ângela é muito clara: exige-se no mercado de trabalho o que não é necessário, segundo ela, para o exercício real de uma profissão. Para ela, falta as empresas darem oportunidade: “ensina o cara a fazer o corte na carne, põe o cara ali, sabe, dá oportunidade para pessoa fazer”, e se indigna: “puxa!, pra cortar carne tem que ter seis meses de experiência pra cortar carne, servir uma carne crua!...”

A jovem Flávia fala sobre as exigências de experiência anterior de que fala Ângela e da necessidade da escolaridade pra disputar uma vaga. Recém saída dos bancos escolares não encontra um posto de trabalho porque não possui ainda experiência de trabalho:

“Só comecei agora, porque antes tinha aquele negócio, tava estudando, não podia pegar porque não tinha 18 anos, não

podia porque não tinha o 2º grau completo, era assim que eles falava, então, esperei terminar a escola pra depois ir procurar. Aí, só que eles falavam que não tinha experiência, eles não queriam. Mas como eu ia consegui se eles não davam oportunidade quando eu tava estudando? (...) como é que eles querem que a gente tenha experiência se eles não dão a oportunidade da gente ter experiência (...) porque eles exigem experiência de 6 meses, 1 ano, 2 anos... pra quem ainda tá começando, acho que eles tão exigindo muito...” (Flávia, 19 anos, ex-operadora de telemarketing).

A falta de experiência no mundo do trabalho, que segundo Flávia precisa ser comprovada em carteira, impede que ela consiga um emprego e tenha a sua primeira experiência, que a mantém inexperiente. Um movimento circular, quando exigida aos jovens a experiência anterior cumpre o papel de mantê-los fora do mercado de trabalho formal, explicitado por Flávia como responsável pela permanência da fatia jovem mesmo escolarizada no desemprego.

Completa o quadro que se refere à exigência de escolaridade e experiência a fala de Edeuirto:

“...no meu caso, eu tenho experiência na ares que eu to procurando, experiência boa de 9 anos... que eu nunca fiquei desempregado... é a primeira vez... trabalhei de segurança durante 6 anos, 9 anos de zelador... com o procurador foi 3 anos... que eu trabalhei de caseiro (...) tenho carta de referência e tudo (...) eles dão mais preferência pra pessoas que têm mais escolaridade, no meu caso eu tenho

experiência... você tem que mostrar que estudou, que fez curso” (Edeurto, 45 anos, ex-caseiro).

A situação se inverte e a experiência de Edeurto tem pouca serventia pela falta da escolaridade que é exigida pelos empregadores. Mas o que a longa experiência de trabalho na área de zeladoria de Edeurto revela, reforçada pelo fato de nunca ter ficado desempregado, é que até pouco tempo o 1º grau era a escolaridade suficiente para alcançar um posto de trabalho na área – vale lembrar que Edeurto conta que fez cursos no Senac para a área tendo o 1º grau completo. É, pois, a elevação do nível de escolaridade para vagas que exigiam um nível abaixo que surge como impeditivo do acesso ao emprego. Flávia possui escolaridade, mas jovem, não possui experiência; Edeurto, mais velho, possui experiência, mas não a escolaridade; ambos têm contra si as exigências dificilmente justificáveis do mercado de trabalho – em verdade dos empregadores – a impedir que consigam um emprego.

Tomada uma pela outra, educação e qualificação se equivalem. Desenvolver políticas de educação ou de qualificação profissional passa a ser a busca de melhoria do nível da mão-de-obra. Aumentar os índices gerais de escolaridade é a meta: o aumento da quantidade de anos de permanência na escola, a diminuição dos índices de evasão, de reprovação e de analfabetismo são as metas a serem atingidas. A educação se traduz por medidas de ampliação quantitativa da escolarização, porque a certificação da mão-de-obra pela melhoria do nível de escolaridade se liga, como critério, às necessidades empresariais de obtenção de certificações de organismos internacionais (os certificados ISO, por exemplo) para introduzir seus produtos em mercados

restritos. Empresas, atentas às próprias necessidades⁸⁵, passam a exigir nível escolar mais elevado aos trabalhadores, que são empurrados para os bancos escolares – muitos criados exclusivamente para atender a esta demanda (cursos seqüenciais e à distância, são exemplos claros), vale apontar que de todo o ensino superior no Brasil 60,7% das vagas oferecidas estão nas mãos da iniciativa privado, cuja participação entre os anos de 1960 e os anos de 1990 saltou de 44% para 60,7%, que oferece, na maioria dos casos, educação superior de pouca ou nenhuma qualidade – e vão mover uma rica fatia do mercado da educação no país. Educação não para a cidadania, como nunca foi o caso no Brasil, é claro, mas educação transmutada em qualificação do trabalhador, em certificação da mão-de-obra. Em agregadora de valor aos produtos.

Resulta desta proposital confusão uma massa de pessoas procurando melhorar sua escolaridade, a que dão o nome de qualificação: aumenta a pressão pelo ingresso no curso de nível superior junto aos diversos setores da sociedade, incluídos os trabalhadores pobres, aos quais não está ao alcance cursar uma faculdade pública e gratuita. Estão impossibilitados de obter uma dessas vagas graças à exclusão escolar vivida ao longo de sua trajetória, que o privou, entre tantas outras coisas, dos conhecimentos necessários para o vestibular, ou uma faculdade privada pela simples impossibilidade de pagá-la (aqueles que puderem pagar obterão formação na

⁸⁵ “Dessa maneira, se a empresa se posiciona como uma *Learning Organization*, ou como uma organização que pauta sua produção na atualização constante de conhecimentos e tecnologia referentes à sua área de atuação, possibilitando o acesso dos trabalhadores a qualquer curso por ela oferecido – seja para certificação em outras funções, seja para cursos supletivos conveniados com escola particular etc. –, não há garantia de uma promoção correspondente ao novo nível de escolarização atingido e/ou a uma melhoria salarial. Como afirmam a própria empresa e seus funcionários: são cursos destinados a garantir a empregabilidade de cada um.” (Ferreti, 2003: 6)

maior parte das vezes de baixa qualidade, característica das faculdades pagas no Brasil, com raras exceções). Movimento este repetido em relação aos demais níveis escolares, com um aumento da busca pelos cursos supletivos, pelos cursos à distância, por uma tentativa de volta aos bancos escolares. Ações que incontáveis vezes permanecem inacabadas por ausência de condições materiais para completá-las, que resultam em mais frustração e humilhação.

Flávia, Rita e Flávio estão entre os que vêm no curso superior a solução no combate ao desemprego e tentam esboçar planos de entrar em uma faculdade paga – sequer citam a possibilidade de freqüentar um curso público. Flávia fala em distintos momentos de sua entrevista que sobre o curso universitário, que aparece como necessário para se conseguir um emprego:

“...do que eu gosto é de teatro, artes cênicas, área de direção que é o que eu quero na minha faculdade, pelo menos na minha vida pretendo fazer isso (...) eu podia tá fazendo uma faculdade... não tem como, não tem condições, e como meu pai tá desempregado, tá já 3 anos desempregado, só tá trabalhando minhas duas irmãs, então fica difícil paga uma faculdade (...) mas aí eles falam assim que tinha que tê alguma coisa mais, uma faculdade... e nem tinha como eu fazer, porque tem que pagar”. (Flávia, 19 anos, ex-operadora de telemarketing).

Se para Flávia a vontade de cursar uma universidade mistura as exigências do mercado de trabalho com o desejo de profissionalizar-se na área de teatro, Rita vê o curso superior centralmente como a maneira de reconquistar um posto de trabalho:

“...se você não tem uma faculdade não vai conseguir uma vaga, porque tão pedindo o curso superior, é todo lugar... tem uma vaga tem sempre alguém que tem a faculdade lá (...) então, hoje você vê trabalhando de recepcionista pessoas com formação universitária e pessoas com o primeiro grau. Então, cria-se até uma disputa desigual... você tem que ter uma faculdade pra poder se dar bem no emprego” (Rita, 36 anos, ex-bancária).

Mas, é Flávio que mais fala sobre o curso superior. Conta já ter começado um curso de história, que teve que abandonar:

“...eu fiz um ano e meio de História lá na Brás Cubas, mas não continuei porque fiquei desempregado, na época também acabou não dando pra pagar e nem voltei mais também, aí tranquei e não voltei mais, faz muito tempo, já faz 10 anos (...) precisa de faculdade, ter uma profissão... que conferente não é profissão, já disse que eu não tenho uma profissão e não arruma alguma coisa (...) fiquei seis anos nessa empresa... aí não fiz mais nada, acomodei lá... num acreditei que fosse se mandado embora (...) se eu tivesse feito faculdade de Administração de Empresa, com certeza eu não estaria desempregado hoje...” (Flávio, 39 anos, ex-conferente).

Mas, prontamente reconhece que não a falta de um curso superior o motivo pelo qual foi despedido de seu último trabalho:

“...fizeram uma proposta meio indecente para nós, né, fazendo com que o pessoal pedisse a conta para continuar em outro emprego, aí a maioria não quis e acabou mandada embora...”

eu não quis porque ia perder o seguro desemprego, perdia tudo, bem dizê, não ia pegá nada, eu i pegá os dias trabalhado, só...”
(Flávio, 39 anos, ex-conferente).

Os três entrevistados referem-se ao curso superior e ensaiam à sua maneira enveredar pela busca de um título universitário, que pode se transformar em chave para a (re)entrada no mercado de trabalho.

Porém, não se trata exatamente de um movimento espontâneo dos trabalhadores em direção à qualificação e à escolarização: resulta do discurso ideológico, que imputa o desemprego, como vimos anteriormente, à insuficiente capacitação dos trabalhadores brasileiros, presente em todos os espaços sociais – preenchidos pelo discurso competente emitido dos espaços de poder por estudiosos de toda espécie e repetidos à exaustão. Como resultado, aparece um vazio que necessita ser preenchido, que empurra os trabalhadores para os espaços de qualificação e escolarização, e que reaparece após cada processo novamente como vazio a exigir nova tentativa de preenchimento. Uma quase-competência adquirida, reafirmada como incompetência a cada fracasso diante dos processos de seleção profissionais e da reafirmação da insuficiência da formação pessoal. Talvez ilustrasse bem este acontecimento a forte imagem associada ao mito grego de Sísifo⁸⁶.

⁸⁶. Segundo o Mito, Sísifo foi condenado a rolar incessantemente uma rocha até o topo de uma montanha e uma vez chegado ao topo a pedra cairia de volta devido ao seu próprio peso. Deveria então retornar ao pé do monte e retomar seu trabalho, repetindo-o infinitamente. Camus afirma que em Homero ele aparece como o “mais sábio e mais prudente dos mortais” e aponta que “diferem as opiniões sobre os motivos que lhe valeram ser o trabalhador inútil dos infernos”. Brevemente aponta que Sísifo espalhou os segredos dos Deuses, contou a Asopo que sua filha Egina havia sido raptada por Zeus e foi punido com o inferno. Sísifo acorrentou Tânato (a morte), enviada para conduzi-lo à Hades, nos subterrâneos, e, assim, atraiu a ira de ambos os Deuses. Uma vez morto conseguiu convencer Hades e retornar ao mundo da superfície, desafiando novamente os Deuses. Trazido de volta aos subterrâneos, foi condenado à sua tarefa eterna. Sísifo por sua audácia frente aos Deuses recebeu a mais terrível punição, a de realizar um trabalho inútil, infrutífero e sem esperança (Camus, 1989: 141–145). Desempregados, esta imagem de um trabalho que se repete incessante e

Considerações finais

I) Discurso competente e desqualificação

Vimos até aqui discutindo os aspectos que envolvem a qualificação enquanto discurso ideológico como processo que envolve os trabalhadores. Nas falas de nossos entrevistados o discurso da qualificação profissional a todo instante fez sua aparição em suas distintas faces: como qualificação técnica, como especialização, como escolaridade e algumas vezes como experiência de trabalho – que, afinal, não deixa de resultar em qualificação do trabalho. Os seis entrevistados falaram de suas experiências na busca de emprego e as dificuldades frente ao mercado de trabalho recessivo e em suas falas foi possível captar nitidamente a presença da qualificação como discurso ideológico: em todos os momentos a que se referiram à qualificação ela surgiu como a justificadora para o desemprego tanto deles mesmos, especificamente para cada um, como de outros trabalhadores, como uma fórmula generalizada, regra a que todos estão submetidos.

Não por acaso, sempre que se falou de qualificação profissional se falou de alguma coisa genérica, mal-definida, que hora assumia a imagem da escolaridade, ora a da experiência, ora a da formação técnica, ora da especialização. Mesmo entre os autores estudados a qualificação apareceu com diversas roupagens, a das competências, a do saber técnico, a da

inutilmente corresponde bem ao movimento de qualificação profissional realizado por muitos trabalhadores e à que estão condenados, desta vez não pelos Deuses Olímpicos.

especialidade e também a da escolaridade, entre outras formas, sempre de alguma maneira ligadas às inovações tecnológicas e de gestão empresarial em curso, sempre com espaços mal-definidos do que seria e de quais seriam suas formas. Muito mais vaga ainda se mostrou quando se falou das chamadas novas qualificações do mundo do trabalho. Mas não se tratou de confusão conceitual, muito menos de falta de clareza teórica, ou no caso de nossos entrevistados de suposta incapacidade para referir-se a ela, afinal. Como ideologia que é, o discurso da qualificação profissional não pode se revelar por completo, não pode preencher as lacunas sob pena de perder sua coerência ideológica. São os seus termos ausentes, conforme nos ensina Chauí (1989, p. 04), que dão o caráter de verdade àquilo que o discurso ideológico afirma.

Discurso de poder, o discurso da qualificação realiza um duplo movimento: extrai a racionalidade do real, com os homens invalidados enquanto sujeitos sociais e políticos e reduzidos a condição de objetos do real, para em seguida transferir para o plano individual o discurso competente e, assim, revalidar a condição de sujeitos, mas agora como sujeitos privados, que o assume para si. Nas palavras de Chauí:

“Sabemos que uma das maneiras mais eficazes de criar nos objetos sócio-econômicos e sócio-políticos a crença de que são sujeitos consiste em elaborar uma série de discursos segundos ou derivados, por cujo intermédio é outorgada a competência aos interlocutores que puderem assimilá-los (...) Que discursos segundos ou derivados são estes? São aqueles que ensinarão a cada um como relacionar-se com o mundo e com os demais homens” (Chauí, 1993: 12).

É este movimento que produz o grande contingente de trabalhadores buscando qualquer canal de qualificação ou escolarização que lhes for disponibilizado. E realizam seus esforços estudando o que puderem alcançar, enveredando por cursos pagos de nível superior, que muitas vezes abandonam, como foi o caso de um de nossos entrevistados, pela dificuldade de pagar. Alguns obtêm o esperado diploma, na maior parte das vezes desvalorizados pela falta de qualidade das instituições cursadas:

“se fracassarem, o que continua sendo o destino mais provável para eles, estarão destinados a uma exclusão sem dúvida mais estigmatizante e total que no passado: mais estigmatizante na medida em que tiveram, na aparência, ‘suas chances’” (BOURDIEU, 1997, p. 483).

É a tentativa de atender esta demanda que impulsiona setores sociais distintos, como os mencionados anteriormente neste trabalho, a se engajarem sem uma reflexão crítica atenta na maré da qualificação profissional. Nossos entrevistados, mergulhados no dia-a-dia da busca por emprego são bombardeados pelo discurso que transforma a qualificação profissional em uma necessidade dos trabalhadores no mercado de trabalho, um *martelamento da mídia* (BOURDIEU, 1998, p. 57), que amplifica a voz dos ideólogos do trabalho.

Afinal, *esse discurso competente*, do qual a obra de José Pastore (1997, 1998, 2001) é expressão

“não exige uma submissão qualquer, mas algo profundo e sinistro: exige a interiorização de suas regras, pois aquele que não as interiorizar corre o risco de ver-se a si mesmo como

incompetente, anormal, a-social, como detrito e lixo (...) como exigência de interiorizar regras que nos assegurem que somos competentes para viver” (Chauí, 1993, p.13).

O espaço da vida cotidiana, onde como quer Lefebvre (1971, p. 62-64)⁸⁷ as necessidades se tornam desejos, onde o biológico passa ao humano, é invadido pelo imperativo da qualificação: aparece como natural, como verdade estabelecida sob a qual estão todos submetidos. Mas o trabalhador não possui as qualidades necessárias ao novo mundo do trabalho. A qualificação, um imperativo econômico, torna-se para as pessoas reais desqualificação: sem saber, jovens, adultos e idosos descobrem-se incompetentes e incapazes para realizar tarefas que até bem pouco tempo permitiam o seu raquítico sustento. Assim se passa com nossos entrevistados, que passam a fazer bicos e se tornam no decorrer do tempo em que vão permanecendo desempregados a cada dia mais desqualificados. São os melhores que alcançarão o sucesso, que agora atende pela nome de emprego formal. Os mais capacitados serão os incluídos do sistema, uma espécie de neodarwinismo social como aponta Bourdieu (1998, p. 58) em que “há uma filosofia da competência, segundo a qual são os mais competentes que governam e que têm trabalho, o que implica que aqueles que não têm trabalho não são competentes”.

⁸⁷ Henry Lefebvre (1971, p. 64) aponta que ‘En la vida cotidiana, sector privilegiado de la práctica, las necesidades se convierten en deseos. Estos toman forma en ella, y en ella pasan de biológicos (es decir animales y vitales) a humanos (...) La necesidad pasa a través de los filtros del lenguaje, de las prohibiciones y las permisiones exteriores, de las inhibiciones y las excitaciones, del esfuerzo y el logro (...) Los deseos se individualizan, en función del grupo propio. La socialización y humanización de la necesidad van parejas con la individualización del deseo, pero no sin conflictos, no sin daños, a veces irreparables. Cada hombre y cada mujer semejan un árbol, con ramas torcidas, muertas, desgajadas, y otras ramas obstinadamente llenas de savia”.

Invertidos os sinais, a necessidade de qualificação (naturalizada) se transmuta em *desejo*. Não se trata mais somente de uma imposição externa ao trabalhador, que o força a seguir a trilha da preparação para o trabalho, o que já seria muito. Manifesta-se também como vontade do próprio trabalhador, configura-se como parte de seus objetivos pessoais, como caminho para a construção e afirmação de sua identidade. Afinal, todos devem desejar se profissionalizar, condição para inserção no mundo do trabalho capitalista. A busca de uma especialização⁸⁸, resultado da divisão do processo de trabalho, propiciada pela qualificação é sentida como uma realização pessoal. Se o trabalho representa uma segunda chance de obter ou consolidar a identidade e adquirir mais confiança pessoal (Dejours, 1999, p. 35), a qualificação aparece como mecanismo mediador do acesso ao trabalho e condicionante, portanto, da identidade.⁸⁹

Mas, o discurso da qualificação traz consigo, em sua contraface, o discurso da desqualificação tão caro às elites brasileiras. Se na passagem do século XIX para o XX são as teorias raciais “o recurso ideológico de justificação do domínio de brancos sobre não-brancos, de ricos sobre pobres, de ‘civilizados’ sobre ‘primitivos’”, segundo Patto (1999, p. 183), referindo-se à afirmação de Hobsbawn, há elementos que permitem pensar que a separação entre qualificados e não-qualificados realiza papel semelhante de justificação das relações de dominação. A qualificação como posse da competência,

⁸⁸ Fala-se em trabalhador generalista e no fim do espaço no mercado de trabalho para o trabalhador especializado, na necessidade de um novo trabalhador multifuncional, mas o que se pode notar é uma transformação das modalidades de especialização exigidas pelos novos processos de trabalho, de desqualificação intensificada, e que quando tomada apenas em sua aparência tem levado ao uso de expressões *Frankenstein* do tipo *generalista especializado* ou *especialista multifuncional* em alguns círculos.

⁸⁹ “Na falta de uma identidade bem estruturada, na qual nos sintamos bem, na falta de auto-estima, nós a buscamos no olhar do outro. É aí que o trabalho intervém, constituindo-se uma chance de obter o olhar do outro”. (Dejours, 1999, p. 35)

outorgada pelo discurso competente emitido da hierarquia, das posições de poder localizadas na organização e autorizadas a falar, a legislar sobre o mundo do trabalho, distingue e segrega trabalhadores. Os sem-qualificação vão encaminhar-se naturalmente para o desemprego ou para o subemprego e destes para a marginalidade. Mas, quem são os não-qualificados sobre os quais se fala? Eufemismo para desqualificados, são aqueles excluídos do processo educativo, porque excluídos do processo econômico, os antigos e persistentes pobres (hoje chamados de pessoas de baixa renda), que reaparecem com novo estigma, vistos como perigosos e violentos.

No Brasil, vem se construindo historicamente imagens relativas aos pobres de cunho sempre negativo, em que se opera a desqualificação de seu modo de ser, seus traços culturais, suas práticas e crenças. De maneira a desclassificá-los, a demonizá-los, a forjar imagens negativas que operassem como cimento ideológico justificador de sua opressão e exploração econômica pela classe dominante. Já nos primórdios da colonização

“desde o olhar do colonizador os gestos e os ritmos dos tupis que dançam e cantam (...) aparecem como resultado de poderes violentos de espíritos maus que rondam e tentam os membros da tribo. A qualquer hora pode sobrevir Anhangá (...) O cauim salivado na boca das velhas fermenta o sangue, sobe às cabeças e arrasta o índio à luxúria e à brutalidade” (Bosi, 2001, p. 73-74).

Um movimento de desvalorização dos povos recém encontrados no novo continente. E que se estendeu da colônia ao Império e deste aos dias atuais, ao longo de toda a história de nosso país.

Patto (1999, p. 183), referindo-se à Primeira República, aponta que

“O eficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou nesse período, em íntima relação com o discurso científico, foi a disseminação pelo corpo social de uma imagem negativa dos pobres, vírus poderoso que naturalizava a condição social de uma classe aos olhos de todos e justificava a exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e o exercício oligárquico do poder”.

Instrumento poderoso, a associação de imagem negativa aos pobres permanece em nossos dias. Retorna-se sempre a uma imagem em torno do povo brasileiro como a de um povo composto por desclassificados, vadios, ignorantes e indolentes, e agora desqualificados, construída e reconstruída ao longo do tempo. Circular, a própria pobreza resulta de seus defeitos (que são as imagens negativas atribuídas ao pobre) – “a existência dos sem-terra, dos sem teto, dos milhões de desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça, à incompetência dos miseráveis.” (Chauí, 2000, p. 93). Vêm sendo ao longo do tempo desclassificados e agora são também desqualificados.

Porém, cabe atentar para o fato de que foi possível identificar nos entrevistados que todo este processo não ocorre sem que estes trabalhadores se dêem conta de há em alguma medida um processo econômico mais amplo que não se restringe apenas às mudanças operadas pelas transformações tecnológicas na qualificação profissional demandada pelo mercado. São trabalhadores desempregados que vivem a realidade do desemprego e da busca por um posto de trabalho e se confrontam cotidianamente com as mais diferentes formas de exigências e de critérios seletivos, Também encontram no mercado de trabalho as alternativas precárias para a sobrevivência, como o

trabalho em cooperativas fantasmas, em empresas terceirizadas, que atuam no sentido de promover na prática a desregulamentação das relações de trabalho. Os bicos que fazem para sobreviver têm caráter ao mesmo tempo temporário e permanente: temporário porque contratados para a realização de um trabalho qualquer por um período pré-determinado, enquanto durar os contratos de prestação de serviços; e permanente porque se tornam trabalhadores constantemente submetidos a estas relações de trabalho, que aceitam como forma de sobrevivência, que permite, inclusive, a sua busca prolongada por um emprego no mercado de trabalho formal. E, se aderem em grande medida ao discurso da qualificação profissional e o reproduzem, fazem-no com a desconfiança de que, para além das exigências de qualificação profissional, há outros critérios de que se utilizam os empregadores na contratação da força de trabalho – a busca pelos contatos que podem indicá-lo para uma vaga, que sabem muito eficaz na obtenção de um emprego. Afinal, é possível entrever junto aos trabalhadores a desconfiança de que o desemprego não se restringe aos desqualificados. Nem mesmo deixam de observar atentamente que mesmo as mais variadas qualificações não são garantias para a obtenção de emprego – vêm à sua volta os mais variados exemplos de desempregados de todos os níveis de escolaridade e de qualificação variada. Se buscam qualificar-se, fazem-no porém com uma ponta de desconfiança diante de um mercado de trabalho que não se mostra único.

A ambigüidade se caracteriza ao mesmo tempo pela inexistência de vagas para todos os qualificados, pela diminuição destas vagas (de trabalho qualificado) e o crescente aumento dos trabalhos desqualificados e precários e pela exigência cada vez mais elevada de qualificação/escolaridade para a

ocupação de postos mais estáveis no mercado de trabalho que não exigem no seu fazer diário as qualidades pedidas, como bem anotado na fala de uma de nossas entrevistadas. Referindo-se à Chauí (1993, p. 121), Sato aponta que “a ambigüidade, a qual define que algo é ‘isto e aquilo ao mesmo tempo’, possibilita tematizar o atraso e a emancipação, a capacidade de se conformar ao resistir e resistir ao se conformar” (2002, p. 1152).

Vale, por fim, tomar as observações de Martins (1998, p. 06) ao se referir aos estudos do cotidiano. Referindo-se a Lefebvre, aponta que o vivido é “a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos, nos momentos de criação. (...) não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo...”. Dar voz às ações silenciosas dos trabalhadores, trazê-las à tona, é ir além de suas aparências e possibilitar encontrar as práticas com que realizam contraditoriamente o movimento de adesão e resistência à ordem, e como na vida cotidiana se estabelece as condições de ruptura com o cotidiano, de criação do novo.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni, (1999): *Trabalho e mundialização do capital – A nova degradação do trabalho na era da globalização*, São Paulo: Ed. da Unicamp.
- ANDRADE, Mário de (1987): *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- ANTUNES, Ricardo (2002): *Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, São Paulo: Cortez Editora.
- _____ (2003): *Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2004): “Anotações sobre o Capitalismo Recente e a Reestruturação Produtiva no Brasil”, *in: O Averso do Trabalho*, org. Antunes, R. e Silva, M. A. M., São Paulo: Expressão Popular.
- BERNARDO, João (2000): *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores – Ainda há lugar para sindicatos?*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- BATISTA, Nilo (2003): “Entrevista à revista Caros Amigos”, Nº 77, agosto de 2003, ano VIII, São Paulo: Casa Amarela.
- BOSI, Alfredo (1992): “Anchieta ou as flechas opostas do sagrado”, *in: Dialética da Colonização*, São Paulo: Cia. das Letras.
- BOURDIEU, Pierre (1998): *Escritos sobre Educação*, Petrópolis: Vozes
- _____ (1998): *Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

- _____ (1997): *A Miséria do Mundo*, São Paulo: Vozes
- _____ (2001): *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BRUNO, Lúcia (1996): *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*, São Paulo: Atlas.
- CAMUS, Albert (1989): “O Mito de Sísifo”, *in O Mito de Sísifo*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- CHAUÍ, Marilena de Souza (1980): “Ideologia e educação”, *in: Educação e Sociedade*, ano II, nº 5, (janeiro de 1980), Campinas: Ed da Unicamp.
- _____ (1993): *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo: Cortez.
- _____ (2000): *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- DADICO (2003): *A Atuação do Psicólogo em Instituições não-Governamentais*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da USP.
- DEJOURS, Christophe (1999): *Conferências Brasileiras – Identidade, Reconhecimento e Transgressão no Trabalho*, São Paulo: FUNDAP.
- _____ (2000): *A Banalização da Injustiça Social*, São Paulo: Editora FGV
- DIEESE (2001): *A Situação do Trabalho no Brasil*, São Paulo: DIEESE.
- FERRETI, Celso (2003): *Escola e Fábrica: vozes de trabalhadores em uma indústria de ponta*, *in: Cadernos de Pesquisa*, nº 18, (março de 2003), São Paulo.

- FIORI, José Luís (2002): “Lições da década de 1990 (II)”, Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas, 29 de agosto 2002. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/jfioripor.php>. Acesso em: 22 jan. 2005.
- _____ (1997): “Os Moedeiros Falsos”, Petrópolis: Vozes.
- GORZ, André (1972): “Técnicos, Especialistas y Lucha de Clases”, *in: La División Capitalista del Trabajo*, México: Siglo XXI Editores.
- _____ (1982): *Adeus ao Proletariado*, Rio de Janeiro: Forense
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2003): “Como será a Alca”, Porto Alegre: Biblioteca das Alternativas, 29 de agosto. 2002. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/tbib_SamuelPG_como_s.php. Acesso em: 19 jan. 2005.
- HIRATA, Helena (1986): “Trabalho, Família e Relações Homem/Mulher: Reflexões a Partir do Caso Japonês”, *in: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, vol 1, (outubro de 1986), São Paulo: ANPOCS.
- KONDER, Leandro (2002): *A Questão da Ideologia*, São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1984): “O marxismo na batalha das idéias” , Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- KURZ, Robert (1992): *O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial)* São Paulo: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, Henri (1974): *De lo Rural a lo Urbano*, cap. V, Barcelona: Ediciones Península.

- LESSA, Sérgio (2002): *O Mundo dos Homens – Trabalho e ser social*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- LETTIERI, Antonio (1977): “Notas sobre las calificaciones, la escuela y los horarios de trabajo”, *in: La División Capitalista del Trabajo*, México: Siglo XXI Editores.
- MAIOR, Jorge Luiz Souto (2002): “O direito do trabalho é instrumento de justiça social”, Teresina: Boletim Eletrônico Carta Maior-Ano 3 - n.º130 - 10 de setembro de 2002 (www.cartamaior.com.br)
- MALVEZZI, Sigmar, (1999): “Psicologia Organizacional – Da Administração Científica à Globalização: uma história de desafios”, Mimeog., IPUSP-SP.
- MARCELINO, Paula Regina Pereira (2004): *A Logística da Precarização*, São Paulo: Expressão Popular.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio (1990): *Acción y Ideología*, El Salvador: UCA
- MARTINS, José de Souza (1998): “O Senso Comum e a Vida Cotidiana”, *in: Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, 10 (1): 1-8, (maio de 1998), São Paulo.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1975): “A Ideologia em Geral”, *in: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Otavio: Homem e Sociedade*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MATTOSO, Jorge (1995): *A Desordem do Trabalho*, São Paulo: Scritta.
- MELLO. Sylvia Leser (1988): *Trabalho e Sobrevivência – Mulheres do Campo e da Periferia de São Paulo*, São Paulo: Ática.
- MÉSZAROS, István (2003): *O Século XXI – Socialismo ou barbárie*, São Paulo: Boitempo Editorial.

- NAVARRO, Vera Lúcia (2004): “A Reestruturação Produtiva na Indústria de Calçados de Couro em Franca (SP)”, *in: O Averso do Trabalho*, org. Antunes, R. e Silva, M. A. M., São Paulo: Expressão Popular.
- NEVES, Tatiana, *et alli*, (1994): “Desemprego e ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos”, *in: Cadernos do Psicologia Social do Trabalho – CPAT/IPUSP*, vol 1, nº 1, São Paulo: Instituto de Psicologia.
- OFFE, Claus (1985): “Trabalho: a Categoria Sociológica Chave?”, *in: Capitalismo Desorganizado*, São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1989): “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?”, *in: Trabalho e Sociedade*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol I.
- OLIVEIRA, Eurenice (2004): *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*, São Paulo: Expressão Popular.
- OLIVEIRA, Francisco (1998): *Os Direitos do Anti-Valor*, Rio de Janeiro: Vozes.
- _____ (2001): “Novo Movimento Internacionalista Operário e Popular”, *in: Revista América Libre*, N. 18, p. 74-77, julho de 2001, Buenos Aires, Argentina,
- _____ (2003): “O Ornitorrinco”, *in: Crítica da Razão Dualista / O Ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo.
- PASTORE, José (1997): *A Agonia do Emprego*, São Paulo: LTr
- _____ (1998): *O Desemprego tem Cura?*, São Paulo: Makron Books.

- _____ & Silva, Nelson do Valle (2000): *Mobilidade Social no Brasil*, São Paulo: Makron Books.
- _____ (2001): *A Evolução do Trabalho Humano: Leituras em Relações do Trabalho*, São Paulo: LTr.
- PIMENTA, Solange Maria (1998): “Participação e Qualificação: uma nova sincronia da gestão”, *in: Trabalho e Educação*, Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – NETE, (agosto/dezembro), Belo Horizonte.
- PATTO, Maria Helena Souza (1999): “Estado, ciência e polícia na Primeira República: a desqualificação dos pobres”, *in: Estudos Avançados*, vol. 13, nº 35, São Paulo: IEA.
- PEÑA, Andreu Lope (1996): *Innovación Tecnológica y Cualificación – La Polarización de las Cualificaciones en la Empresa*, Madrid: Consejo Económico y Social
- PEREIRA, Armand F. & Chaves Jr., Elizeu Oliveira (1991): “Educação, Formação e Empregabilidade: algumas questões e opções para combater o desemprego juvenil”, *in: Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*, OIT (org.), Brasília: OIT
- POCHMANN, Márcio (1995): *Políticas do Trabalho e de Garantia de Renda no Capitalismo em Mudança*, São Paulo: Editora LTR.
- _____ (1999): “Emprego e Desemprego Juvenil no Brasil: As Transformações nos Anos 90”, *in: Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*, OIT (org.), Brasília: OIT

- _____ (2001): *O Emprego na Globalização – A nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- RODRIGUES, Arakcy Martins (1978): *Operário, Operária*, São Paulo: Símbolo.
- _____ (1999): *O hiato entre conhecimento sobre as vias de transmissão e as práticas de prevenção em relação à AIDS entre estudantes da USP: a atuação das ideologias coletivas de defesa*, Relatório Final de Pesquisa Fapesp (versão eletrônica)
- SELIGMANN-SILVA, Edith, (1992): “Psicopatologia da Recessão e do Desemprego”, *in: Travessia*, Ano III, nº 14, (setembro/dezembro de 1992), São Paulo: CEM.
- SILVA, Leonardo Mello (2004): *Trabalho em Grupo e Sociabilidade Privada*, São Paulo: Ed. 34.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)